

**Apropriações históricas de *Ricardo III* (William Shakespeare)
por Al Pacino (*Ricardo III, um ensaio*):
literatura dramática e cinema¹**

Ana Flávia Ribeiro Santana

Mestranda em História pela Universidade Federal de Uberlândia (2007). Especialista em Pedagogia Empresarial e Organizacional pela UFU. Professora substituta da UFU na Escola de Educação Básica, professora convidada EAD da Universidade de Uberaba, Tutora do Curso de História - EAD da Universidade de Uberaba e professora da Escola Estadual Bueno Brandão. e-mail: saaninha@hotmail.com

Ana Luiza Dornelas Mota

Graduada em História pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU. e-mail: analuizadm@yahoo.com.br

Leonardo Latini Batista

Mestrando do Programa de Pós-graduação em História pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU. e-mail: maquiavellatini@yahoo.com.br

Resumo: *Este trabalho tem por objetivo analisar a obra do dramaturgo inglês William Shakespeare, procurando entender a permanência de seus textos nas sociedades contemporâneas, bem como a apropriação que Al Pacino faz da tragédia shakesperiana, Ricardo III. Para isso, baseamo-nos em leituras que nos possibilitaram uma análise relativa a conceitos de suma importância para a compreensão da estrutura dramática shakesperiana, como o Renascimento, as tragédias e suas transformações de sentido ao longo do tempo, quanto à sua tradição e continuidade, dentre outros. Nessas obras encontramos respaldo para analisar a vida desse dramaturgo e a sociedade em que viveu, além de possibilitar a contextualização da obra aqui sopesada, Ricardo III.*

Palavras-chave: *Shakespeare. Ricardo III. Tragédias. Renascimento.*

Abstract: *This work aims at analyzing the work of William Shakespeare, by trying to understand the permanence of his writings in contemporary societies, as well as the appropriation made by Al Pacino from the Shakespearean tragedy Richard III. For this we based on readings that enabled us an analysis related to concepts of great importance for the comprehension of the Shakespearean dramatic structure, such as Renaissance, tragedies and their transformations of meaning along the time in relation to its tradition and continuity, among others. In these works we find support to analyze the life of this playwright and the society he lived in, besides enabling the context of the work here analyzed, Richard III.*

Keywords: *Shakespeare. Richard III. Tragedy. Renaissance.*

¹ Artigo desenvolvido na disciplina Tópicos Especiais em História Moderna, obrigatória para o Curso de Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, em 2007.

William Shakespeare nasceu em 1564, durante o período elisabetano marcado por profundas mudanças religiosas, econômicas (período de avanço do capitalismo comercial) e sociais. A questão é: por que Shakespeare é o dramaturgo mais lembrado e interpretado nas sociedades contemporâneas?

Para pensarmos essa permanência de Shakespeare nas sociedades contemporâneas tomamos como referência o trabalho do crítico literário Harold Bloom que coloca William Shakespeare como o centro do cânone ocidental, por sua originalidade – desde os recursos de linguagem à representação dos personagens –, bem como por seu valor estético. Ressalta ainda que não podemos confiná-lo ao Renascimento inglês, pois “Shakespeare é para a literatura mundial o que é Hamlet para o domínio imaginário da personagem literária: um espírito que tudo impregna, que não pode ser confinado” (BLOOM, 1995, p. 23).

Dessa forma, Bloom evidencia a originalidade de Shakespeare no que tange à acuidade cognitiva, à energia linguística e a seu poder de invenção. Para ele, nenhum outro autor foi tão original quanto Shakespeare e, por isso, ele é o cânone, já que estabelece o padrão e os limites da literatura. É importante salientar que Bloom defende a obra shakesperiana como o centro do cânone ocidental, sem realizar uma historicização de suas obras.

Outro autor que segue uma linha de investigação semelhante é Jacob Burckhardt, historiador humanista, que em sua obra intitulada *A cultura do Renascimento na Itália* (1991) escreve sobre o Renascimento como momento fundante da cultura moderna e, partindo do tempo presente da pesquisa, constrói o universo renascentista. Burckhardt utiliza a obra de arte como fonte histórica, assim como diversos fatores políticos, econômicos, sociais e culturais que propiciaram às cidades italianas, destacando Florença e Veneza, o título de modelo e parâmetro de civilização, pois essas cidades-estado possuíam um passado em comum, o que as fez colaborar para a fixação de um conceito de Renascimento.

Assim, podemos perceber que tanto Bloom como Burckhardt não utilizaram as transformações históricas em suas pesquisas. Bloom tenta explicar a permanência de Shakespeare e sua centralidade canônica por ele mesmo; porém, cabe ressaltar, mais uma vez, que Harold Bloom pensa a obra de arte por seu valor estético.

Pensando assim, devemos situar Shakespeare em seu tempo, analisá-lo como um homem que viveu nos séculos XVI e XVII. Vale salientar que suas obras abarcam a história da luta pela coroa da Inglaterra, do final do século XIV aos últimos anos do

século XV, como a obra aqui analisada – *Ricardo III* –, que tem como pano de fundo a disputa pela sucessão do trono inglês na guerra das Duas Rosas². Shakespeare escreve diversas tragédias e poemas durante a sua vida, um período marcado por intensas mudanças em sua sociedade. Como dramaturgo, enfrenta dificuldades com o fechamento de teatros devido à peste que assolava a Inglaterra no período em que escreveu *Ricardo III*.

Um conceito essencial para compreendermos a obra shakespeariana é o de *tragédia*. Se a pensarmos enquanto uma tradição e continuidade, podemos chegar a uma abordagem equivocada. Retomemos a tragédia grega para historicizar o conceito. Na tragédia grega, a ação dizia respeito à relação Homem-divino e em segundo plano, às famílias reinantes. Portanto, o que determinava o herói trágico era sua posição social elevada e sua relação com a natureza. Já a tragédia shakespeariana dava ênfase, em sua maioria, à queda de homens famosos, como notamos em *Ricardo III*, que por meio de sua astúcia e persuasão, ascende ao trono (WILLIAMS, 2002, p. 50).

Dizer que Shakespeare é herdeiro direto da tragédia grega é um equívoco, pois como afirma Raymond Williams, “Shakespeare era o exemplo maior de um novo tipo de tragédia” (WILLIAMS, 2002, p. 50). Podemos, sim, dizer que existe (uma interseção entre os dois tipos de teatro, contudo há um ressignificação da apreensão grega atribuindo novos sentidos a esta, assim, podemos falar de uma reelaboração baseada em) um diálogo entre a tragédia grega e a shakespeariana, de modo que Shakespeare apropriasse de alguns elementos gregos, mas os reelabora. É importante observar que os seus heróis são da nobreza católica e se apresentam diversos em seu íntimo e nunca estão isentos de ambiguidades.

Shakespeare também é interpretado pelos românticos, de certa forma como “o jovem camponês que desce à capital e se torna um profeta” (KOTT, 1968, p. 22). Essa percepção situa Shakespeare em contraponto ao Classicismo, que tinha como objetivo buscar as formas da tragédia grega. Percebemos uma tentativa de depreciação de Shakespeare por parte dos românticos, chegando a duvidarem da veracidade e autoria de tais obras, já que para eles, Shakespeare não teria capacidade de escrevê-las, pois não queriam “admitir que um jovem camponês, sem formação universitária, tivesse escrito

² Disputa entre as “casas de nobres”: Lancaster e York, que lutavam pelo trono inglês no século XVI. O termo “Guerra das duas Rosas” se dá devido às rosas que representavam os brasões das famílias: vermelha dos primeiros e branca dos últimos.

tais obras-primas” (KOTT, 1968, p. 21). Na crítica romântica, o herói trágico foi reformulado, de modo que ele se tornou um mero espectador, como “um consumidor isolado e generalizado de sentimentos” (WILLIAMS, 2002, p. 48).

Algumas considerações sobre a peça

Agora, o inverno das nossas amarguras se converte em verão glorioso graças ao sol de York, e as nuvens negras que pairavam sobre a nossa casa se desmancharam no fundo do oceano. (SHAKESPEARE, 2006, p. 7)

No período elisabetano a ordem era necessária, e aparece como “o princípio fundamental do universo” (BOQUET, 1989, p. 19). Vale salientar que a necessidade do estabelecimento dessa ordem hierárquica dá-se devido à concepção de mundo da época. No teatro shakespeariano o “grande mecanismo” é a “ordem da história, na qual o rei é o ungido do senhor” (KOTT, 1968, p. 66), isto é, Deus colocou-o na terra para representá-lo e os demais devem obedecê-lo em prol do bem comum.

Como já falamos, Shakespeare aborda perspectivas políticas em suas obras. As suas tragédias escritas até 1600 abordaram a luta pela coroa inglesa. A forma como ele representa cada personagem é que muda, mas as histórias, em sua maioria, são as mesmas: começam com a luta pelo trono e findam com a morte do rei e, conseqüentemente, com a coroação de outro que, normalmente, foi quem matou o seu predecessor. A disputa pela sucessão é marcada por violência, pela sede de poder – lembramos que o poder na peça é a coroa. O mais interessante no teatro shakespeariano é que as personagens como Ricardo II, Eduardo IV ou Ricardo III realmente existiram.

Na peça *Ricardo III*, acompanha-se a astúcia do Duque de Gloucester que, passo a passo, indica quais são suas verdadeiras pretensões e o que vai fazer para alcançá-las. Elimina todos que o separam da coroa, já que era o sétimo na linha de sucessão. Shakespeare representa, nesta tragédia, a tirania e a obsessão da personagem central pela vingança de sua deformidade:

Mas eu que não fui moldado pra essas gracinhas amorosas, e que não espero os prazeres do amor nem das mocinhas mais devassas, eu que fui construído às pressas por uma natureza descuidada que se esqueceu de me completar; e me lançou no mundo disforme, mal-acabado, estranho e sem feitio, fico só observando entediado a minha sombra, perplexo com a minha deformidade (Ato III, Cena 24) (SHAKESPEARE, 2006, p. 190-191)

Na adaptação dessa peça por Al Pacino, Frederic Kimball (narrador e escritor do documentário) afirma que Shakespeare exagerou na sua deformidade para “construir de forma dramática, visual metafórico, a corrupção de sua mente”³. Mas por que essa deformidade é tão importante? O teatro shakesperiano é marcado por uma moralidade em que o restabelecimento da ordem é fundamental e inevitável. Em Ricardo III, a deformidade na perna, no braço e na coluna é uma forma de castigo pelo seu comportamento. Segundo Jan Kott, essa peça demonstra “como toda a ordem ética cai em ruína” (KOTT, 1968, p. 76) e como “Ricardo III, à medida que sobe a grande escadaria, rebaixa-se cada vez mais” (KOTT, 1968, p.79). Assim, Ricardo III criava a história, moldando-a à sua vontade, e a cada momento eliminava os que o impediam de alcançar a almejada coroa.

Para analisar melhor a peça, destacamos três personagens: Ricardo III, a Rainha Margarida e o Duque de Buckingham. Mas por quê? O fato de termos elegido esses personagens ocorre devido às características que marcam essa tragédia: Ricardo III, por sua astúcia; Rainha Margarida, por conseguir prever o que aconteceria com Ricardo III (uma espécie de profetisa), e também, pela relação que podemos estabelecer dessa como as bruxas de outra tragédia shakesperiana, Macbeth. Já em Buckingham – braço direito de Ricardo na luta pela coroa – temos a questão da consciência. Após ter investido nesta disputa e ajudado Ricardo na ascensão ao trono, cobra a promessa deste, mesmo após o pedido de Ricardo para que ele mate os filhos de Eduardo IV. Não se inclina a esse pedido e é isso que destacamos, isto é, o momento que recobre a consciência, já que encontra um limite para as suas atitudes. Enaltecemos a questão de que Ricardo, a todo o momento, testa as pessoas para saber até onde são capazes de chegar.

Portanto, as personagens de Shakespeare se encontram entre os desejos – de assumir o trono inglês, por exemplo, de Ricardo III – e o destino estabelecido a partir do esquema moral das peças shakesperianas. Ante a originalidade, a moralidade e a autenticidade das peças de Shakespeare, têm-se críticas da Escola do Ressentimento, citada por Harold Bloom, que tem como integrante o principal crítico da obra de Shakespeare, Tolstoi. Para esse, Shakespeare não se interessava pela verdade: “a causa interna fundamental da forma de Shakespeare era e é a seguinte – seus dramas [...] corresponderiam ao esquema mental irreligioso e moral das classes altas de sua época e da nossa” (TOLSTOI, apud BLOOM, 1995, p. 62). No entanto, se a tragédia shakesperiana não possuísse esses elementos? Primeiro: não entenderíamos a peça aqui analisada, já que, como

³ Trecho retirado da adaptação de *Ricardo III*, feito por Al Pacino.

acima explicitado, o esquema moral está intrínseco nessa. Segundo: Shakespeare não ocuparia o centro do cânone ocidental.

Sobre o filme

Partindo da análise de *Ricardo III*, tentaremos agora situar e compreender a adaptação dessa tragédia para o cinema, feita em 1996, por Al Pacino, que escreve o texto para o documentário junto a Frederic Kimball. Ambos já tinham representado essa peça no teatro, mas almejavam mostrar ao público seus próprios entendimentos sobre Shakespeare. Para tanto, é necessário que compreendamos algumas diferenças básicas no tocante aos elementos compositores do teatro e do cinema. Para isso, baseamo-nos em Walter Benjamin, Jerzy Grotowski, dentre outros já citados.

No século XVI, o conceito de dramaturgia era outro, bem como suas funções. Nessa época, o autor atuava como ator também. Além de ser diretor e dramaturgo, deveria compreender todos os elementos que compunham o teatro. Vale lembrar que os atores de hoje possuem toda uma preparação/treinamento (GROTOWSKI, 1976), enquanto que no século XVI, a maioria dos atores era analfabeta. Desse modo, Shakespeare lia as falas de cada um para que decorassem. Outro fator importante é com relação à projeção da voz, pois no teatro é necessário que se fale em um tom mais alto, fato que podemos enaltecer como fator que caracteriza uma das diferenças entre o teatro e o cinema (isso aparece no filme no momento em que Al Pacino procura uma atriz para interpretar Lady Ana).

Não obstante, não podemos nos esquecer da representação do ator no teatro e no cinema. Jerzy Grotowski, para quem todo o divertimento, atrações e técnicas foram tomadas pelo cinema, ressalta:

Existe um elemento que o cinema e a televisão não podem tirar do teatro: a proximidade do organismo vivo [...] Por isso é necessário abolir a distância entre ator e a platéia, através do palco, da remoção de qualquer fronteira. (GROTOWSKI, 1976, p. 27)

Isso também é explicitado por Walter Benjamin, quando aponta que “o intérprete do filme não representa diante de um público, mas de um aparelho (BENJAMIN, 1986, p. 175). Isso causa no ator de cinema uma espécie de “estranhamento” do aparelho, logo, uma “auto-alienação”. Diferentemente do ator de cinema, o ator de teatro tem que sempre atuar diante do público de uma nova forma, espontaneamente, pois

esse, “ao aparecer no palco, entra no interior de um papel” (BENJAMIN, 1986, p. 181). Podemos analisar esse fator também a partir de Grotowski, que apresenta o estado de “transe” do ator, como no filme de Al Pacino, em que seus atores se dedicam a seus personagens, de modo que os “vivem”.

Benjamin, ao falar do receptor (espectador) da obra de arte – aqui a peça shakesperiana adaptada para o cinema – divide-o em duas categorias: o “conhecedor”, que seria uma espécie de “especialista”, e as “massas”. Para os primeiros, a obra de arte é um “objeto de devoção”; para as massas em si, é uma “distração”. Já Grotowski afirma que no teatro, o espectador que lhes interessa é parte de uma “plateia especial” que seja capaz e que seja estimulada a uma “auto-análise” quando se confronta com a peça. Assim, levemos em consideração o ponto de vista de Benjamin quanto à adaptação para o cinema de uma obra de arte que, por mais perfeita que seja, perde sua “autenticidade” e sua “aura”, uma vez que um filme “não é produzido de um só fato, e sim, montado a partir de inúmeras imagens isoladas e de seqüências de imagens entre as quais o montador exerce seu direito de escolha” (BENJAMIN, 1986, p. 175). Podemos notar isso no filme de Al Pacino, no início, quando o diretor afirma que selecionarão cenas da peça para serem filmadas, de modo que produzam uma sequência “lógica”, o que facilitaria a compreensão dos que não compreendem a linguagem e as mudanças físicas, já que a peça é representada de maneira rápida, não deixando brechas entre as cenas.

Um elemento muito importante do filme é a preocupação com as cenas, já que o diretor encenar e gravar em lugares que se aproximam e possibilitam uma espécie de familiarização do espectador com a peça, de modo a tentar situá-la em seu tempo e espaço.

Como proposta do filme, Al Pacino afirma a vontade de demonstrar como compreendeu Shakespeare e de “massificar” a peça, uma vez que depara com o desconhecimento e o desinteresse de pessoas que entrevista na rua, e uma vez que Shakespeare, como afirma Bloom, é “praticamente o único a representar simultaneamente a arte difícil e a popular” (BLOOM, 1995, p. 64). Mas por quê? O fato de representar a arte popular deve-se ao fato de que suas peças eram representadas em praça pública, o que o tornou, de certa forma, popular.

Em relação à adaptação do texto proposto no filme, esta se deve, talvez, ao fato de facilitar o entendimento do espectador, já que o cinema tem por desígnio chamar a

atenção das massas, seja, até mesmo, por meio de “concepções ilusórias e especulações ambivalentes” (BENJAMIN, 1986, p. 184).

Considerações finais

A contemporaneidade de Shakespeare se dá pelo fato de que mesmo que seja um texto clássico, de quatro séculos atrás, o “teatro é contemporâneo, na medida em que confronta nossas raízes com nosso comportamento e nossos estereótipos correntes, e dessa forma apresenta o nosso ‘hoje’ em relação com o ‘ontem’ e o nosso ‘ontem’ com o ‘hoje’” (GROTOWSKI, 1976, p. 37), uma vez que “Shakespeare é semelhante ao modo de vida. Cada época encontra nele aquilo que procura e quer ver” (KOTT, 1968, p. 35). Assim, podemos notar a influência do homem moderno sobre o homem contemporâneo, em alguns aspectos ou contextos, como a luta pelo poder presente na tragédia shakesperiana, representada por Ricardo III, já que na nossa “contemporaneidade” há inúmeras tensões desse tipo, desde sucessões presidenciais às relações mais simples de poder.

Desse modo, a necessidade de reescrevermos a história ocorre por não haver apenas uma interpretação possível, já que a (re)interpretação possui um tempo de duração “determinada”, devido ao advento e à (re)elaboração de conceitos, teorias e novas tendências historiográficas. Portanto, o olhar sobre o objeto muda; logo, a interpretação também, como afirma Goethe:

em nossos dias, já ninguém duvida de que a história do mundo deve ser reescrita de tempos em tempos. Esta necessidade não decorre, contudo, da descoberta de numerosos fatos até então desconhecidos, mas do nascimento de opiniões novas, do fato de que o companheiro do tempo que corre para a foz chega a pontos de vista de onde pode deitar um olhar novo sobre o passado (GOETHE, apud SCHAFF, 1978, p. 267).

Schaff afirma que todas as interpretações “são resultados do condicionamento social do historiador” (SCHAFF, 1978, p. 269), daí a necessidade de (re)interpretar os “acontecimentos”. Desse modo, o trabalho de qualquer historiador de qualquer época, nunca será tido como “verdade absoluta”, pronta e acabada, e sim, como uma “verdade parcial e acumulativa”, já que “o trabalho do historiador deve ser continuamente recomeçado” (SCHAFF, 1978, p. 269). Não obstante, a reinterpretação pode ser em “fun-

ção das necessidades variáveis do presente” ou devido às “funções dos efeitos dos acontecimentos do passado emergindo no presente” (SCHAFF, 1978, p. 270).

Referências bibliográficas

BENJAMIN, W. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica, in: *Magia e técnica, arte e política: Ensaios sobre a literatura e história da cultura*. 2 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986, p. 165-196.

BLOOM, H. Shakespeare, centro do cânone, in: *O cânone ocidental: os livros e a escola do tempo*. 3 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.

_____. Uma elegia para o cânone, in: *O cânone ocidental: os livros e a escola do tempo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995, p. 23-50.

BOQUET, G. *Teatro e sociedade: Shakespeare*. São Paulo: Perspectiva, 1989.

BURCKHARDT, J. A Descoberta do Mundo e do Homem, in: *A cultura do Renascimento*. Brasília: Ed. da UnB, 1991, p. 171-215.

GROTOWSKI, J. Em busca de um teatro pobre, in: *Em busca de teatro pobre*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

KOTT, J. *Shakespeare, nosso contemporâneo*. Lisboa: Portugália, 1968.

SCHAFF, A. Por que reescrevemos continuamente a história?, in: *História e Verdade*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1978.

SHAKESPEARE, W. *Ricardo III*. Trad. e adaptação de Jô Soares. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/ Fundação Abrinq, 2006.

WILLIAMS, R. *Tragédia Moderna*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

Filmografia

Ricardo III (EUA, 1996, direção: Al Pacino). Documento: Adaptação Cinematográfica.

A Revolução de 1930 e as oligarquias goianas: as disputas pelo poder em Goiás no pós-golpe

Carlos de Melo Júnior

Graduado no curso de bacharelado e licenciatura em História, pela Universidade Federal de Goiás. Atualmente cursando o curso de Especialização em *História: História Cultura e Poder*, na Universidade Federal de Goiás. e-mail: carlosmeloj@hotmail.com

Resumo: O presente artigo tem por objetivo analisar as articulações e as disputas políticas em Goiás, decorrentes do período que compreende o Governo em esfera nacional de Getúlio Vargas, entre os anos de 1930 e 1937, bem como também apresentar uma discussão sobre as implicações da Marcha para o Oeste na sociedade e na política goiana. No decorrer do texto alguns fatos ligados à História Política da cidade de Catalão, localizada no sudeste do Estado de Goiás, serão utilizados como elementos ilustrativos para a composição do corpo conceitual do texto. Desta forma, pretende-se discutir as práticas políticas desenvolvidas no período segundo o contexto das novas configurações do Estado brasileiro, procurando estabelecer um exercício reflexivo acerca de como os projetos varguistas para o interior do país se configuraram na sociedade e na política goiana, nos anos 30 do século passado.

Palavras-chave: Disputas Políticas, Governo Vargas, Goiás, Oligarquias.

Abstract: The present paper aims at analyzing the articulations and the political contests in Goiás, during the period that comprehends the national government of Getúlio Vargas, between 1930 and 1937, as well as presenting a discussion about the involvements of the "March to the West" in society and in the politics of Goiás. Along the text some facts related to the political history of Catalão, located in the southeast of the state of Goiás, will be used as illustrative elements for the composition of the text concepts. This way we intend to discuss the political practices developed in the period, according to the context of the new configurations of the Brazilian state, by establishing a reflexive exercise about how some Vargas' projects for the interior of the country were designed in society and in the politics of Goiás, during the 1930s.

Keywords: Political contests. Vargas government. Goiás. Oligarchies.

A predominância das oligarquias rurais no comando do Estado no Brasil encontra no final da década de 1920 um momento de discussão e de forte contestação. A tomada do poder pela Aliança Liberal, por meio de um golpe de estado, deu início a um governo que, entre outros, trouxe consigo a proposta de por fim à estrutura oligárquica que comandava o país efetivamente desde o final do século XIX.

A historiografia recente que aborda o tema, atualmente tem se voltado para o estudo dos impactos das ações do Estado Novo em diversas regiões do interior do país. Partindo dos mais variados temas, hipóteses, objetivos e paradigmas históricos, um número cada vez maior de autores volta-se para a compreensão dos fatos e acontecimentos do período e suas consequências para a formação social, política, econômica e cultural do país. O historiador Nars Fayad Chaul distingue no movimento de 1930, mais do que uma alternância das oligarquias no poder. Segundo Chaul o movimento de 1930 significou “a construção de um projeto político baseado na idealização da modernidade, com a participação realista das camadas medias urbanas” (CHAUL, 2002, p. 160). A partir de uma visão mais ampla do movimento de 1930 em Goiás, a historiadora Ana Lúcia Silva analisa o processo histórico com base na “teoria da dependência econômica”, partindo do princípio de que o Estado de Goiás formaria a periferia da periferia do sistema capitalista. Sob a ótica de Ana Lúcia, após 1930 o Estado não sofre alterações em seu conteúdo de classe. “Ele continua favorecendo as oligarquias. Essas continuam como as únicas beneficiárias da política econômica do Estado” (SILVA, 2002, p. 20).

Em meio às várias interpretações historiográficas feitas acerca do período histórico, constata-se a existência de um projeto de Estado para o interior do país, projeto este que se configura na “Marcha para o Oeste”, empreendida pelo Estado varguista. A partir da Marcha, buscava-se (segundo o discurso varguista) a afirmação da brasilidade através da interiorização. A Marcha era a busca do Brasil original e puro, que se configurava no interior do país. Segundo Alcir Lenharo, “a Marcha para o Oeste foi calcada propositalmente na imagem da nação que caminha pelas próprias forças em busca de sua concretização” (LENHARO, 1986, p. 56).

Fundamentado em uma estrutura governamental autoritária e centralizadora, o Estado brasileiro, que a partir da Revolução de 1930 passou a ser comandado por Getúlio Vargas, se pautou pela tentativa da construção de uma nova identidade nacional e de um novo modelo estatal. Segundo Ana Lúcia Silva:

A Revolução de 30 é um desses momentos de crise e reestruturação da acumulação, o que engendrou reestruturações em todos os níveis. Numa perspectiva mais ampla, 1930 é um dos momentos significativos da revolução burguesa no Brasil (SILVA, 2001, p. 17).

Em Goiás os novos arranjos políticos provenientes da Revolução de 1930 e a

Nova configuração do modelo do Estado promoveram uma reviravolta na estrutura oligárquico-familiar que comandava o território goiano. Novos agentes históricos e novos paradigmas políticos e administrativos entraram em cena no estado a partir de 1930.

No período anterior a 1920, não se registrou em Goiás, de forma significativa, nenhum movimento opositor à estrutura oligarquia-familiar dominante do estado brasileiro. As lutas políticas que se registraram em território goiano restringiram-se às disputas entre os grupos oligárquicos que lutavam pelo controle do aparelho do Estado em nível regional. Conforme nos diz Ana Lúcia Silva,

As lutas políticas inter-oligárquicas em Goiás na Primeira República, podem ser divididas em dois grandes períodos: o primeiro vai de 1889 a 1912 e se caracteriza pelo domínio familiocrata dos Bulhões; o segundo, de 1912 a 1930, se caracteriza pelo domínio, também familiocrático, dos Caiado (SILVA, 2001, p. 60).

A partir da segunda metade da década de 1920, porém, verifica-se o crescimento de um novo núcleo oposicionista no interior de Goiás que reivindicava o comando do estado. No entanto, a princípio, a contestação ao modelo de estado imperante nacionalmente no período não se fez presente em meio ao discurso opositor goiano. O surgimento dessa nova facção opositora relacionou-se inicialmente à luta pela superação da política caiadista que comandava Goiás na época. Contudo, o crescimento de um núcleo oposicionista esteve também diretamente associado ao crescimento econômico registrado nas regiões sul e sudoeste do estado na década de 1920. Como nos diz Ana Lucia,

À medida que as regiões sul e sudoeste tornaram-se economicamente as mais dinâmicas do estado, aumentaram também suas pretensões políticas. Seu poder político não correspondia ao seu poder econômico. Os políticos da região, inclusive, viam-se sistematicamente barrados, em suas pretensões eleitorais (SILVA, 2001, p. 111).

Apesar de primordialmente as pretensões oposicionistas se voltarem apenas para o controle do Estado de Goiás, com o passar do tempo suas reivindicações se articularam em nível nacional com a Aliança Liberal para compor o grupo que foi derrotado nas eleições presidenciais em 1930 e que articulou o golpe de estado que conduziu Getúlio Vargas ao poder. Segundo Maria Cristina Teixeira Machado, o processo político

que culminou no apoio das oligarquias anti-caiadistas goianas à Aliança Liberal se divide em 3 fases. A primeira fase é caracterizada pelo apoio ao governo federal por parte das oligarquias goianas, tanto a oligarquia dominante, os Caiado, quanto as oligarquias sulistas opositoras. Na segunda fase o movimento oposicionista goiano passa a “defender transformações mais amplas” (MACHADO, 1990, p. 120), em âmbito político. Já a terceira fase caracterizava-se pela orientação ao discurso liberal, encontrado nos discursos de modernidade e transformação política, das falas dos oligarcas opositores goianos. Tem-se então em Goiás o casamento entre os conceitos propagados pela Aliança Liberal e a percepção, por parte das oligarquias sulistas opositoras, de que sua luta política relacionava-se às disputas pelo poder em esfera nacional. Há de salientar que, apesar de os oligarcas opositores do sul e do sudoeste localizarem no discurso da Aliança Liberal e no movimento golpista de 1930 a oportunidade de tomada do poder em Goiás, e conseqüentemente a saída vitoriosa para seu conflito interno diante da oligarquia regionalmente dominante (o grupo comandado pela família Caiado), existia por parte do grupo sulista opositor, forte aceitação aos ideais propagados pela Aliança Liberal. Portanto, o processo de substituição do grupo dominante no poder do Estado de Goiás em 1930 não deve ser visto como uma mera substituição de oligarquias, argumento empregado por alguns estudiosos sobre o assunto, ao discutirem a relação entre as oligarquias goianas e o movimento golpista de 1930, utilizado, por exemplo, na obra *A Revolução de 30 em Goiás*, de Ana Lúcia Silva.

A ascensão da Aliança Liberal ao poder a nível nacional em 1930, após um golpe de estado, culminou em Goiás com a tomada do poder por parte das oligarquias rurais sulistas. Em consequência do golpe, no período pós-30 foi confiado a Pedro Ludovico Teixeira – médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e proveniente do grupo oposicionista da cidade de Rio Verde – o cargo de Interventor do Estado de Goiás. Em relação à indicação de Ludovico ao governo do estado, Nasr Fayad nos diz que

o nome de Ludovico ficou na ordem do dia devido a sua combatividade à ordem anterior e às afinidades que seu concunhado, o médico mineiro Diógenes Magalhães, mantinha com Vargas (CHAUL, 2002, p. 191).

Juntamente com Ludovico, chegaram ao poder em Goiás suas alianças oligárquicas sulistas. Segundo Maria Cristina Teixeira Machado,

Dos homens de 30, Sidney Pereira Almeida, Manuel Balbino de Carvalho e Diógenes Dolival Sampaio, ocupavam respectivamente as Prefeituras de Santa Rita, Jataí e Catalão. Salomão Clementino de Faria comandava a Força Pública do Estado. Mario Caiado, Nero de Macedo, Domingos Netto Vellasco e outros, ou participavam da administração do Estado, ou desenvolviam atividades políticas, fundando núcleos legionários e elaborando programas para o governo (MACHADO, 1990, p. 128).

Em Catalão no pós-1930 verifica-se a ascensão da família Sampaio ao poder. Marcado por um passado de intensas disputas políticas, a cidade de Catalão vivenciou durante a Primeira República o embate político protagonizado, principalmente, pelas famílias Netto, Sampaio, Campos e Andrade. Decorrente dos conflitos políticos locais, a família Sampaio, ainda no ambiente político pré-golpe de estado, compunha na região o principal alicerce da oposição ao grupo caiadista. Maria Cristina Teixeira Machado nos atenta para o fato de que

A família Sampaio, representada inicialmente por Luís Sampaio e depois por Diógenes Dolival Sampaio, significou poderosa força opositora ao poder estabelecido de então e, posteriormente, forte sustentáculo ao governo que ascendera (MACHADO, 1990, p. 92).

Aparentemente diferenciados em relação ao discurso, ao modelo de estado e ao regime de alianças políticas (entre outros), os grupos políticos que protagonizaram as disputas pelo poder no território goiano em 1930, tanto o grupo liderado pela família Caiado quanto o grupo que representava a Aliança Liberal em Goiás, economicamente se constituíram primordialmente das mesmas bases políticas e econômicas. Segundo Maria Cristina, “os homens de 30 foram ligados a propriedade de terras – dissidência oligárquica – que visava à superação da situação de periferia de atraso do Estado” (MACHADO, 1990, p. 54). Eram em sua maioria grandes latifundiários provenientes da política coronelística. Como já foi dito, os dois grupos diferenciavam-se no discurso e no ideal de estado, porém a simbiose entre os resquícios da política coronelística e a contradição entre o discurso e a prática política deram o tom das disputas nas relações políticas goianas no pós-1930.

Apesar de articulados em torno de uma plataforma conceitual-política negadora de princípios ligados à política coronelística da Primeira República, o grupo que assumiu o poder em Goiás não se absteve da utilização de práticas políticas violentas. Para Nasr Fayad Chaul, as acusações de violência pareciam “não estar a par das ‘ino-

vações' oriundas dos ventos de outubro de 30" (CHAUL, 1994, p. 167).

Mas a Revolução liderada por Vargas não negava as atitudes coronelísticas ligadas à Primeira República? Então não se romperia com a violência? Sim e não. Realmente era comum ao discurso, por parte das bases varguistas no estado, tanto antes quanto depois do golpe de estado em 1930, a negação a atos políticos que se remetessem à forma de governo vivenciada durante a Primeira República, porém não se registrou em Goiás um efetivo rompimento com as práticas políticas comuns ao período pré-1930. A utilização de práticas violentas continuou a permear o ambiente político goiano.

As acusações de violência, no entanto, podem ser interpretadas como uma prática existente mesmo antes de outubro de 1930. Em 1929 o Presidente do Partido Democrático em Catalão fez queixas ao então Senador Ramos Caiado sobre Luís Sampaio.

Foi transferido para o Porto Mão de Pau, neste município, o Snr. Palmério Souto, que aqui era um dos baluartes do Luís Sampaio como seu jagunço que é casado com a sobrinha do General Sócrates. Fui informado de que o mesmo trouxe em sua companhia o bandido Palmatória e outros mais, e tendo eu escripto ao Cel. Luis Guedes, pedindo a sua transferência para outro lugar, venho solicitar a V. ex. o favor de providenciar para que tal indivíduo aqui não permaneça. (Getúlio Vaz a Ramos Caiado em 30-11-1929. AP.L.: Pasta 003)

Mesmo sob acusações de práticas violentas e associações com um "jagunço" (a figura do jagunço durante o período da Primeira República personificava a imagem da violência dos coronéis), Luiz Sampaio e sua família foram componentes da base de Ludovico, inclusive sendo a Diógenes, filho de Luiz Sampaio entregue à intendência da cidade de Catalão. Um ano depois, o acusador Getúlio Vaz se viu no papel de acusado. Em 1930 ao assumir a Prefeitura de Catalão, Diógenes ajudou a conduzir o processo judiciário aberto contra Getúlio Vaz por crimes políticos. Em um trecho da carta Diógenes diz:

Como responsável máximo do mal estar em que encontrei assumindo a Prefeitura é apontado Getúlio Vaz 1.º Tabelião e, até então, chefe político truculento, intolerável e desonesto. Este senhor que não se parou de manter com a ex-intendência as transações mais torpes ao seu cargo de tabelião e official de registro geral e das hipotecas praticou as maiores insanidades, extorquindo de seus clientes importâncias que não lhe eram

devidas, acumpliciou-se com a política, que lhe era subserviente, para praticar crimes de mortes, perseguiu covardemente os seus desafetos, valendo-se para isto do prestígio que lhe postava o governo decaindo deste Estado. (Diógenes Dolival Sampaio a Urbano Beroquó - 16-12-1930).

Os atos políticos ligados à violência foram no período do pós-1930 utilizados como mecanismos de acusação e de conspiração na base ludoviquista. O próprio Pedro Ludovico, quando interventor, foi acusado de se valer de perseguições políticas em seu governo. Na dissertação de mestrado intitulada *Percursos da memória: a trajetória Política de Pedro Ludovico*, a autora Marilena Julimar Fernandes estuda as construções de memória e esquecimento histórico acerca da imagem Pedro Ludovico, utilizando como fonte principal para sua pesquisa a obra *Memórias*, de autoria do próprio Pedro Ludovico. Em certo trecho, Marilena utiliza-se de uma citação de Joaquim Rosa que, no período do governo de Ludovico, “exercia a função de editor chefe de um dos principais jornais do estado de Goiás: O YPAMERI” (FERNANDES, 2003, p. 68). Em um artigo intitulado “Tempo quente”, Rosa diz que Ludovico,

quando percebeu que a onda subia, ameaçando seriamente seus projetos fez o que faria qualquer outro político do mesmo naipe (sic). Arregaçou as mangas, quebrou o chapéu na testa e derrubou a madeira no adversário sem dó nem piedade. Engajou na luta todos os meios que dispunha. Lícitos ou não. (...) Não podendo vencer pela persuasão, convenceu pela borduna. Ou comprando com dinheiro ou com emprego. Repetiu o que os Caiado fizeram. (...) Ludovico não escapou do quadro por ele esboçado (apud FERNANDES, p. 72).

No entanto, quando perguntado décadas depois de sua saída da administração do Estado, sobre “as histórias de perseguições e espancamentos”, em entrevista publicada no *Jornal Opção*, em 1978, e republicada em junho de 2009 pela *Revista UFG*, Pedro Ludovico de forma direta e objetiva assim responde: “São histórias” (www.proec.ufg.br/revista_ufg).

Ao se analisarem as obras sobre a história de Goiás, nota-se que a violência é tratada como fato comum à política da época pré-golpe de 1930, sendo porém os fatos ligados a práticas políticas pós-1930 encarados por alguns autores (como por exemplo Nasr Fayad Chaul, que se refere aos casos de violência política em Catalão na década de 1930) como um mero “desvio do progresso” (CHAUL, 1994, p. 166). Entretanto, o

autor não leva em consideração o fato de que essa prática era comum, tanto antes do Governo de Vargas, quanto durante e posteriormente ao seu governo, não podendo então ser encaradas como um elemento exterminado do campo político pelo movimento de 1930. Ao se referir ao período da Primeira República em Catalão, o memorialista catalano Cornélio Ramos escreve:

A violência influía de tal modo sobre o espírito das pessoas que o prestígio político era avaliado de conformidade com a valentia dos seus líderes, ou pela qualidade e quantidade de seus jagunços. Os partidos políticos eram denominados de acordo com o tipo das carabinas usadas pelos seus sequazes (RAMOS, 1997, p. 61).

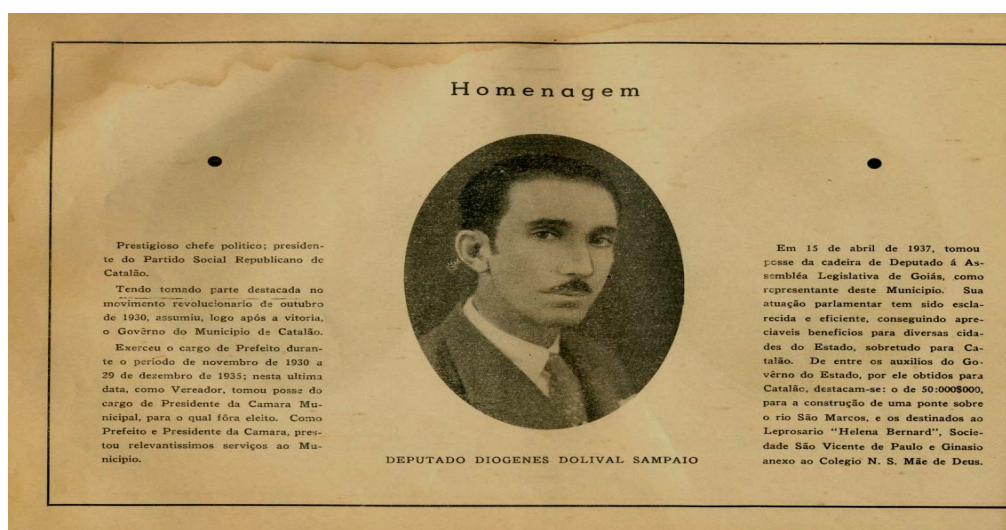
Percebemos, a partir de nosso estudo, que parte dos historiadores goianos que estuda o período, de certa forma embarca nos discursos dos personagens políticos de 1930 – que se valiam de acusações de utilização de práticas que remetiam à Primeira República como meio de desqualificação de seus adversários – e os historiadores não percebem como essas práticas eram utilizadas na luta política pós-golpe.

Os artifícios de acusação e negação de ligações com atos que remetiam aos praticados na Primeira República, principalmente atos violentos, eram comuns à política goiana do período. Quem acusava inferia ao acusado o status de traidor dos princípios ditos revolucionários. No entanto, quem era acusado trazia consigo a mácula do “atraso”. Afinal a Revolução não propunha a instauração da modernidade? Do “novo”? Ligar-se a práticas comuns do antigo governo estabelecido na Primeira República e derrotado em 1930, era também ligar-se ao “atraso”.

Em meio a um cenário político conturbado, no qual se tornou a política goiana no período do governo constitucional de Vargas (entre 1930 e 1937), não apenas acusar, mas mostrar-se condizente com as condutas ditas como “novas” ou “modernizantes”, também se fazia necessário por parte dos agentes políticos goianos que compunham a base do governo. Participante no movimento de 1930, Diógenes Dolival Sampaio surgiu após a vitória do movimento liderado por Vargas como líder político local em Catalão. O almanaque anual *Catalão Ilustrado* de 1937, produzido por Antônio Jorge Azzi, que exercia o cargo de Secretário do Partido Social Republicano de Catalão (o mesmo de Diógenes) e de Secretário da Prefeitura de Catalão simultaneamente, relata em certo trecho a figura de Diógenes como Intendente Municipal de Catalão.

A vitória da Revolução de 1930 fez com que assumisse o Governo do município de Catalão o Sr. Diógenes Dolival Sampaio, moço dotado de superiores princípios democráticos. De espírito inovador e esclarecido, ao seu ideal de liberdade e progresso aliava-se destemeroso patriotismo; tanto assim que na direção dos negócios do município, imprimiu ao seu governo diretrizes inteligentes (AZZI, 1937, p. 68).

Provavelmente não foi em vão a homenagem, feita por Azzi a Diógenes Sampaio, vista na ilustração a seguir, do Almanaque *Catalão Ilustrado* de 1937.



Fonte: Almanaque Catalão Ilustrado-1937

A exposição da imagem de lideranças políticas foi um elemento constantemente utilizado pelo Governo de Vargas na tentativa da construção do sentido nacionalista de nação. A exaltação da figura do líder era frequente no período. Em momentos de grande agitação política não apenas acusar, mas promover-se e promover a exposição pública de seus pares constituía um elemento importante em meio ao cenário político goiano.

Em 1933 em relatório enviado a Getúlio Vargas, Pedro Ludovico, na introdução do documento, reforça seus atos para (...) "livrar o país da influencia nefasta dos que o exploravam por meio de uma política violenta, desonesta e retrograda" (Pedro Ludovico, em Relatório apresentado a Getúlio Vargas, 1933)

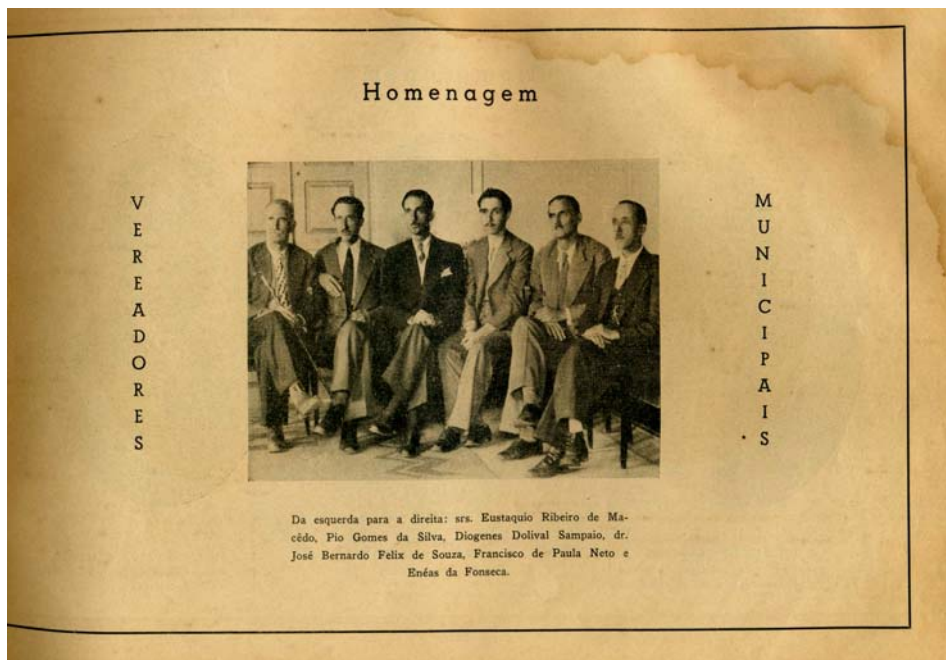
O clima de expectativa que se formou em torno da possibilidade de haver eleições a partir de 1933, gerou cisões no Partido Social da República entre Pedro Ludovico e Domingos Netto Vellasco. Segundo Maria Cristina,

O partido se divide em correntes Ludoviquistas e Vellasquistas e a 23 de agosto o Partido Popular de Ipameri escreve a Pedro Ludovico comunicando-lhe o apoio a candidatura de Domingos Netto Vellasco à presidência constitucional do Estado (MACHADO, 1990, p. 132).

Em Catalão a adesão do Partido Popular de Ipameri ressoou fortemente. Diógenes Sampaio escreve a Ludovico, demonstrando seu apoio em meio à crise, ao então Interventor Estadual:

Não quero mais sacrifício em lutas políticas e se o dever de lealdade e solidariedade ao seu governo me impuser a votar em Vellasco como candidato para o governo constitucional de Goiás, renunciarei ao meu cargo de Prefeito, porque a minha atitude é inabalaável. Vejo que Vellasco faria, no período do governo constitucional, uma atuação ditatorial, inteiramente diversa do seu (apud MACHADO, 1990, p. 129).

Diógenes Sampaio administrou Catalão por cinco anos, entre o final do ano de 1930 até o ano de 1935. Em 1935, apesar de afastar-se da administração do município, conseguiu eleger seu candidato a prefeito, o Sr. Anízio de Oliveira Gomide, conseguindo eleger-se também vereador, assumindo a presidência da Câmara Municipal. Em 1937 Diógenes assumiu o cargo de deputado estadual.



Fonte: Almanaque Catalão Ilustrado, 1937
Em relatório enviado a Pedro Ludovico em 1933, e publicado no almanaque Ca-

talão Ilustrado, Diógenes Sampaio fala sobre suas práticas políticas.

Encarando os fatos com superioridade de vistas, não pratiquei vindictas, não fiz perseguições nem coação alguma, mas perdoei a meus adversários e restituí ao povo catalano a liberdade e as garantias individuais que lhe haviam suprimido e de que tanto carecia para a consecução regular de sua obra de progresso e de grandezas (SAMPAIO, apud, AZZI, 1937, p. 70).

Apesar de o relato enviado a Pedro Ludovico por Diógenes demonstrar sua preocupação com os ideais propostos pelo movimento de 1930, por meio do confronto entre as fontes utilizadas na pesquisa e o estudo feito por Maria Cristina Teixeira Machado, acerca da intervenção de Pedro Ludovico no estado de Goiás, nota-se que eram constantes as críticas aos métodos políticos do Interventor catalano. Em carta anônima enviada a Pedro Ludovico, em 1933, o autor faz queixas aos atos de Diógenes.

É um horror o que essa ave de rapina tem furtado dos cofres públicos e dos particulares. O tirano vai às roças e ameaça todo mundo para votar com ele e acaba violando os lares dos pobres matungos! Ninguém aqui tolera esse analfabeto de família de assassinos e de patrões! Só gente da marca delles é que o acompanha. E é um absurdo que onde há tanta gente honesta e competente, esteja a exercer o mandonismo burguês que governam tantos intelectuais distintos (apud MACHADO, 1990, p. 131).

Apesar de anônima a carta encaminhada ao Interventor Ludovico, esta nos ajuda a refletir acerca do ambiente político catalano na década de 1930. Segundo Nasr Fayad Chaul, em 1933,

a situação política estava polarizada entre o grupo de Diógenes Dolival Sampaio e o que apoiava Domingos Netto Vellasco, formado entre outros por Mário de Cerqueira Netto, Christiano Ayres da Silva, Augusto Pimentel Paranhos e Randolpho Campos. Vellasco procurava ampliar suas bases eleitorais e encontrou nestes políticos uma forma de estar com o governo de Pedro Ludovico e contra os Sampaio (CHAUD, 1994, p. 169).

A oposição a Ludovico encontrada no apoio a Vellasco pelo Partido Popular de Ipameri, juntamente com as aspirações vellasquistas do grupo opositor aos Sampaio em Catalão, demonstram a difícil situação que o Governo Provisório de Ludovico en-

contrava na região. No entanto segundo Maria Cristina Teixeira Machado,

Homens como Carvalhinho (Jataí), Diógenes Sampaio (Catalão), Sidney de Almeida (Santa Rita), Floriano Camarú (Ipameri), são frequentemente denunciados por suas atitudes negadoras dos princípios revolucionários (MACHADO, 1990, p. 131).

Entre os “*homens*” citados por Machado nota-se que tanto Diógenes em Catalão, quanto Floriano Camarú em Ipameri enfrentavam em seus redutos o crescimento de grupos que com eles disputavam o poder, e que se articularam com Domingos Vellasco para a conquista de seus objetivos. As acusações, comuns à base varguista no estado, em tempos eleitorais aos quais se encontrava o Estado de Goiás, deram à base ludoviquista na região um clima de instabilidade. Apesar das articulações, que visavam à deposição de Ludovico, em 1933 o interventor estatal conseguiu contornar a crise e continuar no poder.

Nesse contexto de instabilidade e de disputas políticas, a construção de Goiânia inseria-se como marco fundamental dos planos de adequação do estado de Goiás ao novo cenário econômico nacional. Goiânia representaria toda a conceituação de modernidade e progresso, do grupo que ascendeu ao poder em 1930 no país. Segundo Nasr Fayad Chaul,

Pedro Ludovico rotulava Goiás de centro ‘oligárquico, decadente e atrasado’. Goiânia seria seu inverso. Decadência e atraso eram, então, argumentos recuperados no momento para reforçar a necessidade do novo (CHAUL, 2002, p. 214).

Em 1936, o governo de Ludovico enfrentou nova crise. O ambiente político em torno dos planos de mudança da Capital, desde o seu princípio, foi conturbado. Em decorrência da resistência ao projeto de mudança da capital do estado da cidade de Goiás para Goiânia – projeto estratégico para o desenvolvimento da “Marcha para o Oeste” em Goiás – a base de Pedro novamente se dividiu, agora entre mudancistas e não mudancistas. Surgiram inúmeras denúncias, por parte da oposição, sobre pressões e perseguições políticas. O ambiente conturbado que Ludovico enfrentava em 1936 colocava mais uma vez sua liderança em questão. Marilena Julimar, em seu trabalho ao citar um texto de Pedro Ludovico intitulado *A Cidade-Fanal*, nos mostra que “a nova capital representou uma fonte de atração para os projetos de ocupação da região Centro-Oeste (...)” (FERNANDES, 2003, p. 116). No trecho, Ludovico diz:

Goiânia é o ponto de referência da marcha para o oeste. É a estrela guiadora das caravanas de progresso e de trabalho, que hão de vir lavrar terras, multiplicar as colheitas, usufruir os recursos e industrializar as matérias-primas do Brasil Central (apud FERNANDES, 2003, p. 116).

Por trás da agitação política dos anos que compõem o governo provisório em Goiás, escondiam-se interesses políticos e econômicos que, em meio ao grupo heterogêneo componente da base varguista no estado, se misturavam com a política de reestruturação econômica do estado e tem influência direta na história política catalana.

A política de colonização do Centro-Oeste atraiu para Goiás uma grande quantidade de “pessoas de outros estados” (MACHADO, 1990, p. 128). A construção de estradas, ferrovias, pontes, usinas (entre outros), fazia parte do projeto de colonização do estado. Segundo Alcir Lenharo,

A mudança da paisagem social da Amazônia, de Mato Grosso e de Goiás se amarra na idéia de ampliação do mercado interno de consumo para absorver a crescente produção industrial (LENHARO, 1985, p. 20).

Em seus estudos sobre o processo de colonização das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, Lenharo procura demonstrar que, a estratégia do estado varguista para que “as ilhas de prosperidade industrial ocupassem os espaços despovoados” (LENHARO, 1985, p. 20) fazia com que as relações comerciais internas se estabelecessem em moldes imperialistas, sendo uma região “que produz, exporta manufatura e capitais e a outra que os recebe e remete matéria-prima de volta” (LENHARO, 1985, p. 24). Nesse contexto, Goiás se insere no papel de região colonizada em meio ao imperialismo interno estabelecido pelo governo federal, exercendo papel secundário no processo de reconfiguração da economia nacional.

Ocorre em Catalão, em 1936, em meio ao momento de crise vivenciado por Ludovico, o assassinato do farmacêutico Antero da Costa Carvalho. Apesar de não se comprovar judicialmente a autoria do crime, a família Sampaio é acusada pela população.

O memorialista Cornélio Ramos assim narra um breve momento da execução pública de Antero:

Amarraram-lhe uma corda ao pescoço, ataram suas mãos e o levaram pelas ruas aos

empurrões e pontapés, sem lhe permitir que falasse. Lá foram com o indefeso moço aos trambolhões, matando-o aos pouquinhos, espetando-lhe a cada passo a ponta de uma faca em todas as partes do corpo, nos braços atados, nas pernas, no ventre, nas costas, no peito, no rosto para fazê-lo sofrer bastante, num sadismo abominável. Quando passavam em frente a casa do Prefeito, Antero estava quase nu: suas vestes já estavam esfarrapadas pelas vergastadas recebidas e pelas pontas das facas que lhe riscavam o corpo da cabeça aos pés rasgando as roupas e abrindo as feridas do corpo (RAMOS, 1997, p. 108).

Segundo Nasr Fayad Chaul, “crimes como o de Antero vinham contra o discurso de progresso e modernidade, que implicavam civilidade e fim da violência em todos os níveis, proferidos pelo movimento de 30” (CHAUL, 1994, p. 195). Como estratégia, era sempre utilizado o argumento do progresso e do combate ao atraso, por Pedro Ludovico, para conter a crise. Diógenes havia muito era alvo de várias acusações e críticas por parte de seus adversários. Adversários estes que articulavam suas atitudes políticas junto a Vellasco em 1933: “Inocentes ou não no assassinato de Antero, o certo é que os Sampaio, principalmente Diógenes, perderam e muito em termos políticos junto ao dirigente estadual” (CHAUL, 1994, p. 195).

A imagem de Antero da Costa Carvalho em Catalão junto à população, ao longo dos anos que separam o período de sua morte e a contemporaneidade, vem sendo cultuada, assumindo então o farmacêutico o status de santo, atribuído por parte dos memorialistas catalanos e incorporado pela população local.



Fonte: <http://nossocatalao.blogspot.com>

Em relação ao caso de Antero, verifica-se um movimento de apropriação de sua imagem por parte dos memorialistas locais que discutem o tema, como Maria das Dores Campos, que chega a atribuir a ele seu primeiro milagre: a eleição de João Netto de Campos para a Prefeitura de Catalão em 1946, quebrando assim, segundo ela, a hegemonia das oligarquias rurais. Porém o que se percebe é que o caso de Antero pode ser interpretado como um exercício de construção de memória, afinal: 1) não se comprovou no processo a autoria do crime; 2) a família Campos (a mesma de João Netto) compôs os quadros oligárquicos em Catalão, chegando a protagonizar cenas de violência lendárias na cidade, portanto o argumento de que a eleição de João Netto colocaria fim ao domínio dos coronéis em Catalão, elencado por Maria das Dores, não se torna precedente; 3) não se pode negar que tanto o beneficiado pelo milagre, João Netto de Campos, quanto Domingos Netto Vellasco e Maria das Dores Campos, são parentes consanguíneos, portanto o distanciamento da autora para com o seu tema pode ser colocado a prova. Constata-se então que o caso de Antero foi apropriado à época pela oposição a Diógenes, bem com também foi utilizado por parte dos memorialistas catalanos (a maioria membros da elite municipal) para a construção de um ambiente que desvinculasse sua classe de casos ligados à República coronelística.

Em 10 de novembro de 1937, em seu discurso à nação, quando na ocasião instaura-se o golpe que lhe dá poderes ditatoriais (conhecido como Golpe do Estado Novo), Vargas, entre outras acusações, faz menção à organização partidária dos coronéis. Utilizando-se do termo “caudilhismo” para se referir ao coronelismo, o então presidente reforça a importância de seu golpe para que, entre outros motivos, fosse contida uma suposta retomada do poder por parte dos coronéis derrotados em 1930. “O caudilhismo regional dissimulado sob aparências de organização partidária arma-se para impor à nação as suas decisões, constituindo-se em ameaça ostensiva à unidade nacional”. (www.homemculto.wordpress.com).

O cenário político que compõe os sete anos do governo provisório de Getúlio Vargas foi marcado por intensa agitação. As interposições entre o governo federal, a Aliança Nacional Libertadora e o Partido Comunista culminaram em 1937 na promulgação de uma nova constituição que dava poderes de ditador a Vargas. Soma-se a esse cenário também o fato de que a organização em partidos foi a saída encontrada pelas oligarquias derrotadas em 1930 para a retomada do poder. Na cópia da ata da reunião do Diretório do Partido Social Republicano de Catalão, encaminhada a Pedro Ludovico por Luiz de Paiva Sampaio (Presidente do Diretório do Partido em Catalão), nota-se

em sua composição que o termo “coronel” é apresentado à frente de alguns nomes de membros do partido. Essa atribuição, inclusive, não corresponde a uma patente militar, mas sim ao comum chamamento dos chefes políticos pré-1930.

Aos doze dias do mês de outubro de mil novecentos e trinta e sete, nesta cidade de Catalão, num dos salões do Palacete de residência do Sr. Deputado Diógenes Dolival Sampaio às 20 horas, achavam-se presentes o mesmo senhor Deputado e os senhores Cel. Luiz Sampaio, Cel. Anízio de Oliveira Gomide, Nasr Faiad, Celestino Mendes dos Santos, Oligário Martins Teixeira, Sandoval Inácio Carneiro, José Pedro Calaça, Florindo de Oliveira Braga, João Moisés Nazar, Absalão Mendonça de Avelar, Ricardo Soares, Joaquim Fernandes Paranhos e Antônio Jorge Azzi, membros do Diretório do Partido Social Republicano deste município, bem assim distintas senhoras, autoridades e outras figuras de destacada projeção em nosso meio político-social, retro animadas. (Trecho da ata da Reunião do diretório do Partido Social Republicano em Catalão em 12/10/1937-A.P.L.:003)

No discurso de 10 de novembro de 1937, em certos momentos Getúlio Vargas se refere aos partidos políticos como “clãs facciosos” e chega a dizer que os mesmos levariam a “armar o problema político, não em termos democráticos, mas em termos de violência e de guerra civil” (www.homemculto.wordpress.com). No trecho seguinte Getúlio faz uma associação entre “as ameaças caudilhescas e o perigo das formações partidárias sistematicamente agressivas” (www.homemculto.wordpress.com). Em 1937 com a divulgação do Plano Cohen, em que se simulava um plano de tomada do poder pelos comunistas, fechou-se o congresso e foi colocada em vigor uma nova constituição. Estava dado o Golpe. Entre outros argumentos, o perigo de uma retomada do poder por parte das oligarquias que dominavam o estado no pré-1930 é utilizado por Vargas para reforçar seus motivos frente a sua atitude golpista.

Para Maria Cristina Teixeira Machado, em 1937, quando Vargas fecha o congresso e promove seu Golpe de Estado, Pedro Ludovico fortalece-se no poder. Segundo a autora o Golpe de Estado foi fundamental para Pedro Ludovico, para recompor suas bases e levar seu projeto de construção da nova capital à frente, portanto era necessário compor um novo ambiente político que o favorecesse. A articulação política com elementos que transparecessem práticas que se assemelhassem às praticadas na Primeira República, no ambiente político pós-golpe de 1937, em primeiro momento ia de encontro aos argumentos utilizados por Vargas para a justificativa de seu Golpe de Estado.

Portanto, para Ludovico era fundamental que suas estratégias de articulação política fossem reformuladas. Associar-se a elementos acusados de práticas consideradas pelo Estado como caudilhescas, de certa forma, inferia ao Interventor, no mínimo, o status de conivente com práticas combatidas (pelo menos no discurso) pelo Governo de Vargas. Em 1937, logo no período pós-golpe, Pedro Ludovico Teixeira substituiu em Catalão o Interventor. Luís Alcântara de Oliveira (pertencente ao grupo liderado por Diógenes) deu lugar ao Tenente Públio de Souza. Segundo Aline Tavares a escolha especificamente da figura de Públio de Souza explica-se por conta de sua amizade com o Interventor do Estado:

Vale lembrar que a Revolução de 1930 representou para os jovens militares idealistas a oportunidade de mudanças profissionais, visão de política e, sobretudo, de acesso ao poder. Pedro Ludovico foi revolucionário em 30. Assim sendo, tornou-se amigo de Getúlio Vargas, Governador do estado de Goiás e também amigo de Públio de Souza, chegando até a nomeá-lo como Prefeito de Catalão (TAVARES, 1995, p. 17).

Apesar de a documentação e a bibliografia utilizadas na pesquisa não nos apontar a origem política de Públio, constatamos por meio da carta por ele enviada ao Interventor Ludovico que o mesmo, antes de ser enviado a Catalão, residia na cidade de Goiás.

Grande chefe e amigo Dr. Pedro,

Em primeiro lugar, os meus vivos agradecimentos pela sua atenção para comigo contida em seu telegrama de ontem. À falta de outra colocação estável, eu havia pleiteado nomeação para Goiás. Somente esse motivo. O clima a água e outras causas maltrataram-me sobremaneira, na velha capital, fazendo de mim um neurastênico quase insuportável. Ademais, lá, experimento a impressão de ter me separado de Goiânia, ficando muito aquém do progresso e da civilização que a Nova Capital nos deu, enchendo-nos de esperança e bem estar. (Públio de Souza a Pedro Ludovico. Catalão, 4.01.1938-A.P.L. pasta 083).

Em dezembro de 1937 chega a Catalão o Tenente Públio de Souza, que fora indicado por Pedro Ludovico para assumir a Prefeitura Municipal de Catalão. Diógenes inconformado com a decisão de Pedro Ludovico muda de atitude, opondo-se ao Interventor do Estado. O coronel João Cerqueira Neto relata a Ludovico.

Para o conhecimento de V. ex. venho comunicar-lhe que se encontra em S. Lourenço, Misael Nogueira, cunhado do Sr. Diógenes Sampaio. Consta, em rodas bem informadas, que é mesmo como emissário de Diógenes levou a incumbência de apresentar, ao Sr. Presidente da República, Dr. Getúlio Vargas, infundadas queixas contra política e administração de V. ex., pois o que elles, Sampaio, visam é a posse do poder, com cuja perda não se conformam (CERQUEIRA, apud MACHADO, p. 174).

Em dezembro de 1937 chega a catalão o Tenente Públio de Souza, que fora indicado por Pedro Ludovico para assumir a Prefeitura Municipal de Catalão. Públio ao assumir a Prefeitura de Catalão no final de 1937 chega à cidade não apenas com a missão de substituir Diógenes Sampaio, por conta de sua amizade com o Interventor do Estado, mas também para representar o braço direito de Ludovico na região, sendo então nomeado para compor da base de sustentação ludoviquista e dar andamento ao projeto de colonização do Estado Novo para o interior do país. Porém segundo Alcir Lenharo,

Quando se fala em colonização no período, fala-se em “Marcha para o Oeste”, apenas para apontar seu caráter retórico e mítico, distante de uma possível factibilidade material. Num texto de resultados parciais, pude alinhar, no entanto, o peso relativo das realizações materiais dos programas nascidos dessa proclamação. À medida que a pesquisa evoluiu, os desdobramentos da proclamação permitiram-me perceber como foi sendo articulada a política geral de colonização do Estado Novo, estrategicamente centrada sobre a criação de colônias agrícolas nacionais no interior do país, nas áreas ditas “vazias”. Tal política foi sendo implantada simultaneamente à manutenção de alianças com os grandes proprietários de terras que não foram afetados diretamente pelas obrigações trabalhistas aplicadas nas cidades (LENHARO, 1986, p. 14).

Em Goiás não foi diferente. Com a criação de colônias agrícolas no norte do estado (que levou a uma corrida pela ocupação das terras por parte de pequenos proprietários), a construção de Goiânia e a implantação de planos de ampliação da infraestrutura produtiva e de transportes impulsionaram a supervalorização das terras goianas e o aumento da mão-de-obra barata (decorrente do movimento migratório em direção ao estado). Entendemos então que os maiores beneficiados em tal situação foram aqueles que tinham condições de produzir em larga escala (afinal existia um forte mercado de venda de matérias-primas para os grandes centros, em função da política imperialista do estado, que foi impulsionado pela construção de rodovias e ferrovias);

e quem dispunha de grande quantidade de terras expostas ao processo de especulação imobiliária gerado pelo movimento migratório em direção ao estado. Ou seja, as oligarquias.

Portanto, percebe-se que em Goiás no período do pós-golpe de 1937, não ocorreu uma caça às lideranças oligárquicas, mas sim um movimento de adaptação das bases à nova política do estado para atender às novas diretrizes do governo federal, que pretendia implementar suas políticas sem contar com as intempéries inerentes à instabilidade da política oligárquica, sem que isso causasse um desligamento completo das lideranças locais. Substituíram-se as lideranças problemáticas para os planos do Estado, como Diógenes, mas manteve-se a aliança com a estrutura oligárquica que comandava o estado. O movimento de substituição das forças dominantes da cidade no período do Governo Provisório, no entanto, não foi um fato ligado somente à História política catalana. Segundo Francisco Cristovam de Ávila, na cidade de Sant'ana (atualmente chamada Uruaçu), logo após o Golpe de 1937, o Interventor Manoel Fernandes de Carvalho foi substituído posteriormente ao golpe por "João Pereira Couto, de idade já avançada (70 anos), extremamente nervoso e intolerante" (ÁVILA, 1993, p. 59). No caso de Catalão, coube a Ludovico a nomeação de uma figura política com caráter técnico e disciplinado, um militar, para que fossem asseguradas a implementação dos planos estadonovistas e a estabilidade de sua liderança pessoal na região. Esse movimento de substituição de forças políticas locais presume um elemento utilizado por Pedro Ludovico em sua estratégia política pós-golpe de 37.

Apesar do caráter regional de abrangência do tema, sua fundamentação e desígnios só podem ser entendidos se o incluirmos no contexto das novas configurações do Estado brasileiro pós-golpe de estado de 1930, quando a construção de uma visão corporativa de sociedade e estado pressupunha medidas impositivas de intervenção social, assim como atribuía um papel essencial ao Estado na condução, não só política da sociedade, mas também econômica e cultural. A partir do estudo do referido tema, espera-se estabelecer ampla discussão, contribuindo assim para o debate historiográfico acerca do referido período histórico.

Referências

ÁVILA, Cristovam Francisco de. *História do município de Uruaçu*. Uruaçu: edição do autor, 1993.

- AZZI, Antonio Jorge. *Catalão Ilustrado*. São Paulo: Linotechnica, 1937.
- CAMPOS, Maria das Dores. *Catalão, estudos históricos e geográficos*. Goiânia: Bandeirantes, 1979.
- CHAUD, Antonio Miguel Jorge. *Memorial do Catalão*. Goiânia: ed. do autor, 2000.
- CHAUL, Nasr Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Ed. da UFG, 2002.
- FERNANDES, Marilena Julimar. *Percursos de Memórias: a trajetória política de Pedro Ludovico*. Universidade Federal de Uberlândia. Dissertação de Mestrado, 2003.
- FREITAS, Eliane M. *O significado da justiça, violência e aplicação da lei em Goiás - 1890/1941*. Dissertação de Mestrado. Franca: UNESP, 2005.
- GOMES, Luís Palacín; CHAUL, Nasr Fayad; BARBOSA, Juarez Costa. *História política de Catalão*. Goiânia: Editora da UFG, 1994.
- LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas: Papirus, 1986.
- _____. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. Campinas: Editora da Unicamp, 1985.
- MACHADO, Maria Cristina Teixeira. *Pedro Ludovico: um tempo, em carisma, uma história*. Goiânia, Cegraf/UFG, 1990.
- PEREIRA, Laurindo Mékie. A Nova História Política e o marxismo. *Opsis. Dossiê História e Perspectivas*. UFG - Campus Catalão. Catalão. V. 8, n. 11. jul./dez. 2008, p. 97-119.
- RAMOS, Cornélio. *Catalão: poesias, lendas e histórias*. 3 ed. revista e ampliada. Catalão: Gráfica Modelo, 1997.
- RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.
- SILVA, Ana Lúcia. *A Revolução de 30 em Goiás*. Goiânia: Câne Editorial e Agepel, 2001.
- TAVARES, Aline Maria Fonseca. *Perspectivas de uma nova abordagem de Catalão*. Universidade Federal de Goiás/CAC. Monografia de final de curso. Catalão, 1995.

Hans Staden *versus* Michel de Montaigne: o etnocentrismo e o relativismo cultural

Fernando de Albuquerque França

Professor e pesquisador graduado em História,
sob a orientação do Prof. Carlos Roberto da Silva

Resumo: *Este artigo pretende discutir a visão eurocêntrica sobre os índios brasileiros, mais especificamente sobre sua cultura. Para tanto, é feita uma comparação entre o pensamento de dois viajantes do século XVI, Hans Staden e Michel de Montaigne, ambos europeus, que viveram na mesma época, mas que tiveram pensamentos extremamente divergentes em relação aos nativos da nova colônia portuguesa.*

Palavras-chave: *etnocentrismo, relativismo cultural, difusão cultural*

Abstract: *This paper intends to discuss the Eurocentric vision about Brazilian Indians, more specifically about their culture. This way, we proposed a comparison between the thoughts of two 16th century travelers, Hans Staden and Michel de Montaigne, both Europeans who lived in the same historical period, but who had very different thoughts about the natives of the new Portuguese colony.*

Keywords: *Ethnocentrism. Culture relativism. Culture diffusion.*

No Brasil, ainda há, mesmo que velado, um racismo muito forte impregnado na população com relação às diversidades étnico-raciais, pois, a cada dia, a superioridade da branquidade é afirmada por meio de propagandas, jornais, novelas, cinema, teatro etc. A motivação deste trabalho consiste em mostrar as diferentes visões de dois viajantes europeus que viveram no século XVI e pesquisaram a cultura indígena brasileira. Espera-se, assim, oferecer uma modesta contribuição, entre muitas outras, para ajudar a quebrar certas concepções racistas do povo brasileiro.

A partir do século XV, com as grandes navegações, os países da península ibérica (Portugal e Espanha), por já terem passado pelo processo de unificação, ou seja, pela formação do Estado Nacional, tinham o aparato político necessário para saírem pioneiramente na busca por novas terras. Desse modo, Portugal, contornando o litoral oeste

da África, objetivava alcançar as Índias, e a Espanha, levando em conta a esfericidade da Terra, acreditava que aportaria às novas terras tomando o caminho contrário ao de Portugal. Conseqüentemente, em 1492, uma caravela financiada pela coroa espanhola e dirigida pelo navegador Cristóvão Colombo chegou à América Central, no atual El Salvador, e, em 1500, Portugal chegou ao Brasil com uma caravela comandada pelo burocrata Pedro Álvares Cabral. Dessa maneira iniciou-se o contato entre os europeus e os nativos do novo país “descoberto”: o Brasil.

Começou a se desenvolver, então, a primeira atividade econômica na mais nova colônia portuguesa: o escambo com o pau-brasil e mercadorias sem valor da cultura europeia. Entre idas e vindas, numa das embarcações de Portugal, veio para o Brasil o alemão Hans Staden, do *Hesse* (Estado germânico). Ele foi aprisionado pelos índios tupinambás no litoral fluminense, em 1554. Quando Hans Staden retornou à Europa, escreveu um livro que talvez tenha sido o primeiro *best-seller* relatando uma aventura no Novo Mundo.

Antes de iniciar o diálogo entre os pensamentos divergentes de Staden e Montaigne, conceituaremos cientificamente etnocentrismo e relativismo cultural.

A palavra [...] *etnocentrismo* [...] foi criada pelo sociólogo americano Willian G. Summer e apareceu pela primeira vez em 1906 em seu livro *Folkways*. Segundo sua definição, o etnocentrismo é o termo técnico para esta visão das coisas segundo a qual nosso próprio grupo é o centro de todas as coisas e todos os outros grupos são medidos e avaliados em relação a ele (CUCHE, 2002, p. 46).

Quanto a relativismo cultural,

[...] devemos a Franz Boas a concepção antropológica do “relativismo cultural”, mesmo que não tenha sido ele o primeiro a pensar a relatividade cultural nem o criador desta expressão que aparecerá apenas mais tarde. Para ele, o relativismo cultural é antes de tudo um princípio metodológico, a fim de escapar de qualquer forma de etnocentrismo (CUCHE, 2002, p. 44).

Tanto Hans Staden quanto Michel de Montaigne foram europeus que viveram no século XVI, o primeiro, alemão e o outro, francês. Mas, apesar de conviverem no mesmo espaço e tempo, nota-se uma grande diferença em seus pensamentos sobre os índios brasileiros. Staden ficou entre a tribo Tupinambá durante nove meses e meio, e,

em seu livro já mencionado, salienta que os índios são extremamente selvagens, andam sem roupas, comem a carne humana depois de matarem as pessoas e ainda os chama de pagãos e ignorantes simplesmente por não cultuarem o seu Deus cristão.

Em verdade, não se preocupam com o Deus verdadeiro, nem o têm, ou qualquer criador do céu e da terra, já que, segundo a sua tradição, céu e terra sempre existiram. Não sabem contar como começou o mundo. É imperdoável não praticarem o sagrado batismo e viverem em função de suas crenças e superstições (STADEN, 1988, p. 54).

Staden segue desvalorizando as práticas culturais dos índios brasileiros, narrando que estes

Nadam como peixes e costumam banhar-se, com grande alvoroço e alegria, uma dúzia de vezes por dia, pelo menos, quando, nós, civilizados, sabemos que o banho por imersão completa na água é prejudicial à saúde. Só posso entender que o façam por infantilidade ou ignorância! (STADEN, 1988, p. 59).

Por outro lado, Montaigne tem uma visão totalmente diferente da de Staden, a ponto de dizer: “não vejo nada de bárbaro ou selvagem no que dizem daqueles povos; e, na verdade, cada qual considera bárbaro o que não se pratica em sua terra” [Montaigne, 1580, p. 195]. No fundo ele aponta para o fato de que o ser humano tende a ser etnocêntrico, ou seja, tende a pensar que sua cultura é a melhor e mais rica, superior a todas as outras. Daí Montaigne insistir:

[...] esses povos não me parecem, pois, merecer o qualitativo de selvagens somente por não terem sido senão muito pouco modificados pela ingerência do espírito humano e não haverem quase nada perdido de sua simplicidade primitiva (1991, p. 196).

Com essas observações, Montaigne explicita que nada tem de selvagem uma sociedade que se desenvolveu mais devagar do que a europeia simplesmente porque não havia entrado em convivência com outra cultura. Aí está a grande diferença entre Montaigne e Staden, visto que este último não consegue sair desse pensamento etnocêntrico que acredita que a sociedade europeia é culturalmente superior à cultura indígena.

Montaigne não só vai contra o modelo de pensamento da época como também não cansa de tecer elogios à rica cultura indígena. Para ele – que não deixa, em contrapartida, de sustentar uma visão idílica sobre esse outro mundo que se descortina aos seus olhos – o Novo Mundo era o paraíso perfeito. Sua natureza seria infinitamente superior à europeia; ressalta que não havia hierarquia política nem social, o clima era extremamente agradável e, entre outras coisas, admirava a saúde dos índios. Indo além, Montaigne critica os desenhos da época, nos quais os nativos perdiam suas especificidades para assumir aspectos de bruxos, feiticeiros, demônios e homens selvagens. Montaigne frisa que

as leis da natureza, não ainda pervertidas pela imissão dos nossos, regem-nos até agora e mantiveram-se tão puras que lamento por vezes não as tenha o nosso mundo conhecido antes, quando havia homens capazes de apreciá-las. Lamento que Licurgo e Platão não tenham ouvido falar delas, pois sou de opinião que o que vemos praticarem esses povos, não somente ultrapassa as magníficas descrições que nos deu a poesia da idade de ouro, e tudo o que imaginou como suscetível de realizar a felicidade perfeita sobre a terra, mas também as concepções e aspirações da filosofia (1991, p. 196).

Enquanto Staden segue o pensamento padrão do seu tempo, que concebe a cultura do Novo Mundo como uma barbárie total, Montaigne bate de frente com essa visão em pleno século XVI. Faz o que a quase totalidade das pessoas não faz: ele compara a sua cultura com a dos índios e sustenta ser impossível tachar uma sociedade de bárbara se a europeia é muito mais bárbara em vários aspectos. Mostra também que diferentes grupos fazem coisas iguais com objetivos diferentes; e é por meio desses objetivos que devemos julgar tais atos. Como exemplo do que foi dito, tomemos a questão da guerra:

Os índios não entram em conflito a fim de conquistar novos territórios, porquanto gozam ainda de uma uberdade natural que sem trabalhos nem fadigas lhes fornece tudo de que necessitam e em tal abundância que não teriam motivo para desejar ampliar suas terras. Têm ademais a felicidade de limitar seus desejos ao que exige a satisfação de suas necessidades naturais, tudo o que as excede lhes parecendo supérfluo (MONTAIGNE, 1991, p. 199-200).

Além de tudo, Montaigne ainda elogia a língua que falam, que no caso seria o Tupi. Comenta ser uma língua que não carece de doçura: os sons são agradáveis e as

desinências das palavras aproximam-se das gregas. Diante dos fatos mencionados, percebe-se a gritante diferença de pensamento de Hans Staden e de Michael de Montaigne sobre os índios brasileiros. Enquanto Staden critica incansavelmente o modo de vida e tudo o que vinha dos nativos do Novo Mundo, Montaigne destaca justamente o contrário: que essa sociedade é até mais evoluída do que a europeia sob vários prismas. Mais: para ele, em última análise, não existe sociedade melhor ou pior culturalmente do que outras; simplesmente há sociedades que não tiveram tanta influência de fatores externos como outras, e por isso tendem a se desenvolver tecnologicamente mais devagar.

Independentemente de aspectos relativamente românticos que venham à tona na valorização da cultura indígena feita por Montaigne, o fundamental, no caso, está na sua crítica ao europocentrismo ou ao etnocentrismo que impregnou as concepções de mundo de Hans Staden e muitos outros pensadores. Estes, ingenuamente, ao que tudo indica, supunham-se superiores por encarnarem uma cultura própria dos civilizados, sem se darem conta dos processos de hibridização cultural que marcam historicamente a Europa (para não falar, posteriormente, dos Estados Unidos). A respeito, convém refletir sobre as palavras do antropólogo norte-americano Ralph Linton, em *O Homem: uma introdução à antropologia*:

O cidadão norte-americano desperta num leitor construído segundo padrão originário do Oriente Próximo. Sai debaixo de cobertas feitas de algodão cuja planta se tornou doméstica na Índia. Tira o pijama, que é vestuário inventado na Índia e lava-se com sabão que foi inventado pelos antigos gauleses, faz a barba que é um rito masoquístico que parece provir dos sumerianos ou do Antigo Egito. As peças de seu vestuário têm a forma das vestes de pele originais dos nômades das estepes asiáticas; seus sapatos são feitos de peles curtidas por um processo inventado no antigo Egito e cortadas segundo um padrão proveniente das civilizações clássicas do Mediterrâneo; a tira de pano de cores vivas que amarra ao pescoço é sobrevivência dos xales usados aos ombros pelos croatas do século XVII. De caminho para o *breakfast*, pára, para comprar um jornal, pagando-os com moedas, invenção da Líbia antiga. No restaurante, toda uma série de elementos tomados de empréstimos o espera. A faca é de aço, liga feita pela primeira vez na Índia de Sul; o garfo é o inventado na Itália medieval, a colher vem de um original romano. Começa seu *breakfast* com uma laranja vinda do Mediterrâneo oriental, melão da Pérsia, ou talvez uma fatia de melancia africana. Acabando de comer, nosso amigo se recosta para fumar, hábito implantado pelos índios americanos e que consome uma

planta originária do Brasil, fuma cachimbo, que procede dos índios da Virgínia, ou cigarros, provenientes do México. Ao inteirar-se das narrativas dos problemas estrangeiros, se for um bom cidadão conservador, agradecerá a uma divindade hebraica, numa língua indo-européia, o fato de ser cem por cento americano (2000, p. 313-314).

Logo se vê que, contrariamente à perspectiva unilateral assumida por uns tantos viajantes em trânsito pelo Brasil, é necessário reconhecer e valorizar a diversidade cultural para que assim uma determinada cultura possa enxergar-se por meio do contato com o “outro”, com o diferente, enriquecendo as relações e as interações entre as culturas.

Referências

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas Ciências Sociais*. 2 ed. Bauru: Edusc, 2002.

DURKHEIM, Émile. *O ano sociológico*, tomo XII, 1913.

LINTON, Ralph. *O homem: uma introdução à antropologia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MONTAIGNE, Michel Eyquem de. *Ensaio*. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

STADEN, Hans. *Viagens e aventuras no Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1988.

A tuberculose e sua ressonância nas obras de Álvares de Azevedo e Manuel Bandeira

Lorena Vieira Rocha Santos

Aluna do 6.º período do curso de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do UNIPAM. Trabalho orientado pelo Prof. Ms. Carlos Roberto da Silva

Resumo: Este trabalho tem como objetivo a abordagem da tuberculose na vida e nas obras de dois poetas brasileiros: Álvares de Azevedo e Manuel Bandeira. Tal pesquisa busca demonstrar quão presente a doença se faz em seus escritos, ora revelada, ora disfarçada, e como os poetas se relacionavam com a enfermidade. É pertinente destacar e esclarecer o contexto e o período histórico vivenciado pela medicina ao tratarmos da moléstia, ressaltando também o momento presenciado por ambos, no sentido de entender o comportamento exercido e as manifestações artísticas. Dessa forma, fazem-se necessários novos olhares acerca das doenças e seus reflexos, na vida e na arte, mostrando como a História e a Literatura podem equilibrar e satisfazer algumas questões e indagações presentes no contexto vivenciado. Portanto acredita-se que este trabalho possibilita uma ligação entre poetas com histórias diferentes, unidos por uma mesma doença que, como foi analisado, adquiriu diversas faces e mitos ao longo do século.

Palavras-chave: Tuberculose. Álvares de Azevedo. Manuel Bandeira. Romantismo.

Abstract: This work aims at approaching the tuberculosis in the life and works of two Brazilian poets: Álvares de Azevedo and Manuel Bandeira. Such research tries to demonstrate how present is the sickness in their writings, sometimes revealed, sometimes disguised, and how was the relationship between the poets and the illness. It is important to clarify the context and the historical period experienced by medicine, while approaching the disease, by emphasizing also the moment lived by both poets, so as to understand their behavior and their artistic manifestations. This way it is also necessary to project a new look on the diseases and their reflections, in art and in life, by showing how History and Literature can balance and satisfy some questions and inquiries present in this context. Therefore we believe this work may turn possible the link between the two poets and their different stories, united by a disease that – as analyzed – acquired many faces and myths along the centuries.

Keywords: Tuberculosis. Álvares de Azevedo. Manuel Bandeira. Romanticism.

Ao analisarmos o desenvolvimento da história da medicina mundial, deparamo-nos com significativos aperfeiçoamentos médicos, tanto preventivos quanto de tratamentos de diversas enfermidades. Doenças infecciosas que causavam epidemias arrasadoras na antiguidade, hoje são tratadas por meio de medidas profiláticas que bastam para conter seu avanço.

Entre tais doenças podemos destacar a tuberculose, por suas representações perante a sociedade e a singularidade presente nos adjetivos atribuídos aos doentes, principalmente durante o século XIX. Apesar do elevado número de mortes, a associação entre tuberculose e romantismo conotava inteligência e sensibilidade, pela grande quantidade de artistas e intelectuais acometidos pela moléstia.

Este trabalho busca mostrar a ressonância da doença na obra de dois poetas brasileiros, ambos tuberculosos, mas com histórias de vida distintas: Álvares de Azevedo e Manuel Bandeira. Trata-se de uma análise sobre algumas questões pertinentes, relacionadas à influência da tuberculose nos escritos destes gênios literários, possibilitando uma maior compreensão acerca dos sentimentos, ilusões e dúvidas que permearam suas obras, e dos significados atribuídos a essa doença.

Para tanto é necessário um maior aprofundamento na leitura de cada obra, observando cuidadosamente a maneira como a doença se manifesta e o modo com que o poeta a trata ou a omite, além da relação existente entre ambos. Enfim, pretende-se entender a convivência do artista com uma enfermidade mortal, porém repleta de significações e metáforas, e como essa relação se dá em sua criação artística.

Devemos ter consciência de que a história das doenças também pode ser vista e analisada do ponto de vista literário. Afinal, a literatura nos permite ir além dos fatos e acontecimentos, buscando novas perspectivas a partir da subjetividade presente em cada obra. É imprescindível sua utilização em pesquisas históricas, pois ela consente o diálogo, de forma a mostrar um novo olhar acerca do tema estudado.

A constituição do saber médico acumulado desde os primórdios proporcionou avanços significativos no que diz respeito às doenças. Todavia não se pode negar que as enfermidades, de um modo geral, representam a anormalidade, tanto biológica quanto socialmente, assim como afirma Laplantine (2004, p. 103) “[...] A doença não é apenas um desvio biológico, mas também é um desvio social, e o doente é vivido pelos outros e se vê ele mesmo como um ser socialmente desvalorizado”.

A tuberculose, existente desde a antiguidade, é uma doença que se disseminou principalmente no século XIX devido às condições favoráveis ao seu contágio. Somente no final desse mesmo século, Robert Koch descobriu a bactéria *Mycobacterium tuberculosis*, causadora da doença. A invenção do estetoscópio e a descoberta dos raios-x, que permitiram a produção de imagens das partes internas do corpo, facilitaram o diagnóstico.

Entretanto, graças às profundas investigações, sabemos que a tuberculose existe desde a antiguidade, e possivelmente originou-se no Egito. Tal constatação permite a indagação do porquê do não-aparecimento da doença de forma arrasadora nos séculos anteriores ao XIX. Para Ujvari (2003, p.149)

[...] Apesar da tuberculose existir milênios antes da era cristã, somente no século XIX surgiram condições sociais para que se desse a sua maior epidemia. Nos aglomerados industriais da época, os doentes com tuberculose pulmonar apresentavam emagrecimento progressivo, tosse seca e febre diária.

A partir do século XVIII, a tuberculose, que atingia muitos artistas e intelectuais devido às aglomerações que facilitavam a passagem do bacilo de uma pessoa para outra, começa a ganhar condições para se alastrar. Desse modo, a doença até então desconhecida, no que se refere a tratamento, causa e contágio, começa a ser relacionada a uma possível personalidade romântica. Alguns acreditavam que a genialidade tornava o indivíduo vulnerável à doença e, a partir dessa percepção, o enfermo passa a ter características próprias, como a tristeza, a paixão, a falta de disposição, a palidez e a obsessão pela morte. Segundo Adam & Herzlich (2001, p. 22)

[...] A angústia que suscita é considerável e as representações que se desenvolvem são imediatamente manifestadas pelo Romantismo então dominante. Acredita-se por muito tempo que tísica é uma doença hereditária que afeta principalmente aos jovens ricos, bem dotados e sensíveis, particularmente as mulheres e os poetas. A doença expõe a verdade profunda dos seres apaixonados que, por vezes, eram considerados até como gênios. A febre que consome, não é senão um sinal da chama que abrasa o interior de suas almas.

Percebe-se que a tuberculose, a partir do século XVIII, é associada a pelo menos duas representações. A primeira concepção, já mencionada anteriormente, atribui à doença a capacidade de ser responsável pela criação artística e também ser modelo para a vida boêmia e errante. A busca por ares saudáveis, longe das agitações urbanas, tornou-se a principal forma de recuperação, visto que as formas de tratamento da tuberculose incluíam viagens e internações em sanatórios. A doença nesse período é considerada, às vezes, como benção, pois, supunha-se que o enfermo era dotado de inteligência, sensibilidade e acima de tudo criatividade. Como afirma Sontag (2007, p. 33),

[...] Tão bem estabelecido era o clichê que ligava a tuberculose à criatividade que, no fim do século XIX, um crítico sugeriu que o progressivo desaparecimento da tuberculose, era o responsável pelo declínio que se observava na literatura e nas artes.

Todavia, no final do século XIX, a industrialização crescente e vigorosa, provocou a vinda de muitas pessoas do campo para a cidade. As precárias condições de vida, aliada às longas jornadas de trabalho, forneceram condições sociais ideais para que se desse sua maior epidemia. A doença começa a desvencilhar-se dos mitos e metáforas que a acompanhavam. Trata-se de outra percepção, diferentemente da romântica, em que a enfermidade é articulada como individual. Nesse momento os pobres em sua maioria são acometidos em grande número, o que faz com que a moléstia perca a aura exclusivamente rica e volte-se contra as camadas populares. Segundo Adam & Herzlich (2001, p. 22)

[...] No final do século, estatísticas mais exatas mostrarão uma realidade bem diferente: a tuberculose atinge sobretudo os pobres, os proletários das grandes cidades; é uma doença típica da miséria e dos casebres. Concomitantemente, ela deixa de ser vista como uma doença hereditária pois, em 1882 descobre-se o vírus causador, o bacilo de Koch e seu caráter contagioso fica confirmado.

A tuberculose e suas representações tiveram importância singular no tratamento e análise de questões psicológicas advindas da doença. Os dois momentos esclarecidos em que a enfermidade se manifestou identificam posições ambíguas no tratamento de enfermos e da própria moléstia.

Portanto, convém mencionar que o mito da tuberculose enquanto doença romântica perdurou quase duzentos anos. Atualmente torna-se difícil imaginar como a realidade de uma doença pode ser transformada a ponto de ditar o modelo comportamental do indivíduo. Nestes termos torna interessante discutir a distinta relação estabelecida pelos poetas no que se refere à tuberculose e assim compreendermos as suas obras e as diversas manifestações da doença.

Nascido em 12 de setembro do ano de 1831, Manuel Antônio Álvares de Azevedo, um dos principais nomes da poesia romântica brasileira, viveu pouco mais de duas décadas e mesmo assim suas obras são referência no que diz respeito à segunda geração romântica no Brasil. Toda a sua obra foi escrita entre 1848 e 1852, durante o

tempo em que frequentou a Faculdade de Direito de São Paulo e os poucos meses em que viveu no Rio de Janeiro antes de morrer.

A abordagem acerca de sua obra se fará necessariamente a partir de vestígios que indiquem a convivência do poeta com a doença. É importante destacar que Álvares de Azevedo, desde criança, teve a saúde debilitada. A tuberculose, com seus sintomas de fraqueza, o acompanhava desde muito jovem, e assim como muitos outros poetas, também ele sofria do “mal do século”, denominação atribuída à enfermidade que nesse momento era envolta por inúmeros mitos e metáforas.

Nesse contexto, é valioso recordar a ligação existente entre o romantismo vigente e a tuberculose, associada à paixão e à sensibilidade. O poeta, que faleceu aos vinte anos de idade, sendo adolescente, vivia a expectativa do amor, com seus anseios e decepções; em contrapartida ele se refere à morte constantemente, deixando claro que não tem esperança de vida longa; e essa por vezes só lhe causa sofrimento.

Lembrança de morrer

Quando em meu peito rebentar-se a fibra,
Que o espírito enlaça à dor vivente,
Não derramem por mim nenhuma lágrima
Em pálpebra demente.

E nem desfolhem na matéria impura
A flor do vale que adormece ao vento:
Não quero que uma nota de alegria
Se cale por meu triste passamento.

Eu deixo a vida como deixa o tédio
Do deserto o poento caminheiro
- Como as horas de um longo pesadelo
Que se desfaz ao dobre de um sineiro;

Como o desterro de minha alma errante,
Onde fogo insensato a consumia;
Só levo uma saudade - é desses tempos
Que amorosa ilusão embelecia.

Só levo uma saudade - é dessas sombras
Que eu sentia velar nas noites minhas...
De ti ó minha mãe! pobre coitada
Que por minha tristeza te definhas!

De meu pai... de meus únicos amigos,
Poucos - bem poucos - e que não zombavam
Quando em noites de febre endoidecido,
Minhas pálidas crenças duvidavam.

Se uma lágrima as pálpebras me inunda,

Se um suspiro nos seios treme ainda,
É pela virgem que sonhei... que nunca
Aos lábios me encostou a face linda!

Só tu ó mocidade sonhadora
Do pálido poeta deste flores...
Se viveu, foi por ti! e de esperança
De na vida gozar dos de teus amores.

Beijarei a verdade santa e nua,
Verei cristalizar-se o sonho amigo...
Ó minha virgem dos errantes sonhos,
Filha do céu, eu vos amar contigo!

Descansem o meu leito solitário
Na floresta dos homens esquecida.
À sombra de uma cruz, e escrevam nela:
- Foi poeta - sonhou - e amou na vida.

Sombras do vale, noites da montanha,
Que minha alma cantou e amava tanto,
Protegi o meu corpo abandonado,
E no silêncio derramai-lhe canto!

Mas quando preludia ave d'aurora
E quando à meia noite o céu repousa,
Arvoredos do bosque, abri os ramos...
Deixai a lua prantear-me a lousa!

(AZEVEDO, 1984, p. 56)

Percebe-se claramente o poeta desgostoso com a vida, chega a dizer que esta por vezes parece um pesadelo. A relação existente entre ele e a morte é bastante próxima, pois, mesmo não havendo em seus escritos menções claras a respeito da tuberculose, até porque, como foi dito anteriormente, a doença só começou a ser esclarecida no final do século XX, nota-se em suas obras constantes relatos sobre a febre que o consome, a palidez, os suores noturnos e as noites de agonia por ele vivenciadas.

Por que mentias?

Por que mentias leviana e bela?
Se minha face pálida sentias
Queimada pela febre, e se minha vida
Tu vias desmaiar, por que mentias?

Acordei da ilusão, a sós morrendo
Sinto na mocidade as agonias
Por tua causa desespero e morro...
Leviana sem dó, por que mentias?

Sabe Deus se te amei! sabem as noites
Essa dor que alentei, que tu nutrias!
Sabe esse pobre coração que treme
Que a esperança perdeu por que mentias!

Vê minha palidez – a febre lenta
Esse fogo das pálpebras sombrias...
Pousa a mão no meu peito! Eu morro! eu morro
Leviana sem dó, por que mentias?

(AZEVEDO, 1984, p. 81)

A doença nesse poema aparece de forma mais clara, a palidez que remete à falta de disposição do tuberculoso, a febre que arde utilizada como metáfora do sentimento de paixão que o consome sem dó, são sinais e vestígios da doença, que penetraram no poeta minado pelo mal do século. “Vê minha palidez – a febre lenta...”: quando Azevedo menciona a sua palidez e a febre, claramente descreve os sintomas da tuberculose, e desse modo deles se utiliza para lamentar o amor e as suas desilusões.

Se a morte é uma presença constante em seus escritos, o amor é uma ausência eterna. Álvares de Azevedo tem pressa em realizar-se, uma ânsia de viver inigualável, refere-se a todo momento à sua morte durante a mocidade. Sua saúde desde pequeno foi muito debilitada e a tuberculose vem agravar tal situação.

A principal influência em suas obras vem da Europa, pois desde cedo lia Goethe, Shakespeare e principalmente Byron. A fuga da realidade, o pessimismo e a obsessão pela morte retratam perfeitamente o modelo literário europeu.

Nesse momento em alguns casos, ter tuberculose só aumentava o prestígio e, claro, a genialidade dos enfermos. Ao contrário de Manuel Bandeira, que toma consciência da doença à medida que espera a chegada da morte, a enfermidade para Azevedo era mais um componente romântico, fazia parte da essência do Romantismo.

Manuel Bandeira nasceu a 19 de abril de 1886 em Recife. Sua poesia mantém características parnasianas, simbolistas e modernistas. Aos dezessete anos, é matriculado na Escola Politécnica de São Paulo, onde se preparava para ser arquiteto. Ao descobrir que tem tuberculose, os médicos não lhe dão muita esperança de vida; o poeta decide abandonar os estudos e vai para as cidades de clima serrano do Rio de Janeiro, em busca de tratamento. Nesse momento, começa a escrever seus primeiros versos livres. Embarca para a Europa e se interna num sanatório. Volta para o Brasil em 1914, indo morar em Copacabana. Em 1915 publica seu primeiro livro. Faz-se necessário tal exposição, para que se entenda o que a tuberculose significou e representou em sua vida.

Ao ser desenganado pelos médicos com dezoito anos de idade, o poeta vê seus planos destruídos. A doença intervém diretamente nos seus sonhos, e não de forma passageira, pode-se dizer que é uma intrusa que veio para ficar, e dessa forma vai se tornar um componente essencial nas obras de Manuel Bandeira. Em seus poemas, é constante a espera da morte e suas ironias. Além disso, o lamento pela vida sonhada, junto com a aceitação perante a morte, são marcas fundamentais que irão decidir sobre seus escritos.

Pneumotórax

Febre, hemoptise, dispnéia e suores noturnos.
A vida inteira que podia ter sido o que não foi.
Tosse, tosse, tosse.

Mandou chamar o médico:

- Diga trinta e três.
- Trinta e três... trinta e três... trinta e três...
- Respire.

.....
- O senhor tem uma escavação no pulmão esquerdo e o pulmão direito infiltrado.
- Então, doutor, não é possível tentar o pneumotórax?
- Não. A única coisa a fazer é tocar um tango argentino.

(BANDEIRA, 1970, p. 41)

A partir do poema, fica claro o que a tuberculose representou para Bandeira: “uma vida que podia ter sido o que não foi”. E, mais que isso, nota-se que, como a doença não tem cura, sugere-se o pneumotórax, técnica que consiste em provocar um colapso no pulmão infectado para deixá-lo descansar e permitir a cicatrização das lesões. Foi um artifício utilizado com frequência, mas que se mostrava pouco eficaz. Diante da negação de que nada pode ser feito, o tango argentino sugere viver o tempo disponível, de forma totalmente irônica.

Andorinha

Andorinha lá fora está dizendo:
- “Passei o dia à toa, à toa!”
Andorinha, andorinha, minha cantiga é mais triste!
Passei a vida à toa, à toa.

(BANDEIRA, 1970, p. 50)

O diagnóstico da doença precoce fez com que o poeta apenas esperasse a chegada da morte; seus planos, sonhos, estudos, foram todos deixados à margem. Não

havia possibilidade de cura. Entretanto a vida pregou uma peça em Bandeira, pois a morte só chegou em 1968, em decorrência de uma parada cardíaca.

É impressionante como a espera da morte cercava o poeta de todos os lados, pois as maravilhas do mundo para ele, não tinham significado que o fizesse esquecer-se do destino que o esperava, destino esse que para ele não havia escapatória.

Poema do beco

Que importa a paisagem, a Glória, a baía, a linha do horizonte?
- O que eu vejo é o beco.

(BANDEIRA, 1970, p. 56)

As obras de Manuel Bandeira são fascinantes porque não é possível separar a obra do autor. A doença despertou a sua personalidade poética. No “Poema do Beco”, por exemplo, nota-se o quanto a doença rompeu o equilíbrio em sua vida; nada é importante o suficiente que o faça esquecer-se da morte e o caminho até ela.

O saudosismo presente em seus versos é encantador, na medida em que relata a melancolia que o poeta alimenta a respeito da sua infância e da sua família. A saudade dos entes queridos, unida ao sentimento de frustração, produz um dos poemas mais delicados de sua obra.

Velha chácara

A casa era por aqui...
Onde? Procuo-a e não acho.
Ouço uma voz que esqueci:
É a voz deste mesmo riacho.
Ah quanto tempo passou!
(Foram mais de cinquenta anos.)
Tantos que a morte levou!
(E a vida... nos desenganos...)

A usura fêz tábua rasa
Da velha chácara triste:
Não existe mais a casa...
- Mas o menino ainda existe.

(BANDEIRA, 1970, p. 64)

Como é melancólica a maneira com que o poeta trata a velha chácara. Permite a observação a respeito da enfermidade, quando se refere aos desenganos e também ao eterno menino vivo dentro do poeta, menino que não esquece o passado junto à família e não esquece a morte que o persegue.

Ao refletir sobre os poemas de Manuel Bandeira, a presença da criança viva dentro do poeta é constante. Mesmo com o peso dos anos, ele faz referência ao menino que o acompanha e é perceptível uma mistura ambígua de sentimentos relacionados à decepção que a vida lhe causou. Observa-se também como Bandeira se enxerga, “um homem triste”, que junto com o menino não quer morrer.

Versos de Natal

Espelho, amigo verdadeiro,
Tu refletas as minhas rugas,
Os meus cabelos brancos,
Os meus olhos míopes e cansados.
Espelho, amigo verdadeiro,
Mestre do realismo exato e minucioso.
Obrigado, obrigado!
Mas se fosses mágico,
Penetrarias até o fundo desse homem triste,
Descobririas o menino que sustenta esse homem,
O menino que não quer morrer,
Que não morrerá senão comigo,
O menino que todos os anos na véspera do Natal
Pensa em pôr seus chinelinhos atrás da porta.

(BANDEIRA, 1970, p. 64)

Manuel Bandeira e seu menino interior se mostram presentes nesse poema – poema de um poeta triste e saudoso, que agradece ao espelho pelos anos inesperados de vida. E o menino, sustentáculo do homem, apenas quer viver, como um menino normal, com suas crenças e brincadeiras de uma criança.

Em um de seus mais belos poemas fica nitidamente explícito o que de fato significou a tuberculose em sua vida. Revela-se o poeta como um “tísico profissional”, visto que a doença não lhe possibilitou realizar projetos e sonhos. A vida passou pelo poeta, assim como suas ambições e planos o deixaram.

Auto-retrato

Provinciano que nunca soube
Escolher bem uma gravata;
Pernambucano a quem repugna
A faca do pernambucano;
Poeta ruim que na arte da prosa
Envelheceu na infância da arte,
E até mesmo escrevendo crônicas
Ficou cronista de província;
Arquiteto falhado, músico

Falhado (engoliu um dia
Um piano, mas o teclado
Ficou de fora); sem família,
Religião ou filosofia;
Mal tendo a inquietação de espírito
Que vem do sobrenatural.
E em matéria de profissão
Um tísico profissional.

(BANDEIRA, 1970, p. 85)

Toda a obra de Manuel Bandeira possui a ressonância da tuberculose e suas variáveis no cotidiano e em sua vida. O desengano trazido pela doença foi responsável por toda criação artística que norteou o poeta. Em alguns poemas não citados neste trabalho, as fugas da realidade como “Vou-me embora pra Pasárgada” (espaço mítico onde é possível fazer coisas normais, sem regras) remetem às tentativas de negação da realidade vivida.

As semelhanças entre Manuel Bandeira e Álvares de Azevedo giram em torno da doença comum que os acometeu. A capacidade de enfrentar a doença é bastante distinta entre eles. Não se pode esquecer o contexto histórico em que cada um se insere; entretanto um estudo sobre essa capacidade, apoiado sobre a noção de *locus of control*, foi desenvolvido pelo psicossociólogo Jerome B. Rotter. Como afirmam Adam & Herzlich (2001, p. 63),

[...] Quando a pessoa sente ter um certo controle sobre seu destino e ser responsável pelo que lhe ocorre, considera-se que seu “local de controle” é “interno”. Ao contrário, se ela acredita que seu destino é dirigido pelo acaso ou por forças incontroláveis, seu “local de controle” é externo.

Uma doença crônica como a tuberculose despertava diferentes sentimentos nos enfermos. Usando o estudo acima mencionado como apoio, podemos identificar Álvares de Azevedo como possuidor de um “local de controle” externo. O poeta, convivendo com a doença, atribui a sua sorte a fatores externos, ou forças ocultas, ele não aceita a morte com naturalidade; pelo contrário, esta representa a ruptura definitiva e total, fazendo com que ele deseje a própria morte, como é observado em todas as leituras sobre o poeta.

Em contrapartida, quando se analisa a convivência de Manuel Bandeira com a enfermidade crônica, a impressão que se tem é totalmente contrária à de Azevedo.

Bandeira aceita a morte de forma natural, ele não a deseja, apenas lamenta sem culpar nada nem ninguém. Novamente utilizando o estudo citado, relacionamos Manuel Bandeira como detentor de um “local de controle” interno. A doença é um advento próprio do ser humano, não há explicação externa. Essa noção, mesmo que inconsciente, permite aos enfermos lidar melhor com a doença. Tanto que diferentemente de Álvares de Azevedo, Manuel Bandeira começa a reescrever sua vida, mesmo com a moléstia nela inserida.

Conclusão

A tuberculose causou enorme preocupação pública no final do século XIX e início do século XX, como doença contagiosa entre as classes pobres. Depois de esclarecido o fato de que a moléstia era transmitida por contágio, os mistérios e mitos relacionados a possíveis predisposições começaram a se romper; e a aura que envolvia a enfermidade como “peste branca”, que matava gênios e intelectuais, começa a se desfazer.

Dessa forma convém esclarecer que a obra de Manuel Bandeira, escrita com as desilusões que o cercavam devido à doença, insere-se em contexto distinto se relacionada à época de Álvares de Azevedo. Nesse sentido, a História é responsável pela análise cronológica da doença e suas evoluções, desde o primeiro registro sintomático, até a cura e os tratamentos atuais. A Literatura por sua vez permite o diálogo subjetivo da enfermidade com a vítima, e mostra um novo olhar a partir dos registros históricos.

Portanto, é coerente ressaltar que uma mesma doença, no decorrer do tempo, pode adquirir conotações e formas próprias de comportamento pela sociedade. Álvares de Azevedo teve a tuberculose manifestada em um período da História em que se acreditava ser especial o enfermo. Suas obras são de extrema importância ao identificarmos os poetas românticos brasileiros que faleciam jovens e cheios de amargura em relação ao amor. O poeta nesse movimento é a referência que possui todas as características nesse sentido, inclusive a tuberculose. Manuel Bandeira, a seu tempo, acusa a doença a todo momento pelo fato de ela ter provocado tanta solidão e espera em sua vida. A relação da enfermidade com ambos se dá de maneira totalmente distinta. Sobre essa questão entende-se que a doença em determinado período foi considerada como componente essencial aos poetas românticos, e mais tarde como usurpadora de vida, de plano e de sonhos.

Se para Álvares de Azevedo a morte é um íntimo desejo (“Eu deixo a vida como quem deixa o tédio”), para Manuel Bandeira, o sentimento de aceitação se faz presente, (“A única coisa a fazer é tocar um tango argentino”). Diante de posições tão diferentes, pode-se concluir que a enfermidade em determinado período, possui uma simbologia fortemente alimentada por metáforas e mitos que serão responsáveis pelo clichê do movimento romântico. Mais tarde, a representação da moléstia estará totalmente ligada às condições sociais, e a morte passa a ser encarada sem a beleza encontrada pelos românticos, mas como a vilã de todas as construções futuras.

Referências

ADAM, Philippe & HERZLICH, Claudine. *Sociologia da doença e da medicina*. Tradução de Laureano Pelegrin. Bauru: Edusc, 2001. 144p.

AZEVEDO, Álvares. *Poesia*. Ed. de Maria José da Trindade Negrão. São Paulo: Agir, 1984. 151 p.

_____. *Lira dos vinte anos e outros poemas*. São Paulo: Nacional, 2006. 304 p.

_____. *Noite na taverna*. São Paulo: L&PM, 1998. 89 p.

BANDEIRA, Manuel. *Bandeira de Bolso*. São Paulo: L&PM, 2008. 166p.

_____. *Antologia Poética*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. 232 p.

_____. *Poesia*. Ed. de Alceu Amoroso Lima. Rio de Janeiro: Agir, 1970. 100 p.

LAPLANTINE, François. *Antropologia da doença*. 3 ed. Tradução de Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Martins Fontes, 2004. 274p.

SONTAG, Susan. *Doença como metáfora*. AIDS e suas metáforas. 2 ed. Trad. de Rubens Figueiredo e Paulo Henriques Brito. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 168 p.

UJVARI, Stefan Cunha. *A história e suas epidemias: a convivência dos homens com os microorganismos*. São Paulo/Rio de Janeiro: Senac, 2003. 311 p.

Presbiterianismo: o Protestantismo precursor em Patos de Minas (1889-1947)

Marcela Borges de Melo

Aluna do 6º período do curso de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras,
sob orientação do Prof. Mestre Marcos Antonio Caixeta Rassi.

Resumo: No final do século XIX surgia o protestantismo na Vila Santo Antônio dos Patos, na região do Alto Paranaíba-MG, dentro de um ambiente marcadamente católico. Tratava-se da Igreja Presbiteriana, que aqui se consolidou por meio de missionários e pastores a fim de auxiliarem o pequeno trabalho que se iniciara, até a vinda do primeiro pastor residente, em 1938. Entre o seu início, em 1889, e a sua organização como Igreja, em 1947, houve um papel preponderante exercido por homens de grande influência dentro da Igreja, além de um processo de organização e estruturação por meio da nomeação dos governos e também da criação de corpos sociais, que auxiliariam na consolidação dos membros da Igreja. Para a disseminação da “nova religião” fez-se necessária a criação da Escola Dominical, que seria um instrumento de grande importância na educação dos membros e de seus filhos no contexto moral e espiritual. Metodologicamente, para se efetuar esta pesquisa, utilizamos um estudo bibliográfico de obras referentes ao Protestantismo, às missões protestantes no Brasil e sua introdução na região mineira do país, além de fontes primárias e entrevistas.

Palavras-chave: Protestantismo. Calvinismo. Presbiterianismo. Patos de Minas.

Abstract: At the end of the 19th century, Protestantism arose in Vila Santo Antônio dos Patos, in the region of Alto Paranaíba-MG, in a predominantly catholic atmosphere. It was the Presbyterian Church that was consolidated here through missionaries and clergymen who aimed at assisting the little work that had been started, until the arrival of the first resident minister in 1938. Between its beginning, in 1889, and its organization as a Church, in 1947, there was a preponderant role carried out by men of great importance within the Church, besides a process of organization and structure through the nomination of governments and the creation of social corpora, who aided in the consolidation of the Church members. For the dissemination of the “new religion”, it was necessary to create the Dominical School, which was an important instrument in the education of the members and of their children in moral and spiritual context. Methodologically for the present research we consulted works related to Protestantism, to the protest missions in Brazil and their introduction in Minas Gerais, besides primary sources and interviews.

Keywords: Protestantism. Calvinism. Presbyterianism. Patos de Minas.

“Todos estes morreram na fé [...] confessando que eram estrangeiros e peregrinos sobre a terra. Homens dos quais o mundo não era digno”.
Hebreus 11.13, 38

1. Considerações iniciais

Fazer um trabalho sobre história de religiões no âmbito da história regional já é um desafio. Mais ainda quando se trata de religiões não-católicas, tendo em vista a hegemonia que o catolicismo exerce e exercia tradicionalmente em Patos de Minas, MG, *locus* desta pesquisa.

Esta hegemonia é dominante até mesmo nas obras de autores locais que tratam do tema religião. Pesquisamos as fontes oficiais encontradas na biblioteca do Centro Universitário de Patos de Minas, mas fomos impedidos de avançar na pesquisa, fazendo uma abordagem mais crítica e abrangente por falta de material.

Analisamos a obra de Oliveira Mello, *A Igreja de Patos de Minas* (Patos de Minas: Escola Estadual Cônego Getúlio, 1983) e constatamos a hegemonia do catolicismo, o que nos permite criticar as lacunas deixadas pelo autor, não permitindo a abordagem de outras igrejas que tiveram extrema importância no contexto da cidade.

Nesse trabalho fizemos um estudo sobre a primeira Igreja protestante a se instalar na cidade, bem como seus precursores a partir de 1889. Trata-se da Igreja Presbiteriana do Brasil, que iniciou suas atividades realizando cultos em residências, dirigidas por membros leigos, que não tinham formação teológica ou por missionários e pastores que por aqui passaram esporadicamente, até a vinda do primeiro pastor residente, apenas em 1938.

Tratamos da conversão do Dr. Antônio Dias Maciel e dos impactos deste fato dentro e fora da Igreja, promovendo a organização de sociedades internas da mesma, juntamente com os pastores, além da organização da Congregação em Igreja, pela Comissão Especial liderada pelo Rev. Augusto da Silva Dourado, em 1947.

Propomo-nos assim compreendermos a necessidade da Igreja em se organizar naquele momento. Para isso apresentamos suposições de que juntamente com esta necessidade houvesse também outra, a de se estruturar os membros dentro de uma hierarquia, constituída nesse momento de organização, além de outros fatores. Podemos citar como fatores determinantes o crescimento do contingente e ao mesmo tempo a necessidade de fundamentar esses membros e seus filhos numa base cristã por meio da Escola

Dominical. Também devido às perseguições que alguns membros vinham sofrendo por parte de familiares e da própria sociedade patense, via-se a necessidade de criar vínculos de unidade entre os participantes com a criação de vários corpos sociais dentro da Igreja.

Portanto, nosso objeto de estudo está centrado no processo de organização da Congregação em Igreja desde o momento em que ela se instalou na então vila de Santo Antônio dos Patos, até sua organização de fato e oficial que viria a ocorrer em 1947. E também corroborar a importância da Igreja Presbiteriana dentro da comunidade em um processo histórico de organização concomitante com o crescimento de Patos de Minas.

Como justificativa podemos dizer que além do interesse pessoal pelo assunto e devido à escassa produção acadêmica que trata sobre o tema do presbiterianismo, principalmente numa abordagem regional, sentimos a necessidade de recuperar o processo histórico da Igreja Presbiteriana no Alto Paranaíba, especificamente em Patos de Minas, MG.

Como metodologia, utilizamos para a realização deste trabalho fontes bibliográficas, pesquisando em livros e artigos na internet, que tratam do protestantismo e mais especificamente sobre o presbiterianismo em Patos de Minas, a fim de buscar auxílio na investigação e construir um corpo teórico para o tema.

Fizemos o uso de pesquisas documentais, cujo acesso foi cedido pela Igreja Presbiteriana de Patos de Minas, por meio da leitura de suas atas, atentando para o processo de formação e estruturação da Igreja.

Para complementar o trabalho e também no sentido de evidenciar e elucidar as tensões vividas pela comunidade nesse período (1889-1947), fizemos pesquisa de campo, entrevistando sujeitos que participaram do contexto da Igreja Presbiteriana direta ou indiretamente.

2. A Reforma Protestante

No início do século XVI inicia-se o movimento de reforma protestante, causada pela insatisfação no ideário da Igreja Católica, emergindo novas ideias que caracterizaram a sociedade europeia. Com o Renascimento, surge um momento de profundas transformações na vida e na visão de mundo do homem europeu. Inicia-se o questionamento aos dogmas e ao poder material da Igreja Romana, à autoridade papal, à venda de indulgências, o que desencadeou a Reforma Religiosa. Mas como afirma Dunstan, esse descontentamento já se instaurara antes mesmo de as 95 teses de Martinho Lutero

(1483-1546) serem afixadas nas portas da Igreja de Wittenberg na Alemanha, em 31 de outubro de 1517:

Houve reformadores na Igreja, antes dos dias da Reforma, mas esses homens criticavam a condição de degradação em que a Igreja caíra e agiam no intuito de restaurá-la e reintegrá-la na sua antiga pureza moral e responsabilidade espiritual (DUNSTAN, 1964, p. 28).

Depois de romper definitivamente com a Igreja Romana, Lutero começou a pregar contra a infalibilidade do papa, denunciando a corrupção do papado, declarando que ao contrário do que se pregava pela Igreja Católica, a salvação provinha não de obras, mas da fé. Lutero começou a contar com uma legião de seguidores de todas as classes sociais.

Desde o início do movimento protestante, Lutero se dedica à tradução das Sagradas Escrituras, que se tornou acessível a boa parte dos fiéis, graças à descoberta da impressão. Outro ponto interessante de Lutero é que ele preconizava a criação de escolas junto às igrejas, valorizando a educação. Diante disso: “eram organizadas escolas onde existisse uma igreja, pois um dos grandes interesses de Lutero era a educação dos filhos do seu povo” (NICHOLS, 1981, p. 156).

Outro movimento surgiu na Suíça alemã, sob a liderança de Ulrico Zuínglio (1484-1531), que em 1519 foi influenciado por Lutero fortalecendo suas convicções reformistas. Então, em Zurique, ele começou a realizar cultos com modificações maiores e mais radicais do que as de Lutero, passando a ser conhecido como “movimento reformado” e seus seguidores como “reformados”. Mas a obra de Zuínglio teve pouca duração, ele faleceu dois anos depois de conhecer Lutero.

Após a morte de Zuínglio em 1531, o movimento reformado passou a ter um novo líder, João Calvino (1509-1564), que se manifestou muito mais articulado e influente que o anterior. Assim como Lutero, Calvino mostrou-se preocupado com a educação dos membros para atender aos pressupostos de educação e religião, como pode ser percebido por Nichols:

Os planos de Calvino quanto à educação foram inspirados por sua convicção de que a verdadeira religião e a educação estão inseparavelmente associadas. A preservação e segurança da fé reformada, viu ele, requeriam um povo educado tanto quanto um ministério educado (NICHOLS, 1981, p. 165).

O Calvinismo foi difundido por meio dos livros escritos por Calvino, especialmente o *Institutos*, disseminando as ideias nos movimentos da Reforma na França, Holanda, Escócia e em muitas partes da Alemanha, como também na Inglaterra.

Esta difusão também se deve ao intenso deslocamento de refugiados que procuravam escapar da repressão religiosa em seus países. Muitos homens e mulheres iam a Genebra, onde foram treinados nos preceitos da fé reformada e retornaram aos seus países imbuídos de novas ideias. Um deles foi João Knox.

Knox foi o mais importante reformador da Escócia, perseguido e preso na França, esteve na Inglaterra, exercendo pastorado durante algum tempo, tendo de fugir para Frankfurt, depois para Genebra, onde foi acolhido por Calvino. Em 1559 regressou à Escócia, onde liderou o movimento de reforma religiosa. Sua influência extrapolou a área religiosa, atingindo também a vida política e social do país. Sob a sua influência, o parlamento escocês declarou o país oficialmente protestante, em 1567. A igreja, organizada por Knox e seus auxiliares, recebeu o nome de Igreja Presbiteriana.

O presbiterianismo foi levado da Escócia para a Inglaterra; de lá, para os Estados Unidos da América. Em meados do século XIX, com o problema da escravidão e da Guerra de Secessão, houve a divisão dos presbiterianos americanos, surgindo assim duas grandes denominações, a Igreja Presbiteriana do Norte (PCUSA), com sua junta de missões estrangeiras sediada em Nova York, e a Igreja do Sul (PCUS), com o seu comitê de missões em Nashville, no Tennessee.

Houve um grande despertar espiritual nos Estados Unidos, o que levou os presbiterianos a se interessar por missões estrangeiras. Então, missionários foram enviados para vários países, inclusive para o Brasil.

3. Análise da conjuntura nacional

Com o fim da Monarquia, em 1889, o Brasil adotou novo sistema de governo, a República. Boris Fausto analisa que “a passagem do Império para a República foi quase um passeio” (FAUSTO, 1998, p. 245), sem grandes repercussões.

Minas Gerais era uma das províncias mais importantes do Brasil na propaganda republicana, por ser de tradição republicana e liberal mais antiga e nitidamente definida. Em Minas Gerais não houve sublevação na ocasião da mudança do regime, como afirma Tôres:

Não houve agitação em Minas quando se mudou o regime: a coisa correu em calma. Presidia os destinos da província o Visconde de Ibituruna, um homem prudente e tranqüilo. O novo governo nomeava Cesário Alvim governador do Estado. No dia 17 chegava Felício dos Santos para empossá-lo; não encontrando Cesário Alvim, deu posse a Antônio Olinto dos Santos Pires. O Visconde de Ibituruna passou o governo tranqüilamente. (TÔRRES, s/d, p. 963, vol. 4).

Em 1891 foi promulgada a Constituição mineira, tendo como líder Afonso Pena, pois nos primeiros anos da República fazia-se necessário a manutenção da ordem por meio de uma constituição que organizasse o Estado. O grande tema da Constituição mineira, que provocou debates acalorados, foi a mudança da capital, visto que Ouro Preto não atendia às necessidades de um centro cultural e econômico. Fundava-se então Belo Horizonte.

Nomes como Afonso Pena, Bias Fortes e Silviano Brandão, presidentes do Estado de Minas Gerais, foram os principais artífices deste período, que foi uma época de transição e transformação, dando forma à nova organização política da terra mineira.

Na República nascente do Brasil os militares assumiram a liderança, tendo o Marechal Deodoro da Fonseca como chefe do governo provisório, mas havia rivalidades entre o Exército e a Marinha, constituindo um grupo heterogêneo. Em 1891 foi promulgada a Constituição da República, consagrando a República federativa liberal. Outro ponto fundamental na República foi a separação de duas instituições, o Estado e a Igreja, deixando de existir uma religião oficial no Brasil. Importantes funções, até então monopolizadas pela Igreja Católica, foram atribuídas ao Estado.

Boris Fausto aponta que estas medidas

[...] refletiam a convicção laica dos dirigentes republicanos, a necessidade de aplinar os conflitos entre o Estado e a Igreja e o objetivo de facilitar a integração dos imigrantes. Os imigrantes alemães não eram em sua maioria católicos, e sim protestantes luteranos (FAUSTO, 1998, p. 251).

Minas Gerais, entre 1891 e 1930, assistiu ao apogeu da influência dos “coronéis” na vida política brasileira, e como aponta Tôrres:

Inaugurada pelo Presidente Campos Sales a “política dos governadores”, constituída a supremacia dos presidentes do Estado na política interna, agregadas todas as forças num

partido único, o Partido Republicano Mineiro, fundada a política municipal na força dos “coronéis”, o resultado seria um sistema político sumamente original (TÔRRES, s/d, p. 1028, vol. 4).

Com a eleição de Prudente de Moraes em 1894, inicia-se a República das Oligarquias, em que as duas maiores oligarquias, São Paulo e Minas Gerais, exerceram a hegemonia numa aliança política entre elas.

O período da República das Oligarquias foi marcado pela presença dos imigrantes que foram responsáveis pela urbanização do país, principalmente em São Paulo. Houve também diversas revoltas que abalaram a ordem no país tanto no Nordeste quanto no Sul. Com a industrialização e o crescimento das cidades surgiram vários movimentos da classe trabalhadora.

De 1922 até 1930 a República das Oligarquias estava em crise com a criação do Partido Comunista, o tenentismo e a Semana da Arte Moderna, tendo fim no governo de Washington Luis que, insistindo na candidatura de um paulista à sua sucessão, causou forte cisão entre as elites dos grandes Estados. Era o fim da “política dos governadores”. Isto foi o estopim de uma revolução, que derrubou a República Velha, em 1930, levando Getúlio Vargas ao poder.

Antônio Carlos deixa o poder de Minas Gerais e assume Olegário Maciel, que adota atitudes conciliadoras. Durante seu governo Minas se conflagra, apoiando a Revolução de 1930. Mas se o Brasil tinha um novo governo, Minas permaneceu com o governo antigo. O regime de tenente interventor, que funcionava em todos os Estados do país, não funcionou em Minas durante o governo de Olegário Maciel e seu sucessor Benedito Valadares.

Começa a Era Vargas, com Getúlio Vargas no Governo Provisório, de 1930 a 1934. Depois ele permaneceria no poder como presidente constitucional até 1937, quando por meio de uma manobra implanta o Estado Novo, uma ditadura que perduraria até 1945.

A insatisfação de Minas Gerais diante da política ditatorial de Getúlio Vargas fez surgir o Manifesto dos Mineiros em 1943, exigindo novas eleições. Minas, de 1930 a 1945, sofria restrições em sua expansão e teve o progresso cerceado pelas imposições do sistema, causando esse descontentamento.

Depois da Segunda Guerra Mundial uma nova consciência tomava os brasileiros, que lutaram contra o regime fascista, enquanto internamente vivia um regime ditatorial

inspirado por esse mesmo fascismo. Começou uma luta interna pela redemocratização no país, com a deposição de Vargas. O general Eurico Gaspar Dutra ganharia as eleições, apoiado pelo PSD, Partido Social Democrático, promulgando uma nova Constituição em 1946.

4. A inserção do presbiterianismo no Brasil

Desde os primeiros séculos da história do Brasil houve a presença de calvinistas em nosso país. Em 1555, um grupo de franceses liderado por Nicolas Durand de Villegaignon instalou-se em uma das ilhas da baía de Guanabara, que seria conhecida como “França Antártica”. A este lugar foi enviado um grupo de colonos e pastores reformados, que no dia 10 de março de 1557 realizariam o primeiro culto protestante no Brasil. Só que desavenças teológicas surgiram entre Villegaignon e os luteranos, obrigando-os a retornarem ao país de origem, restando cinco deles, que foram presos. Entre estes alguns foram executados.

Outra tentativa de introduzir o calvinismo no Brasil se deu em meados do século XVII, por meio dos holandeses, que em 1621, criaram a Companhia das Índias Ocidentais com o objetivo de conquistar e colonizar territórios da Espanha nas Américas. Com a expulsão dos holandeses, em 1654, as igrejas nativas criadas por eles extinguíram-se.

Somente no século XIX seria permitida a entrada do protestantismo no país, facilitada após a chegada da família real portuguesa, em 1808. Em 1810 foi firmado um tratado com a Inglaterra, tratava-se do tratado de Aliança e Amizade, e de Comércio e Navegação, que permitiu a penetração do protestantismo, cujos artigos 12 e 23 determinavam que residentes britânicos em domínios e territórios portugueses não seriam perturbados, perseguidos ou molestados por causa da sua religião, mas teriam liberdade de culto em espaços domésticos e privados; porém não poderiam fazer prosélitos, ou seja, converter os católicos ao protestantismo.

A própria Constituição de 1824 viria a dar essa liberdade aos missionários vindos da Europa e também da América. E ela assim determinava: “Art. 5.º - A religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo.” (RIBEIRO, 1973, p. 27). Os templos deveriam assemelhar-se externamente a casas de habitação. Era vetada toda forma exterior de culto que possuísse símbolos, como o uso de sinos e templos com torres.

Essa liberdade de consciência só pôde acontecer devido a uma preocupação em ocupar o território brasileiro e defendê-lo de invasores e também porque a escravidão já era um projeto falido no país e precisava de pessoas para suprir a mão-de-obra, que somente seria possível com a vinda de imigrantes em grande número; e para isso deveriam oferecer liberdade religiosa aos que aqui chegassem. Segundo Ribeiro,

Aos constituintes preocupava a liberdade de consciência, mas incomodava-os também a urgência de ocupar o território e de defendê-lo, o que somente seria viável com a vinda de imigrantes em grande número; e para isso a liberdade de religião, parecia-lhes, era condição (RIBEIRO, 1981, p. 292).

Somente em 1835, igrejas norte-americanas se interessariam pela introdução do culto protestante no Brasil, porém, os missionários dedicar-se-iam apenas à assistência pastoral aos cidadãos norte-americanos.

Baseados no princípio do “Destino Manifesto”, a Junta de Missões Estrangeiras da Igreja Presbiteriana nos Estados Unidos da América resolve enviar o primeiro missionário presbiteriano ao Brasil, em 12 de agosto de 1859. Ashbel Green Simonton, recém-diplomado pelo Seminário Teológico de Princeton, é enviado ao Brasil, desembarcando no Rio de Janeiro, sede do império.

A igreja recebe seus primeiros membros, organizando uma sede no Rio de Janeiro, em 1862. Pelo breve período em que viveu no Brasil, Simonton fundou o primeiro jornal evangélico do país, a *Imprensa Evangélica*, em 1864, criou o pioneiro presbitério, em 1865, também organizou um seminário para preparar novos pastores para o ministério, em 1867. Simonton faleceu vitimado pela febre amarela aos 34 anos, em 1867.

O trabalho dos evangélicos veio a tomar maior notabilidade com a conversão do padre paulista José Manoel da Conceição, homem instruído e respeitado na Igreja Romana. Em 1864, organizaram um concílio¹, o Presbitério do Rio de Janeiro, que, depois de instalado, admitiu ao pastorado o Rev. José Manoel da Conceição, em 1865, auxiliando o Rev. Blackford na propagação do Evangelho.

Em 1867, iniciaram-se no Rio as aulas para os primeiros candidatos ao ministério presbiteriano, com quatro seminaristas, todos de São Paulo, dos quais três eram portu-

¹ Na organização eclesiástica da Igreja Presbiteriana do Brasil adota-se um sistema representativo de governo. Neste sistema, reúnem-se os membros em assembleia para elegerem seus representantes e estes formam o concílio, que são assembleias formadas por pastores e presbíteros, que se reúnem para cuidar do governo da Igreja em seus respectivos níveis. Ver: NASCIMENTO; MATOS, 2007, p. 75.

gueses e um paulista, de Brotas. Os presbiterianos consideravam essencial a instrução dos pastores, como relata Ribeiro: “As Igrejas Presbiterianas nos Estados Unidos davam grande importância à instrução de seus pastores, e essa importância filtrou-se para a Igreja Presbiteriana no Brasil” (RIBEIRO, 1981, p. 258). Apenas três casos foram exceção, devido à urgência da obra missionária, por não haver número suficiente de missionários, sendo eles: Rev. José Manoel da Conceição, o ex-padre Rev. George Whitehill Chamberlain, e William Pitt, que auxiliaram o Rev. Blackford no Rio de Janeiro e São Paulo.

A Igreja Presbiteriana do Brasil tornou-se autônoma, desligando-se das igrejas-mãe norte-americanas, no ano de 1888, quando foi organizado o Sínodo² da Igreja, que se compunha de três Presbitérios: Rio de Janeiro, Campinas e outro no Oeste de Minas e Pernambuco. Este último se dividiria mais tarde.

Simonton e seus companheiros eram todos da Igreja Presbiteriana do Norte dos Estados Unidos (PCUSA). Os primeiros missionários da Igreja do Sul (PCUS), Edward Lane e George Nash Morton, chegariam ao Brasil somente em 1869. Eles se fixaram em Campinas, evangelizaram a região de Mogiana, o oeste de Minas, o Triângulo Mineiro e o sul de Goiás. Mais tarde, em 1906, a Missão Sul da PCUS passaria a atuar em duas frentes: Missão Leste do Brasil (East Brazilian Mission), com sede em Lavras, e a Missão Oeste do Brasil (West Brazilian Mission), com sede em Campinas. Destacou-se John Boyle, que atuou pela Missão Oeste do Brasil.

Segundo Ribeiro e Celani, o trabalho da Missão Oeste contava com um plano estritamente definido, lastreado em três fundamentos: autossustento, autogoverno e auto-propagação. O procedimento missionário utilizado pela WBM limitava-se a dedicar-se à evangelização, empregando o método de se apossar de um novo campo, desenvolvê-lo o mais rápido possível e depois levá-lo a se autossustentar, transferindo o campo à Igreja Presbiteriana do Brasil, passando a buscar novos campos.

John Boyle foi enviado ao Brasil pelo Comitê de Missões de Nashville da Igreja Presbiteriana do Sul dos Estados Unidos. Desembarcou em 15 de abril de 1873 em Reci-

² O concílio da Igreja é formado pelo Conselho, Presbitério, Sínodo e o Supremo Concílio. O *Conselho* é constituído pelos pastores e pelos presbíteros da Igreja, que exercem o governo, a disciplina e a administração de uma Igreja Presbiteriana. O *Presbitério* é formado por um grupo de igrejas de uma determinada região, supervisionando o trabalho dos pastores e dos Conselhos. Já o *Sínodo* é formado por um grupo de Presbitérios de uma determinada região, sendo necessários três Presbitérios para a sua organização. Enquanto o *Supremo Concílio* é constituído por uma assembleia de pastores e presbíteros eleitos por seus respectivos Presbitérios, que se reúnem nos anos pares, quadrienalmente. Ver: NASCIMENTO; MATOS, 2007, p. 76-78.

fe, transferindo-se para Campinas, e auxiliou o Rev. Edward Lane no trabalho evangelístico. Em 1879 fixou residência em Mogi-Mirim e daí em diante evangelizou a região fronteiriça de Minas Gerais. Em 1881 e 1882 fez suas primeiras viagens em companhia de Wingerter indo até Uberaba, no ano seguinte até Paracatu, passando por Araguari, Bagagem (atual Estrela do Sul), Santa Luzia de Goiás e Formosa. Em 1887, mudou-se com a família para Bagagem, no norte do Triângulo Mineiro, onde passaria a ser a nova base de operações para o evangelismo.

Referindo-se a Minas Gerais, o Rev. Blackford afirmou anos antes que

Esta parte do Brasil por ora parece proibida para trabalho evangélico aberto e ativo; mas a igreja não precisa se queixar disso, enquanto não tiver homens prontos para este trabalho, neste campo. Em quase toda parte, não haja dúvida, encontraremos oposição maior ou menor e teremos de vencê-la. (RIBEIRO, 1981, p. 37).

John Boyle foi este “homem pronto para o trabalho” que se lançou na missão de evangelizar lugares ermos do interior mineiro, cuja entrada era de difícil acesso, tanto pela dificuldade de penetração de transportes quanto das Escrituras.

Chaves, ao se referir a Minas Gerais, relata que os vizinhos dos protestantes os evitavam, os parentes desapareciam, e ninguém queria trabalhar nas casas ou fazendas dos protestantes; não alugavam nem vendiam casas a protestantes, sob ameaça de excomunhão por parte dos padres. Segundo Chaves, “naquela época, naquele meio, qualquer pessoa que dissesse estar lendo um livro, era olhada com desconfiança: estava virando protestante. Só os protestantes liam e tinham livros” (CHAVES, 2008, p. 44).

O meio utilizado de evangelização usado no Brasil desde os primeiros presbiterianos era a distribuição de folhetos, Bíblias, geralmente o Novo Testamento; mas havia muita resistência quanto ao material, pois os vigários e os padres alegavam que as Bíblias protestantes eram falsificadas, proibindo os membros de lê-las, ameaçando excomungá-los.

Em Patrocínio – cidade localizada também no Alto Paranaíba-MG –, Chaves refere-se às perseguições toleradas pelos protestantes, afirmando que

Já havia franca oposição aos crentes. É preciso que se diga, com justiça, que se não fora a perseguição movida pelos incríveis sacerdotes católicos-romanos, procurando, por todos os meios, indispor suas ovelhas e atirá-las contra os crentes evangélicos, todas as lutas religiosas, prevenções e campanhas odiosas que se seguiram, não só naquele setor como

em vários outros pontos do interior do país, tudo seria evitado, pois o nosso povo é bom e acolhedor, por índole (CHAVES, 2008, p. 113).

Depois da morte prematura de John Boyle, em 1892, o Rev. Charles Morton, que fixou residência em Araguari, trabalhou na região continuando o trabalho iniciado por Boyle, dando assistência às igrejas de Patos de Minas, Arapuá, Carmo do Paranaíba e Rio Paranaíba. Entretanto, foi Alberto Zanon quem mais deu prosseguimento ao trabalho de Boyle, pastoreando o campo de Estrela do Sul e adjacências durante 13 anos.

5. Implantação do presbiterianismo em Patos de Minas

A Igreja Presbiteriana foi precursora do protestantismo na vila de Santo Antônio dos Patos, sendo introduzida em 1889, por meio dos casais João Tomaz Smith e Eliza Smith, ingleses metodistas; Jorge Cramer e Maria Cramer, vindos do Rio de Janeiro, e Saint-Clair Justiniano Ribeiro e Francisca Beatriz Ribeiro, crentes vindos de Canta Galo, Rio de Janeiro. Estes se reuniam aos domingos na casa dos Smith para culto e pregação do Evangelho, tendo John Smith à frente do trabalho, embora este não tivesse formação teológica.

Geraldo Fonseca, um autor patense, escreveu em sua obra *Domínios de pecuários e enxadachins: história de Patos de Minas*, a respeito do papel desempenhado por protestantes na cidade. Trata-se de Eliza Lane Smith, que regeu a Escola Municipal do Sexo Feminino na cidade: “Eliza Jane Smith chegou a Patos em 1889, em companhia de seu esposo, o pastor protestante John Thomas Smith, de nacionalidade inglesa. Foi a primeira orientadora da Escola Municipal do Sexo Feminino” (FONSECA, 1974, p. 115).

Em 1893 a Igreja recebe por profissão de fé e batismo seus primeiros convertidos, acolhidos pelo Rev. Carlos Morton, sendo eles: João Camilo da Cruz, Francisco Tolentino, Francisco Amâncio, Manoel Amâncio e sua esposa Maria Amâncio. Neste mesmo ano John Smith muda-se para Araguari, e Saint-Clair para Lagoa Formosa. Então o Sr. João Camilo da Cruz toma a direção do trabalho.

Em 1900 professam sua fé, João de Barros e sua esposa Rita Maria da Paixão Barros. Com a morte de João Camilo, em 1905, João de Barros toma a frente, fazendo os cultos em sua residência, que existe até hoje, situada à Rua General Osório, n. 167. Os cultos eram dirigidos por ele, por algum de seus filhos ou pelo pastor, quando este aparecia.

Nesta época era muito difícil a presença de pastores, por serem escassos os missionários no país e por ainda não terem muitos pastores nacionais. Na obra de Boanerges Ribeiro, há uma carta do Rev. Blackford dirigida à Missão, em 1876, com os seguintes dizeres: “Em uma população assim preparada e ansiosa à espera do Evangelho, há apenas um pastor para cada 500.000 almas, enquanto que nos Estados Unidos há para cada 750” (RIBEIRO, 1981, p. 314). Em 1889, havia no Brasil 13 pastores para 52 igrejas, o que tornava mais lento e difícil o trabalho, levando em consideração o difícil acesso a certas regiões localizadas no interior do país.

Regularmente vinham missionários americanos a Patos de Minas para assistirem ao trabalho evangélico. Constatam das atas da Igreja Presbiteriana de Patos de Minas os nomes de Charles Morton, que foi o primeiro missionário a pregar aqui por volta de 1893, Alfredo Teixeira, Robert See Roberto Daffin, Alberto Zanon, que aqui visitara, anualmente, durante o período de 13 anos.

Segundo a ata da Igreja Presbiteriana, em 1922 o ministério passou por uma fase de abandono, a ponto de o Presbitério entregar à Missão Oeste do Brasil o campo, sendo necessária a vinda de Alva Hardie e Roberto Daffin para promoverem um reavivamento na Congregação. Este campo abrangia as congregações de Patos de Minas, Lagoa Formosa, Bonitos, Pilar, Lagamar, João Pinheiro e Lagoa Grande.

O Rev. Hardie usava um método de pregação bastante peculiar e avançado para a época, que chamava a atenção das pessoas da cidade: o uso de slides. Maria de Melo Chaves, que morou em Patos de Minas no período de 1932 a 1935, em seu livro nos conta a respeito de Alva Hardie, que:

gostava de usar, e usou por muito tempo, um método de pregação objetiva, com o auxílio de uma “lanterna mágica”, o que atraía sempre grande número de curiosos, os quais desejavam ver “o cinema do ministro”. Projetadas as figuras na parede, dr. Hardie, em pé atrás, ao lado do aparelho projetor, começava a explicação, com aquele rompante e aquela linguagem tão sua, tão característica e tão do agrado do povo (CHAVES, 2008, p. 110).

O Rev. Hardie morou em Patrocínio durante sete anos, de 1924 a 1931, pastoreando treze cidades, incluindo várias congregações rurais. Seu campo estendia-se de Araxá até Paracatu.

6. Influência de homens destacados na sociedade patense no seio da Igreja

A partir de 1915 o trabalho evangélico tomou notabilidade na cidade, devido à conversão de Antônio Dias Maciel (1898-1964), que ouviu a Palavra e a acolheu, quando estudava no internato Instituto Gammon, em Lavras, aos 17 anos de idade. No dia 10 de outubro de 1915, fez sua pública profissão de fé e batismo com o Rev. Horacio S. Allyn, em Patos de Minas. Sua conversão provocou agitação na sociedade patense, conforme aponta Chaves:

As novas idéias do estudante provocaram grande reboliço na sociedade patense, pois o moço era Antônio Dias Maciel, filho do Coronel Farnese Dias Maciel e sobrinho do dr. Olegário Dias Maciel, que na ocasião em que nos mudamos para a cidade de Patos, era presidente do Estado. O jovem não escondia suas convicções e começou a tomar parte no trabalho evangélico que se realizava em casa de João de Barros. Sua atitude era olhada com desagrado pelos próprios parentes, devido ao receio de que a questão religiosa prejudicasse o prestígio político da família. Ele, porém, somente cuidou de atender aos reclamos de sua consciência, enfrentando com coragem os preconceitos e as perseguições que começavam a surgir (CHAVES, 2008, p. 136).

Entretanto, a família, mesmo sendo contra, não manifestava formas de perseguição, mas preferia manter-se neutra. Em uma carta do próprio Dr. Antônio Maciel, transcrita em ata da Igreja Presbiteriana, referindo-se ao avô, fala do

[...] gesto eminentemente liberal do cel. Antônio Dias Maciel, então chefe político do município, que ordenara a seus filhos Farnese e Amadeu Dias Maciel assistirem à pregação para garantir a ordem e a liberdade da palavra ao pregador (Ata da Igreja Presbiteriana de Patos de Minas, livro II, fl.13).

Dr. Antônio Dias Maciel formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito de Belo Horizonte. Era homem instruído e “de cultura e projeção, e que tem o dom da oratória”. Sendo assim, tomou a direção do trabalho na ausência dos pastores, realizou notáveis conferências e pregou em inúmeras igrejas de Minas, Espírito Santo, Goiás, até mesmo no Rio de Janeiro, sede do presbiterianismo. Participou de diversos congressos evangélicos, inclusive no Internacional de Toronto, no Canadá. Além de ocupar o púlpito, também cooperou com os pastores na organização das sociedades in-

ternas da Igreja e também da Escola Dominical, e teve participação preponderante na doação do terreno e na construção do templo.

As sociedades internas organizadas foram a SAF (Sociedade Auxiliadora Feminina), UMP (União de Mocidade Presbiteriana), a UPH (União Presbiteriana de Homens) e Paulo de Tarso. A criação destes corpos sociais dentro da Igreja veio tornar o trabalho mais integrado, gerando vínculos de unidade entre os membros e o sentimento de pertencer a um grupo. Dunstan acrescenta:

[...] uma vez salvo, o homem tem de encontrar por si mesmo o caminho para a Igreja. Tinha de haver uma Igreja, um grupo, visível de pessoas cristãs, e todos os cristãos tinham de estar nesse grupo. O grupo era inegavelmente essencial tanto espiritualmente como moralmente, e o cristão tinha de lhe pertencer, para seu próprio bem-estar espiritual e moral (DUNSTAN, 1964, p. 115).

As Sociedades Internas da Igreja Presbiteriana têm por finalidade acompanhar as crianças até a idade adulta, a fim de promover a plena integração dos membros da Igreja por meio de treinamento básico na vida cristã em todos os seus aspectos.

Era necessário criar um ambiente, em que cada membro se sentisse incorporado dentro da sua comunidade, em que todos tivessem o mesmo modo de pensar, agir e falar. Algumas formas de perseguições ameaçavam esta unidade e a expansão do protestantismo na cidade, como atesta Fonseca neste trecho:

Campanhas eram feitas, no primeiro decênio do século visando bloquear a expansão do protestantismo em Patos. "O Trabalho", em edição de 1907, traz uma carta de elemento que deixara o protestantismo, sob o título "O Bom Filho à Casa Torna", com uma introdução, da qual ressaltamos o seguinte: "Abjurou o protestantismo, voltando ao seio da Igreja Católica Romana, o sr., residente no distrito desta cidade, que por alguns anos andou transviado da verdadeira fé". Mais adiante, transcreve a carta dirigida ao padre Getúlio Alves de Mello, cujo tópico principal é o seguinte: "Tomei a resolução, sob juramento de minha alma, a abjurar a religião protestante, prometendo seguir de hoje em diante a religião católica, apostólica de Roma; podendo autorizar-se desta em favor da nossa Santa Religião (FONSECA, 1974, p. 114-115).

Além das sociedades internas, foi criada a Escola Dominical, fundada no dia 31 de outubro de 1926, funcionando pela primeira vez no dia 14 de novembro, na casa de

João de Barros, com início às 12h30min, aos domingos, tendo duas classes, dirigidas pelos Drs. Antônio Dias Maciel e Antônio Martins Vilas Boas, sendo este superintendente da Escola, membro ilustre do Tribunal de Apelação do Estado e que exercia a função de delegado de polícia do município.

A “nova religião”, como era chamada pelos moradores da cidade, foi considerada a “igreja dos doutores”, e tinha entre seus membros, várias pessoas de posição social destacada na sociedade patense. Chaves narra que fora convidada, ela e seu esposo, que era evangelista, para dirigirem a igreja de Patos, e relata que

após o primeiro culto, celebrado depois de nossa chegada ao encerrar-se a reunião, dr. Antônio começou a apresentar-nos aos crentes. Fiquei assustada, pois a igreja era composta, na maior parte, de homens formados e de destaque na sociedade local [...] exclamei para o meu companheiro: Estamos bem arranjados. Você está agora dirigindo uma igreja de doutores (CHAVES, 2008, p. 137).

Ribeiro deixa claro que as intenções da Igreja em ter membros distinguidos dentro na sociedade eram proveitosas para a obra de Deus, porque esta precisava de recursos e também de pessoas capacitadas.

Não se trata, é claro, de adesão dos ricos ao protestantismo. Mas os limites iniciais, marcados pela pobreza geral dos convertidos, se rompem. A Igreja Presbiteriana do Brasil logo poderá fazer planos de expansão, e de consolidação. Vão surgindo em seu seio, ou aderem a ela, pessoas capazes de dirigir, e com recursos para financiar programas. Vão terminar – e não sem conflitos – os anos em que a Igreja viveu totalmente dependente das Missões, também limitadas (RIBEIRO, 1981, p. 266).

A congregação de Patos de Minas estava crescendo e o trabalho ia adquirindo força. Então no dia 24 de outubro de 1929, ela deixa de funcionar em residência particular transferindo-se para casa própria, localizada à Rua Olegário Maciel, em frente à casa do Binga³. O novo local é reverentemente chamado de “Casa de Oração”.

Em 1938 chega a Patos de Minas o primeiro pastor residente, Estevão Sloop, que permaneceria na direção até 1943, mudando-se para Carmo do Paranaíba. Sobre sua chegada, ele escreve em ata:

³ Sebastião Alves do Nascimento foi prefeito de Patos de Minas em 1958 e candidatou-se a Deputado Estadual pela ex-UDN. Fonte: <http://www.paragonbrasil.com.br/conteudo.php?item=1495>

A convite das congregações de Patos e Lagoa Formosa e a mandado da Missão Oeste do Brasil vim dirigir os trabalhos do Antigo campo de Carmo do Paranaíba com sede do trabalho na cidade de Patos em 18 de Agosto de 1938, quando preguei minha primeira mensagem na antiga casa de oração a menos de cem (100) pessoas. O texto foi em Atos dos Apóstolos, cap. 10:29. No dia 1 de setembro fiz minha mudança de Patrocínio fixando residência no Hotel Rodonia até o fim do ano, passando em fevereiro 1939 para o burgozinho pertencente ao irmão Dr. Antonio Maciel, no fundo do novo templo, onde morei até setembro de 1939 quando mudei para a casa do Augusto Barão português, na Rua Coronel Farnese Maciel (rua da chapada) (Ata da Igreja Presbiteriana de Patos de Minas, livro 1, fl. 8).

Quando o Rev. Sloop chegou, a construção do novo templo estava iniciada, situada, até hoje, à Avenida Getúlio Vargas, n.º 582, entre a residência de João Pacheco Filho e do Prefeito Clarimundo. O templo foi construído com a cooperação de crentes e não-crentes, mencionando na ata a “imensa contribuição pessoal do Sr. Clarimundo José da Fonseca Sobrinho, prefeito e Atualpa Dias Maciel, secretário do município” (Ata da Igreja Presbiteriana de Patos de Minas, livro 2, fl.16).

A comissão responsável pela construção constituía-se das seguintes pessoas: João Pacheco Filho, Jonas Orlando de Barros, Antônio Dias Maciel e Elias Gomes de Deus, que foi substituído pelo filho Oscar Gomes de Deus, por motivo de mudança. O novo templo foi inaugurado no dia 27 de junho de 1940.

Houve um crescimento surpreendente da igreja proveniente de crentes que se mudaram para a cidade, procedentes de Lagoa Formosa e Carmo do Paranaíba, não deixando de haver também grande número de interessados que se manifestaram na própria cidade. A congregação foi se fortalecendo em Patos de Minas, tornando-se a mais forte e a maior da região.

Depois do pastorado do Rev. Sloop, veio para a cidade o Rev. Wilson Castro Ferreira (1913-2007), que permaneceu em Patos de Minas até 1946, sendo substituído pelo Rev. Joseph Woody, por breve tempo. Posteriormente, em 1947, convidado pela Missão Oeste do Brasil, o Rev. Augusto da Silva Dourado assumiria o trabalho na Congregação, sendo empossado pelo Rev. George Hurst, no dia 12 de fevereiro do mesmo ano.

Quando chegou a Patos de Minas, o novo pastor não encontrou atas, nem o histórico da congregação, senão poucos relatórios dos Revs. Estevão Sloop e Wilson Castro Ferreira; e a Congregação, contando já com 115 membros comungantes, não havia ainda sido organizada em Igreja.

Com essa preocupação, o novo pastor saiu de casa em casa a fim de conseguir os dados para fazer o histórico da Congregação. Também foram enviados à Missão Oeste do Brasil dois ofícios pedindo para a Congregação ser organizada em Igreja,

considerando que o trabalho evangelístico aqui na sede, Patos, tem crescido imensamente; considerando que, vemo-nos na contingência de abrir logo diversos pontos de pregação nos diversos bairros da cidade, bem como criar escolas dominicais filiares (Ata da Igreja Presbiteriana de Patos de Minas, livro 1, fl.17).

Então a Missão deu a licença para que a organização se realizasse. Segundo a Constituição da Igreja Presbiteriana⁴,

uma comunidade de cristãos poderá ser organizada em Igreja, somente quando oferecer garantias de estabilidade, não só quanto ao número de crentes professos, mas também quanto aos recursos pecuniários indispensáveis à manutenção regular de seus encargos, inclusive as causas gerais e disponha de pessoas aptas para os cargos eletivos (Art. 5.º).

A Congregação neste momento contava com um número razoavelmente grande de membros comungantes e interessados no evangelho, que ainda não tinham feito sua pública profissão de fé e já estavam se expandindo para outros bairros da cidade. Era preciso criar uma estrutura bem organizada com homens selecionados para dirigir a Igreja, auxiliando o pastor no trabalho evangelístico, administrativo e espiritual.

Foi formada pela Missão uma Comissão Especial para a organização da igreja, que se reuniu nos dias 13 a 17 de novembro de 1947 para esse fim, sendo composta pelos pastores David Lee Willianson, o presidente; Estevão Sloop; José Constantino Ramos, o secretário; Adauto Araújo Dourado; e Augusto da Silva Dourado.

Na obra de Dunstan, ele define “igreja”, afirmando que esta palavra

[...] é freqüentemente utilizada nas Escrituras para designar tãda multidude dispersa pelo mundo, que professa o culto de Deus e Jesus Cristo, que está iniciada na sua fé pelo batismo, que testemunha a sua unidade na verdadeira doutrina e caridade, pela participação na sagrada ceia, que se submete à palavra do Senhor e preserva o ministério que por Cristo foi instituído para pregar a sua palavra (DUNSTAN, 1964, p. 52).

⁴ A constituição encontra-se disponível no site da própria Igreja: www.ipb.org.br/uph/manual.html.

A cerimônia de organização foi realizada no dia 13 de novembro de 1947, dirigida pelo Rev. David Willianson, que ia fazendo perguntas constitucionais à Congregação e esta respondia ficando em pé. Por este ato simbólico a Igreja estava organizada. No mesmo dia, após o culto cerimonial, foi realizada a votação dos diáconos e presbíteros, que contava com a presença de 68 membros comungantes, portanto habilitados a votar. Foram escolhidos democraticamente os seguintes presbíteros: João Pacheco Filho, Américo Moreira Coelho e Oscar Gomes de Deus. Posteriormente verificou-se a eleição dos diáconos: João Evangelista Gonçalves, Antônio Pacheco e Alírio Moreira Coelho.

O nome “igreja presbiteriana” vem da maneira como a igreja é administrada, ou seja, através de “presbíteros” eleitos democraticamente pelas comunidades locais. No sistema presbiteriano, os membros elegem os presbíteros e diáconos como seus representantes, reunidos em assembleia. E estes representantes formam “os concílios, que são assembleias formadas por pastores e presbíteros, que se reúnem para cuidar do governo da igreja em seus respectivos níveis” (NASCIMENTO; MATOS, 2007, p. 75).

7. Forma de culto presbiteriano

A Igreja Presbiteriana do Brasil adota a Confissão de fé de Westminster⁵ como princípio para a exposição das doutrinas bíblicas, tendo a Bíblia como única norma de fé e conduta. Quanto à forma de culto adotada pela Igreja, Nascimento e Matos assim descrevem:

Quanto ao culto, as igrejas presbiterianas procuram obedecer ao chamado “princípio regulador”. Isso significa que o culto deve ater-se às normas contidas nas Escrituras [...] O culto presbiteriano caracteriza-se por sua ênfase teocêntrica (a centralidade do Deus triunfo), simplicidade, reverência, hinódia com conteúdo bíblico e pregação expositiva (NASCIMENTO; MATOS, 2007, p. 10).

A Igreja Presbiteriana tem sua forma de culto, que a identifica em sua maneira singular e distinta de cultuar a Deus e a difere de outras formas de culto protestante; isso pode ser testificado na obra de Dunstan no seguinte trecho:

⁵ A Confissão de Fé de Westminster foi a convocação de uma Assembleia pelo Parlamento da Igreja da Inglaterra para elaborar os novos padrões doutrinários, litúrgicos e administrativos para a Igreja inglesa, no século XVII.

Portanto, o homem deve exprimir a sua fé religiosa em formas variáveis de pensamento e de ação. A divisibilidade do protestantismo é um resultado da própria crença em que se fundamenta. Não obstante, essa mesma crença é o que unifica o protestantismo, independentemente das controvérsias e disputas entre os seus adeptos. A fé básica do protestantismo não muda; só mudam sua forma e sua aparência exteriores (DUNSTAN, 1964, p. 7).

O domingo era o dia “consagrado ao Senhor”, em que os membros deveriam reservar-se exclusivamente às práticas religiosas, nas quais incluíam a leitura da Bíblia, a assiduidade à Igreja, além da prática de “deveres de necessidade e de misericórdia”, na abstenção de empregos seculares e recreações. Sobre a dedicação do domingo, Ribeiro declara que

No sertão, o problema, naturalmente, são os domingos, com as atividades de lazer mundano eliminadas, o trabalho proibido; as leituras bíblicas, prédicas e demais exercícios religiosos exigem a presença de ao menos um alfabetizado. Durante a semana a rotina continua, e os novos padrões de comportamento, em lugar de desencorajar o trabalho, estimulam-no. “Quem não quer trabalhar, não coma também”, ensinou o apóstolo; e o escândalo de nossos missionários é constante com a inação dos mais pobres entre os nativos (RIBEIRO, 1981, p. 268).

As pessoas que se interessavam por se tornar membros da Igreja eram admitidas após passarem por algumas exigências. Os interessados deveriam possuir instrução evangélica e passar no exame, e antes da admissão, eram cuidadosamente interrogados pelo pastor. Ninguém seria admitido à profissão de fé a menos que mudasse de vida. Nada de algazarra, negócios no domingo, confraternização com a Igreja Romana. A igreja evangélica não recebia ninguém que não estivesse com a sua situação conjugal ratificada pela lei civil.

8. A Escola Dominical como meio de instituir os dogmas da Igreja

Depois da implantação da República em 1889, a educação nacional começa a ser alvo de interesse, oferecendo escola pública ao alcance de todos, mas ainda assim, ela era muito deficiente num país que ainda apresentava um número elevado de analfabetos. Isto se deve ao fato de a instrução não fazer parte do cotidiano das famílias brasileiras.

Somente depois da queda das antigas oligarquias em 1930, com Getúlio Vargas no poder, é que se dará deferência à escolarização.

Quando os missionários chegaram ao Brasil, eles perceberam a necessidade de alfabetizar as pessoas, principalmente porque elas precisariam conhecer as Escrituras, como expõe Ribeiro: “Entre os valores a realizar na nova sociedade, talvez nenhum obtivesse maior ênfase que o da instrução pois a leitura da Bíblia é indispensável à fé Reformada” (RIBEIRO, 1981, p. 184). Era imprescindível o estabelecimento de escolas para os filhos dos membros da igreja a fim de assegurar o futuro da própria igreja evangélica no Brasil.

Nas primeiras escolas protestantes do Brasil foram matriculados os filhos dos protestantes, republicanos e liberais, devido às constantes perseguições que as crianças sofriam nas escolas, pois na época do Império as escolas públicas pertenciam ao Estado, e as particulares, à Igreja Católica. Ao educar as crianças, eram-lhes transmitidos os valores da religião reformada e todos os princípios ético-morais necessários ao indivíduo para viver em sociedade. Segundo Ribeiro, “a escola ao lado de cada igreja destinava-se a suprir a ineficiência do sistema pedagógico nacional, bem como, onde fosse o caso, prevenir conflitos, que poderiam resultar da imposição de práticas católicas romanas às crianças protestantes” (RIBEIRO, 1981, p. 189-190).

Em muitas igrejas presbiterianas, uma escola primária era complemento obrigatório do templo. Na orientação pedagógica, evitavam o proselitismo, não exigiam conversão à sua fé, nem a observação de seus preceitos religiosos. Mas, nos relatórios enviados à junta, demonstravam inequivocamente que também queriam formar pastores para dar prosseguimento à sua missão e atrair os jovens para o protestantismo. Segundo Ribeiro e Celani,

Todo processo de instrução básica feito pelos evangelizadores nos Estados Unidos teve, desde seu nascedouro, intenção missionária e de conversão, dentro dos modelos estabelecidos. Tendo a Bíblia como instrumento didático, no ato de se alfabetizar, o indivíduo não só aprendia a ler, mas, também a conhecer a Palavra, cuja utilização e compreensão dependia do sermão semanal e do trabalho pastoral a ser realizado na “escola dominical” (RIBEIRO; CELANI, 2002, fl.20).

Em Patos de Minas, no ano de 1947, o pastor Rev. Augusto Dourado enviou dois ofícios à Missão Oeste do Brasil, pedindo “a criação de uma escola de alfabetização, junto a Igreja, de acordo com a resolução do Supremo Concílio”. Isso veio a ocorrer somente

no ano de 1968, com uma escola dirigida pela UMP (União de Mocidade Presbiteriana), funcionando inicialmente nas dependências da Igreja Presbiteriana, cujo nome inicialmente era Escola Primária da Mocidade Presbiteriana, passando posteriormente a ser denominada de Pré-Escolar “Chapeuzinho Vermelho”. Borges postula que

A escola era de cunho particular, a Igreja Presbiteriana cedia as instalações da mesma para o seu funcionamento [...] Todos os dias antes das aulas aconteciam com todas as crianças o culto; no qual cantavam, oravam a Deus e contavam histórias bíblicas. Uma parte bem pequena da escola era de alunos evangélicos, a maioria deles eram católicos e ainda uma minoria das demais religiões, participavam do culto somente aqueles que os pais permitiam, este não era um momento obrigatório aos alunos (BORGES, 2006, p. 9).

Com base na dissertação *Predestinação e escolaridade*, de Ribeiro e Celani (2002), podemos perceber como a Escola Dominical teve papel preponderante no contexto das Igrejas Presbiterianas, amparadas no Calvinismo, para a formação da nova geração de diáconos e presbíteros nacionais para a sua efetivação na obra. Ribeiro aponta como os protestantes supervalorizaram a criação de suas próprias escolas e como

[...] colocaram a instrução (formação) a serviço da crença reformada e pretenderam obter, pela escolaridade, formas concretas e corretas do verdadeiro comportamento cristão, da formação e conscientização sócio-política dos futuros cidadão e, sobretudo, da salvação de todos (RIBEIRO; CELANI, 2002, fl.13).

Ribeiro e Celani expõem a importância da criação do IBEL para preparar aqueles que iriam ensinar e pastorear as igrejas, dentro dos pontos da doutrina da Igreja Presbiteriana, pré-definidos como expressão legítima e necessária à fé de seus membros, afirmando que

O êxito maior dos missionários presbiterianos na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, foi a fundação do “Instituto Bíblico Eduardo Lane” – na cidade de Patrocínio, em 1932 –, celeiro de futuros pastores, evangelistas e professores leigos, que viriam a atuar na formação e alfabetização dos novos membros da igreja nas várias comunidades da região (RIBEIRO; CELANI, 2002, p. 34).

Em cada bairro onde se abria novo trabalho da Igreja Presbiteriana em Patos de Minas, eram abertas Escolas Dominicais nas casas dos novos convertidos para instituir

novo ponto de pregação das Escrituras, a fim de consolidar os novos crentes nos dogmas da Igreja.

9. Considerações finais

A Igreja Presbiteriana teve papel preponderante no contexto da cidade de Patos de Minas, atuando como instituição formadora de novos princípios protestantes. Por meio de missionários e pastores, que desbravaram o interior mineiro, suas mensagens tiveram acesso a lugares em que não havia nenhuma presença protestante, avançando no trabalho missionário.

Nesta pesquisa procuramos esclarecer como o protestantismo chegou a Patos de Minas, através da Igreja Presbiteriana, e também enfatizamos o seu processo de consolidação, que se efetuou num período relativamente longo. Demonstramos os fatores que levaram à sua organização, fortalecendo a Igreja e criando vínculos de unidade entre os membros.

Nosso trabalho teve como objetivo compreender o curso do presbiterianismo na cidade, o que dará oportunidade a outras pesquisas, no sentido de elucidar outros aspectos. Sugerimos aos novos leitores/pesquisadores, que avancem na pesquisa sobre o tema, a fim de produzir novas abordagens, contribuindo para o meio acadêmico e também para a história regional.

10. Referências Bibliográficas

BÍBLIA Sagrada. N.T. Marcos. 2 ed. Barueri – SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993. cap. 16, p. 990.

BORGES, Izabel Fidêncio e Silva. *A educação protestante em Patos de Minas: Historiando sua gênese (1968-1985)*. 2006. 25 f. TCC. Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM, Patos de Minas, 2006.

CHAVES, Maria de Melo. *Bandeirantes da fé*. São Paulo: Ed. Cultura Cristã, 2008. 147 p.

CONSTITUIÇÃO da Igreja Presbiteriana do Brasil. Disponível em:
<http://www.ipb.org.br/quem_somos/concilios.php3> Acesso: 18/05/2009

DUNSTAN, J. Leslie. *Protestantismo*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964. 197p.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 5 ed. São Paulo: Edusp, 1998 (Didática, 1).

BRANDÃO, Risoleta Maciel. *Cinqüentenário: Escola Estadual "Professor Antônio Dias Maciel" - Passado de glória, presente de realizações*. 1982

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário de língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FONSECA, Geraldo. *Domínios de pecuários e enxadachins: história de Patos de Minas*. Belo Horizonte: Ingrabrás, 1974.

Igreja Presbiteriana de Patos de Minas. *Atos Pastoraes e Rois da Igreja de Patos*. Patos de Minas, 1938. Livro 1.

Igreja Presbiteriana de Patos de Minas. *Atos Pastoraes e Rois da Igreja de Patos*. Patos de Minas, 1947. Livro 2.

LEMBO, Cláudio; HILSDORF, Maria Lucia; MATOS, Alderi S. de. *Simonton, 140 anos de Brasil*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2000. 72p., v. 3. (Série colóquios).

NASCIMENTO, Adão Carlos. MATOS, Alderi Souza de. *O que todo presbiteriano inteligente deve saber*. São Paulo: SOCEP Editora, 2007.

NICHOLS, Robert Hastings. *História da igreja cristã*. 5. ed. revisada. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1981.

OLIVEIRA MELLO, Antonio de. *Patos de Minas: capital do milho*. Patos de Minas: Editora da "Academia Patense de Letras", 1971, vol. 1.

RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo e cultura brasileira: Aspectos culturais da implantação do protestantismo no Brasil*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1981. 361p.

_____. *Protestantismo no Brasil monárquico: aspectos culturais de aceitação do protestantismo no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1973.

RIBEIRO, Viviane; CELANI LEITE, Sérgio. *Predestinação e escolaridade: a comunidade Presbiteriana e a educação no município de Lagamar (MG)*. 2002. 95 f. Tese - Centro Universitário de Patos de Minas - UNIPAM, Patos de Minas, 2002.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *História de Minas Gerais*. 2 ed. Belo Horizonte: Difusão Pan-Americana do Livro, s/d.

Entre a permissão divina e a danação mundana: a construção do *Malleus Maleficarum* sob a ótica do medo no Ocidente

Marcus Vinícius Reis

Graduando do 7.º período de História, Universidade Federal de Viçosa.
e-mail: mv.historia@gmail.com

Resumo: Baseando-se nos principais elementos que fizeram da obra de John Sprenger e Heinrich Kramer um sucesso de circulação por toda a Europa dos séculos XV e XVI, o presente trabalho tem por objetivo pensar a construção do *Malleus Maleficarum*, sob a ótica do que Jean Delumeau nomeou de “medo no Ocidente”. Partindo dessa premissa, e ancorado numa considerável bibliografia a respeito da temática proposta, o outro objetivo inserido em tal estudo terá como fio condutor os 3 elementos principais que serviram de base para a construção do *Malleus*, em ordem de importância dada pelos autores: a permissão divina, a presença do diabo e a presença da bruxa ou feiticeira.

Palavras chave: Bruxaria. Pacto demoníaco. Medo

Abstract: Based on the most important elements that made the work of John Sprenger and Heinrich Kramer a great success in the whole Europe during the 15th and 16th centuries, the present work aims at thinking about the construction of *Malleus Maleficarum*, considering what Jean Delumeau called “fear in the West”. Taking this for granted, and supported by a considerable bibliography on the proposed theme, the other objective will analyze the 3 main elements for the elaboration of the *Malleus*, in order of importance, according to the authors: the divine permission, the presence of the Devil, and the presence of the witch.

Keywords: Witchcraft. Devil pact. Fear.

Pensar a construção do *Malleus Maleficarum*, dos possíveis contextos por trás dessa obra, é entrar numa atmosfera em que o divino e o diabólico convivem em eterna batalha, em que Deus busca a salvação da humanidade e o Diabo objetiva fazer com que os homens caiam nas tentações mundanas. Uma guerra na qual o *Malleus Maleficarum* terá o papel de servir de guia para a humanidade conseguir a salvação eterna. Mas porque o manual de Kramer e Sprenger teve um destaque tamanho não só período de sua confecção – século XV – mas também nos séculos posteriores da Modernidade? Para tal resposta seria inviável que procurássemos as justificativas

desta apenas numa crítica interna à fonte que temos disponível, o próprio *Malleus*. Ou seja, a partir do momento em que aprofundamos a leitura do manual de Kramer e Sprenger percebemos que a construção deste está permeada por uma atmosfera que podemos denominar de medo, e que não esteve restrita apenas ao texto em si. Uma forma de medo que não pode ser confundida como covardia, mas como um fenômeno que pairou em forma de “uma angústia coletiva e sobre uma civilização que se sentiu frágil” (DELUMEAU, 1989, p. 41). Assim, ao mesmo tempo em que analisamos a importância do *Malleus Maleficarum* estamos inevitavelmente entrando numa discussão na qual a presença do medo na sociedade européia torna-se pertinente para que compreendamos a construção deste manual.

Sem a imprensa, sem uma cultura voltada para a construção dos poderes de Satã, as incidências do medo do fim do mundo e do juízo final não tomariam proporções consideráveis como ocorreu na Europa. A imprensa, segundo Jean Delumeau, foi responsável direta por difundir o medo de Satã e de seus seguidores, seja por meio de grandes volumes ou mesmo de sermões que foram publicados. Os teólogos procuraram fazer com que a figura do Diabo – antes nos séculos XI e XII como sendo uma figura ridicularizada pelos camponeses – se tornasse para toda a sociedade europeia uma figura demoníaca e perseguidora dos pecados da humanidade (DELUMEAU, 1989, p. 247-249). Assim, não apenas a Igreja, mas também uma cultura demonológica representada por artistas, por escritores, não cansou de difundir ideias de como e de onde vinham os poderes do Diabo, quais eram estes principais poderes no qual todo cristão deveria temer, de que forma o Diabo tentava a humanidade, quais eram os seus principais agentes aqui na Terra.

O manual de Heinrich Kramer e James Sprenger não fugiria à regra. Tornar-se-ia um manual que teria o objetivo de definir os poderes de Satã e de que forma ele agiria no mundo. A importância dada ao *Malleus* é colocada tanto por Robert Muchembled como também por Robert Mandrou. Trata-se de uma etapa importante na construção demonológica europeia. Muchembled ainda destaca o fato de que o manual de Kramer e Sprenger foi um dos primeiros a tratar de forma incisiva acerca da presença do Diabo no mundo. Além disso, a sua importância também se deve à grande influência que o manual exerceu por toda a Europa cristã ao longo dos séculos posteriores à sua publicação (MUCHEMBLED, 2001, p. 247-249).

Robert Mandrou vai mais adiante ao dizer que a publicação do *Malleus* serviu de peça essencial para que a demonologia ganhasse força acerca da construção da ima-

gem demoníaca. Ao lado de uma literatura jurídica acerca da presença de Satã, o *Malleus* serviu de base para a atuação inquisitorial diante de inúmeros casos de possessões diabólicas (MADROU, 1979, p. 41).

Por fim, e não menos importante, o ponto no qual o *Malleus Maleficarum* demonstra que está amparado por toda uma jurisdição eclesiástica. Ao iniciarmos a leitura do manual de Kramer e Sprenger, antes mesmo de começar a serem elaboradas as questões dos monges, temos em poucas páginas a presença da bula *Summis Desiderantes affectibus*, de autoria do papa renascentista Inocêncio VIII. Antes de justificarmos a presença de tal bula papal no manual de Kramer e Sprenger, é importante termos um pouco de informação acerca do que essa bula representou para a época na qual esteve vigente. Renegada por toda uma literatura demonológica, a bula de Inocêncio VIII tem como sua principal importância o fato de que é considerada por Jean Delumeau como um forte elo de toda uma cadeia infernal. Conforme menciona Delumeau, mesmo não havendo uma presença explícita de *sabbats* ou mesmo de uma definição mais precisa do pacto demoníaco, a bula de Inocêncio VIII tornou-se inédita pelo fato de que nenhuma outra antes desta foi capaz de identificar a magia popular como uma forma de heresia. Em síntese, a bula de Inocêncio VIII aproximou um crime civil a um crime religioso, defendendo a posição de que os tribunais leigos deveriam combater tais heresias por meio da repressão. Tal assertiva é coerente também com a posição dos próprios autores do *Malleus*, que consideram a bula *Summis Desiderantes* como sendo uma forte aliada da fé católica, aumentando sua força frente aos inimigos da cristandade (KRAMER & SPRENGER, 1991, p. 43). Dessa forma, utilizar a bula de Inocêncio VIII era ao mesmo tempo conferir status de importância para o manual como sendo a maior autoridade teórica acerca dos poderes de Satã e de seus agentes, além de dar aos monges garantias de sua atuação contra as heresias presentes na Alemanha.

É, a nosso ver, impossível separar a justificativa de se usar a bula de Inocêncio VIII no *Malleus Maleficarum* de um contexto que se torna tão explícito na própria intenção dos monges em se justificar tal utilização. Como já mencionado, o objetivo é o de reforçar a fé católica contra as ameaças presentes no mundo. E se existe a necessidade de se tornar o catolicismo mais forte, é porque do outro lado da questão existe uma ameaça, um temor de que algo possa fazer com que a Igreja Católica entre em colapso. Um medo de que uma potência maléfica seja capaz de ameaçar toda a humanidade, levando-a à perdição eterna. E é esse teor de medo que o presente trabalho terá como ponto de partida, tendo o *Malleus Maleficarum* como sendo não apenas um manual que

descreve os poderes de Satã, mas também um manual que buscou reunir os principais elementos que ameaçavam a cristandade, além de buscar soluções para combater tanto os malefícios como os seus agentes causadores. Dessa forma, a partir do momento em que pensamos a construção do *Malleus Maleficarum* temos a consciência de que os principais elementos que fizeram parte de tal construção e que sem dúvida alguma foram nomeados como as principais ameaças à humanidade são, em ordem de importância, o Diabo, a feiticeira e o pacto demoníaco. Temos ainda um quarto elemento, que no entender de Kramer e Sprenger é o responsável por ser aquele que ira intermediar as ações de tais elementos, que é Deus. Assim, toda a construção do presente artigo estará envolta de tais proposições mencionadas acima; um fio condutor que nos levará – se possível – a uma compreensão maior do que o *Malleus Maleficarum* representou para uma sociedade frágil diante do medo, e o que tal sociedade contribuiu para a construção do manual de Heinrich Kramer e James Sprenger. Trata-se de uma proposta audaciosa que não tem por objetivo se encerrar da presente discussão. Antes de tudo queremos fornecer questões, e não propriamente respostas.

Deus em sua infinita bondade é considerado o provedor de todas as coisas, é Aquele que está em tudo e em todos (KRAMER & SPRENGER, 1991, p. 163). A partir dessa assertiva, os monges *Kramer* e *Sprenger* procuraram dizer que devido à onipresença e onipotência divina, todas as virtudes e males existentes no mundo estão diretamente ligados à presença de Deus. Assim, apenas uma maneira de obter a salvação é colocada para a humanidade, que é a de aceitar a presença Divina e aceitar a fé cristã.

Mas, por que a humanidade é assolada por tantas catástrofes e malefícios vindos dos mais diversos pecados? Tal questionamento feito pelos autores do *Malleus* é bastante significativo se pensarmos que a própria Igreja Católica difundia na época uma imagem de Deus como sendo de infinita misericórdia e bondade para com a humanidade. Entretanto, ressaltam *Kramer* e *Sprenger* que tal bondade divina esbarra no livre arbítrio concedido aos homens pelo próprio Deus. Ou seja, apesar do intelecto dos homens serem influenciados pela bondade celestial, os próprios homens não estão imunes de se desviarem do caminho da bondade e da misericórdia divina (KRAMER & SPRENGER, 1991, p. 131). E pelo fato de terem o poder de escolher o destino que querem seguir, os homens acabam caindo nas tentações dos mais diversos pecados, inclusive o de renegar a Deus e se aproximar da presença demoníaca.

O homem nasce pecador, e de tal predestinação a humanidade jamais conseguirá escapar, mesmo tendo a misericórdia de Deus a seu favor. Para *Kramer* e *Sprenger*, a

humanidade se encontra perdida em pecados, não sendo possível que esta se torne imune às tentações mundanas. Além disso, os homens não são dotados de imunidade diante dos pecados, sendo Deus o único capaz de resistir a qualquer tentação proveniente do Diabo. O que resta aos homens é se aproximar de Deus para que consigam a graça divina e se afastem dos pecados do mundo (KRAMER & SPRENGER, 1991, p. 160-163). Caso contrário, a humanidade continuará sua perdição num mundo governado pelo príncipe das trevas, Satã.

Temos assim, nosso próximo elemento, considerado pela Igreja Católica como sendo o maior inimigo de toda a cristandade – Satã. Ao longo de toda a Idade Média e também nos séculos referentes à Idade Moderna, principalmente os séculos XVI e XVII, o que predominou no pensamento teológico acerca de uma possível explicação acerca dos males da humanidade esteve diretamente relacionado com a construção da imagem de Lúcifer. Para a Idade Média, a figura de Satã que encontramos ainda é tímida, muitas vezes usada como forma de comprovar o poder do homem diante dos males. Como bem cita Jean Delumeau, os séculos XI e XII são palcos ainda de um Diabo pouco assustador, em que “ele e seus acólitos por vezes [são] tão ridículos ou divertidos quanto terríveis” (DELUMEAU, 1989, p. 140).

Mas a partir do século XV percebemos uma maior preocupação por parte da Igreja em fazer de Satã uma criatura que deveria ser temida e evitada por todos, para o bem da humanidade. Dessa forma, imagens antes renegadas pelos teólogos e demonólogos – como as representações contidas em “A divina Comédia” ou nos elementos da cultura oriental – passam a ganhar importância a partir do momento em que os poderes de Satã são delimitados e apontados pelos estudiosos (DELUMEAU, 1989, p. 240). Alguns exemplos são apontados no próprio *Malleus*. O Demônio recebeu a permissão de Deus para que a humanidade sofresse todo e qualquer tipo de males e catástrofes provenientes de sua ação demoníaca. Para isso, Satã adquiriu poderes capazes de persuadir a humanidade de modo que o homem fosse conduzido às tentações do pecado (KRAMER & SPRENGER, 1991, p. 128). E, conforme citam os autores do *Malleus*, o Diabo para persuadir o homem se atém de cinco meios para que tal ilusão seja bem sucedida. Primeiramente, por meio da ilusão, ou seja, em fazer com que o homem acredite numa imagem que na verdade é uma trapaça de Satã. A outra maneira está relacionada à ilusão provocada quando o Diabo se utiliza de um corpo espiritual para esconder o verdadeiro corpo da pessoa, confundindo-a. A terceira ilusão se dá quando o Diabo incorpora algo em alguma coisa, fazendo com que esta adquira nova forma, iludindo o

homem. Em quarto lugar, vem a ilusão sobre a visão do homem, tornando-a enganosa. E, por fim, o Diabo se utiliza da ilusão através da alteração de humores ou dos sentidos do homem (KRAMER & SPRENGER, 1991, p. 144). Além disso, o manual também indica alguns dias em que os demônios preferem atuar no mundo de modo a causar o maior número de desastres possíveis. Trata-se dos dias santos, como o Natal, a Páscoa e o dia de Pentecostes. A justificativa por tal preferência pelos dias santos se deve a três pontos: atuar em dias santos concede às bruxas maiores poderes quando há a negação da fé católica e de Deus; além disso, são nesses dias de festa que as bruxas têm a percepção total da sociedade na qual elas irão atuar malignamente; e por fim, os dias santos são considerados os mais propensos para que as mulheres possam conseguir persuadir os homens para cometer os desvios sexuais (KRAMER & SPRENGER, 1991, p. 238-239).

As descrições não se tornaram raras ao longo da Idade Média e Moderna acerca de como se estendia o domínio de Satã sobre a terra, além de mostrar como se dava a sua atuação na humanidade. Procuravam desvendar todos os poderes de Satã, considerado também como sendo o Príncipe da Morte, responsável diretamente pelo contato com os mortos, além de exercer influência sobre os cadáveres (DELUMEAU, 1989, p. 254). Trata-se um príncipe que assola a humanidade por diversos meios desde o pecado original. Uma guerra contra a humanidade, tendo Deus como intermediador. Concepções estas que a imprensa ao longo dos séculos XIV, XV e posteriores tentaram difundir no meio social. De objeto de zombaria, o Diabo adquire a função de servir de explicação para os acontecimentos que envolvem a humanidade. Os males a partir de sua presença seriam resultantes unicamente de sua ação sobre os homens. Para isso, os teólogos a partir do século XIV começam a abandonar apenas a atmosfera monástica e partem para uma definição mais ampla de Satã de modo a difundi-la a todos os setores da sociedade.

Trata-se de uma mudança de postura por parte da Igreja e do próprio Estado, em que a busca por uma religião coerente relaciona-se com a busca por uma sociedade civilizada que seja capaz de caminhar rumo ao progresso Europeu (MUCHEMBLEND, 2001, p. 31). Dessa forma, Satã é visto de uma figura decaída na graça das pessoas para uma fera capaz de tentar, de causar todos os males àqueles que renegarem a Deus e à fé cristã. E é nesse sentido que a obra de Heinrich Kramer e James Sprenger toma a sua importância devida para que possamos compreender a atmosfera de medo que circundou a Europa a partir do XIV.

Inúmeros casos tornaram-se exemplos de como a figura de Satã passou a ser representada a partir do século XIV. Alguns são apresentados por Jean Delumeau e também por Robert Muchembled. Dos espetáculos teatrais que muitas vezes representavam Satã, o século em questão tornar-se-ia palco de novas representações que buscam definir os poderes do verdadeiro príncipe do mundo. De acordo com Delumeau, os ares de medo que tomaram conta da Europa a partir do século XIV devem-se principalmente à estratégia dos teólogos em se utilizarem da imprensa para difundirem suas idéias demonológicas (DELUMEAU, 1989, p. 240). Assim, o grande incentivo da propagação do medo de Satã ao longo de toda a Europa veio em peso da Igreja Católica, e para isso ela se utilizou maciçamente da imprensa para que tal medo ganhasse as proporções que hoje a historiografia concebe.

Mas não apenas os teólogos foram os responsáveis para que Lúcifer adquirisse tamanhos poderes ao longo dos séculos da Idade Moderna. J. Baltrusaitis é citado por Jean Delumeau no intuito de mostrar algumas influências que vieram da cultura oriental. A China, por exemplo, teria enviado aos teóricos do Diabo as asas de morcego que fariam parte do corpo de Lúcifer, além de uma presença feminina diabólica nas representações acerca de Satã (DELUMEAU, 1989, p. 242). A cultura demonológica também é considerada essencial para que a presença de Lúcifer se tornasse vitoriosa nos séculos precedentes da modernidade. De acordo com Muchembled, a construção de uma demonologia foi de total importância para que os limites entre o Bem e o Mal fossem definidos, em que Deus seria um ser de total bondade, mas que teria no Diabo o seu grande adversário, responsável – por meio da permissão divina, como citam Kramer e Sprenger – pelos grandes pecados da humanidade (MUCHEMBLED, 2001, p. 42).

O *Malleus* se destacaria, sendo como um poderoso manual utilizado para definir o que Satã seria capaz de fazer contra a humanidade. Mas ainda nos é possível ir mais além com a obra de Kramer e Sprenger acerca dos poderes diabólicos dessa criatura. Não apenas a descrição dos poderes de Satã foi a preocupação dos autores do *Malleus*, mas também houve a preocupação de se formar uma hierarquia demoníaca na qual os diversos demônios atuariam nas mais variadas funções. Ou seja, assim como as criaturas celestes são dispostas hierarquicamente de acordo a sua função e importância para as ações divinas, os demônios também se organizam, mas de forma precária, numa hierarquia presente no Inferno. Para que tal organização ocorra, os demônios são definidos por nomes que significam os males que cada criatura causa na humanidade. O *Diabolus* é o demônio responsável pelos atos maléficis que buscam matar o corpo e a

alma da pessoa. Já Satã, seria o adversário que tem a função de fazer com que os homens abandonem a fé cristã, tornando-os bestiais. Entretanto, um demônio em especial é o que mais assola a humanidade, devido ao fato de que por meio de seus atos os homens são capazes de até renegar a fé cristã. Trata-se de Asmodeus, o diabo da Fornicação, relacionado aos crimes sexuais, às bruxarias (KRAMER & SPRENGER, 1991, p. 43).

Mas o Diabo ou Satã não estaria sozinho nessa batalha eterna contra a humanidade. De acordo com Kramer e Sprenger, é necessário que existam agentes na terra que se tornem fieis à proposta demoníaca de levar a danação eterna à humanidade. Não apenas uma difusão de um imaginário demoníaco seria suficiente para que uma sociedade ganhasse caracteres de medo, de temor diante de Satã. Era necessário comprovar a existência do príncipe das trevas, tornava-se importante que a figura de Satã se concretizasse no seio da sociedade europeia. Para tal, a difusão de manuais como o *Malleus Maleficarum* serviram de instrumento comprovador dos males causados por Satã, indicando por meio de inúmeras provas que este não estava sozinho em suas ações.

‘Todo homem e toda mulher que evocarem espíritos divinatórios ou pitônicos serão mortos, e serão apedrejados, e levarão a sua culpa’ [capítulo 19 do *Levítico*]. Pitônico são as pessoas em quem o diabo opera coisas extraordinárias [...]. As leis eclesiásticas demonstram também que negar a existência de bruxas é contrário ao sentido óbvio do Cânon [...] (KRAMER & SPRENGER, 1991, p. 53).

Em outra passagem do manual de Kramer e Sprenger encontra-se de modo mais nítido a forma como Satã age por meio da bruxaria, escolhendo seus principais agentes no mundo.

É um fato que maior número de praticantes de bruxaria é encontrado no sexo feminino. Fútil é contradizê-lo: afirmamo-lo com respaldo na experiência real, no testemunho verbal de pessoas merecedoras de crédito [...]. Portanto, a mulher perversa é, por natureza, mais propensa à heresia na sua fé e, conseqüentemente, mais propensa a abjurá-la – fenômeno que conforma a raiz da bruxaria (KRAMER & SPRENGER, 1991, p. 112-117).

Uma acusação presente ao longo da história humana (DELUMEU, 1989, p. 31). Acusação que antes mesmo da Inquisição e do *Malleus*, procurava colocar a mulher como submissa ao homem e como responsável pelas calamidades humanas. Pode-se dizer, tendo como base Jean Delumeau, que a figura da mulher ao longo dos tempos, transi-

tou entre a exaltação, sendo ligada ao culto mariano, ou mesmo em superstições locais, e a diabolização e submissão ao homem. Trata-se de uma exaltação que em períodos remotos da Antiguidade era relacionada com o culto a uma deusa fértil em comunidades pagãs ou mesmo na presença da deusa Atená, em Atenas. Tal exaltação irá adquirir força no culto à virgindade de Maria. A própria oscilação do caráter das mulheres é apresentada por Kramer e Sprenger. Para ambos, quando a mulher é dotada de graça e virtude, sendo governada por um espírito do bem, ela se torna capaz de atingir o ápice da divindade,

[...] que, seja na bondade, seja no vício, não conhecem moderação; e quando ultrapassam os limites de sua condição atingem as maiores alturas na bondade e as mais fundas profundezas no vício. Quanto governados por espíritos do bem, atingem o acme da virtude; mas, quando governados por espíritos do mal, se comprazem nos piores vícios possíveis (KRAMER & SPRENGER, 1991, p. 113).

E serão nos piores vícios existentes que as mulheres se tornarão mais propensas às atividades diabólicas. Sendo governadas pelos espíritos malignos, as mulheres ao longo da modernidade serão apontadas pela Igreja como um todo como sendo as grandes responsáveis por difundir os males pelo mundo, por tornar concreta a ameaça de Satã. E há uma razão para que as mulheres caiam mais em tentação diante das ilusões do demônio. Na visão da Santa Inquisição e do próprio *Malleus Maleficarum*, os indivíduos mais propensos à atividade demoníaca, capazes de se entregar ao diabo de forma tão vil e desmedida, são as mulheres. A explicação dos autores está no fato de que a bruxaria está intimamente ligada à malícia, responsável pelo enfraquecimento da Natureza humana. Malícia esta, presente nas mulheres, pois elas frequentemente adquirem hábitos pecaminosos que, juntamente com o Demônio, são responsáveis por tentar a humanidade (KRAMER & SPRENGER, 1991, p. 105). Mas ainda existe uma causa maior, mencionada também pelos monges do *Malleus*. Trata-se de uma explicação acerca da natureza humana, e da natureza feminina.

Mas a razão natural está em que a mulher é mais carnal que o homem, o que se evidencia pelas suas muitas abominações carnis. E convém observar que houve uma falha na formação da primeira mulher, por ter sido ela criada a partir de uma costela recurva, ou seja, uma costela do peito, cuja curvatura é, por assim dizer, contrária à retidão do homem (KRAMER & SPRENGER, 1991, p. 116)

Trata-se de um poderoso dossiê que objetiva esclarecer para a humanidade as causas de tantos males que assolam o mundo. E para isso, Kramer e Sprenger “elegem” a mulher como a grande responsável por manter tais catástrofes no mundo, através de sua atuação pela bruxaria. Um enumerado de estereótipos é apresentado pelos monges, definindo as mulheres como crédulas excessivas, sendo fáceis de impressionar: são fracas quanto à fé católica, são deficientes de corpo e alma, além de serem mais propensas à dissimulação (DELUMEAU, 1989, p. 327). A própria medicina, de acordo com Muchembled, foi de considerável importância na tentativa de se descrever como funcionava o organismo da mulher. Os médicos viam na figura da mulher uma constituição ainda inacabada, como se fosse um homem que parou de se desenvolver. Assim, a mulher estaria sujeita a ser mais mentirosa, supersticiosa, lúbrica e impressionável por natureza. Como se percebe, a definição da medicina muito pouco se distanciou da justificativa teológica presente na descrição de Kramer e Sprenger, em que a mulher ao mesmo tempo em que tinha o poder da vida, tinha também o poder de levar à morte (MUCHEMBLED, 2001, p. 98). Tais interpretações, no geral, constituíam um conjunto de explicações que visavam a justificar a inferioridade natural de mulher em relação ao homem. Dessa forma, a mulher feiticeira era até uma presença comum devido à sua relação mais próxima com o diabo.

Se há a necessidade de se ter um consenso de que as feiticeiras são responsáveis pelos males da humanidade junto com o diabo, é necessário então, que se teorize acerca de tais criaturas e também que se tenham os melhores meios para combatê-las. Desse modo, as bulas papais foram redigidas no intuito de colocar a bruxaria como um grave crime que deveria ser perseguido pela Inquisição, principalmente. João XXII, segundo Jean Delumeau, pode ser considerado como um dos primeiros papas a fazer com que as bruxas ganhassem um status de heréticas, com a sua bula *Super Illius specula* (1326). Outro exemplo mencionado anteriormente foi o da bula de Inocêncio VIII, na qual o próprio *Malleus Maleficarum* se utilizou de modo a tornar a perseguição contra a bruxaria mais legítima por parte da Igreja.

A partir de João XXII, tentativas não faltaram de colocar a bruxaria no topo de perseguições da Inquisição (DELUMEAU, 1989, p. 251-252). E será em fins do século XVI que a feitiçaria ganhará os contornos básicos para que a sua ação seja relacionada diretamente com a presença da bruxaria feita pelas mulheres. O medo de si, de ser punido por Deus ou ser torturado por Satã acabam por acelerar uma mudança de comportamento frente aos acontecimentos do mundo (MUCHEMBLED, 2001, p. 47). Por parte do

Estado, houve uma maior difusão acerca de um novo modelo civilizador que deveria ser representado pela figura da família, na qual o homem civilizado renegaria as práticas mundanas muitas vezes influenciadas por laços ainda medievais. Quanto à Igreja Católica, cada vez mais presente nas ações do Estado, seria a responsável por ligar estreitamente o termo civilização à prática da fé cristã. Dessa forma, ao divulgar o modelo baseado na família, o Estado cumpria o seu papel moralizador e a Igreja difundia uma civilização cristianizada, longe das tentações do demônio (MUCHEMBLEND, 2001, p. 116-117).

Mas a mudança de comportamento por parte da Igreja vai além de uma tentativa de divulgar um modelo de família cristã. Essa ação reflete mais uma consequência de algo mais profundo, que fez com que a Igreja tentasse tomar as rédeas da situação na qual a sociedade europeia a partir dos séculos XV e XVI vinha se encontrando. Trata-se da Reforma, encabeçada por Martinho Lutero. Com tal abalo provocado pelos pensamentos de Lutero, a Igreja Católica inicialmente acabou por se distanciar de uma perseguição mais maciça acerca da feitiçaria provocada pelas mulheres. De acordo com Muchemblend, enquanto os católicos viam no protestantismo luterano a maior ameaça contra a fé cristã, sendo os mais novos adoradores do Diabo, a religião difundida por Lutero fez das práticas de feitiçaria um dos seus principais alvos a serem perseguidos para atingir a salvação da humanidade (MUCHEMBLEND, 2001, p. 70-71).

Entretanto, aos poucos o lado católico foi se reorganizando acerca de suas principais doutrinas e práticas anticristãs que deveriam ser perseguidas. Robert Muchemblend cita dois fatores que se tornaram essenciais para que a mudança de comportamento por parte da Igreja se tornasse mais incisiva na sociedade: primeiramente, a intensa competição entre luteranos e católicos em busca de uma melhor sistematização dos poderes de Satã e de suas agentes, as feiticeiras; por outro lado, a Reforma Católica fez com que o significado de feitiçaria se concretizasse numa única definição, práticas que envolviam o pacto com o demônio, sendo representadas em sua maior parte pelas mulheres (MUCHEMBLEND, 2001, p. 74). Assim, podemos definir os últimos decênios do século XVI como sendo um período no qual o inferno começa a ganhar a representação de uma infundável batalha diária que o cristão deve fazer para poder evitar a danação eterna. O século XVI trouxe tanto para luteranos quanto para católicos a certeza de que o diabo, juntamente com as feiticeiras, são os principais agentes do mal e inimigos da humanidade.

Mas, de que modo tal relação se torna tão próxima a ponto de inúmeros males se tornarem concretos no mundo? O esforço de teorizar a respeito dos poderes do diabo e também de quem são os seus principais agentes também se dirigiu para o modo como a relação entre diabo e feiticeira se daria. A importância do *Malleus* reside também no fato de que tal esforço de ir além dos poderes de Satã e das bruxas se tornou importante para as teorias acerca dos pactos diabólicos entre as duas criaturas. Segundo Robert Muchembled, a importância do *Malleus* está no fato de que, ao propor uma sistematização dos crimes de feitiçaria, os monges Kramer e Sprenger acabaram por inserir aquela que seria a mais perseguida pelos crimes de bruxaria ao longo de toda a “caça as bruxas” promovidas pela Inquisição moderna, a mulher, além de apontar o principal meio no qual diabo e feiticeira iriam agir, o pacto diabólico (MUCHEMBLED, 2001, p. 61).

Atentemos, em particular, para o fato de que para a prática desse mal abominável são necessários quatro principais elementos. Em primeiro lugar, é necessário, do modo mais profano, renunciar à fé católica, ou negar de qualquer maneira certos dogmas da fé; em segundo lugar, é preciso dedicar-se de corpo e alma à prática do mal; em terceiro lugar, há de ofertar-se crianças não-batizadas a Satã; em quarto, é necessário entregar-se a toda sorte de atos carnavais com Íncubos e Súcubos e a toda a sorte de prazeres obscenos (KRAMER & SPRENGER, 1991, p. 77).

Duas proposições de Kramer e Sprenger são de suma importância para que se entenda o ato de feitiçaria e o pacto com o demônio: renegar Deus e a fé católica, além de entregar-se juntamente com Satã a todo e qualquer ato carnal. Eis os principais pontos para que o pacto diabólico se consuma.

A bruxaria se torna a principal heresia a partir do século XIV, na visão da demonologia, devido a uma única característica que a distingue das outras heresias: a bruxa, ao fazer o pacto demoníaco, renega completamente Deus, profanando-o. Segundo os autores do *Malleus*, as bruxas podem ser consideradas pecadoras como as outras pessoas que praticam algum tipo de desvio da fé católica. Entretanto, as bruxas se tornam as piores pecadoras pelo fato de reunirem em si todos os crimes contra Deus desde que Lúcifer foi jogado ao inferno. E de tais crimes, os dois mais graves as bruxas são capazes de reunir: o apego às coisas mundanas e aos atos sexuais, e o principal, na visão de Kramer e Sprenger, que é o de renegar a existência de Deus (KRAMER & SPRENGER, 1991, p. 170-171). Assim, ao praticarem os piores atos que um ser humano

pode cometer, as bruxas são os alvos primeiros dos ataques demoníacos. Será nelas, então, que o pacto demoníaco irá se consumir. É também o que argumenta Robert Mandrou, ao afirmar a importância de um pacto demoníaco devido ao fato de que a mulher não é capaz sozinha de causar grandes malefícios a quem se deseja, sendo apenas uma praticante de magia (MANDROU, 1979, p. 68). Apenas a malícia humana não é capaz de mover objetos ou mesmo causar males físicos aos corpos dos homens. É a explicação dada por Kramer e Sprenger para que seja necessária a presença de Satã na feitiçaria (KRAMER & SPRENGER, 1991, p. 105). Assim, a partir do poder de persuasão que o diabo tem para tentar os homens e, em sua maioria, as mulheres, o pacto demoníaco pode ser consumado por meio da feitiçaria.

E como aconteceria o pacto demoníaco? Literatura não faltou acerca de como as bruxas e os demônios consumiam o pacto demoníaco através de atos carnavais. Entretanto, de modo a não tornar um discurso longo e repetitivo, o uso do *Malleus Maleficarum* como caráter explicativo para tal questão será essencial para o entendimento de como se dá o pacto sexual entre bruxa e demônio.

Tal propaganda se tornava cada vez mais urgente, já que para a perdição da humanidade o pacto sexual entre demônio e feiticeira poderia ser consumado com a geração de uma criança. Segundo Kramer e Sprenger, o ato em si aconteceria quando o demônio, denominado súcubo, transportaria o sêmen de um homem comum até a mulher com que se desejar consumir o ato venéreo. Ao introduzir o sêmen na mulher, o demônio se tornaria íncubo, terminando assim o pacto sexual entre bruxa e Satã. Tal fato se torna possível devido à capacidade que os corpos espirituais têm de mover corpos naturais, nesse caso o sêmen do homem sendo transportado até a feiticeira. Entretanto, Kramer e Sprenger ressaltam o fato de que a criança gerada desse ato sexual não é filha de Satã, porque o sêmen era originado de um homem e também porque os demônios não são capazes de manter contato físico com os homens nesse nível corpóreo (KRAMER & SPRENGER, 1991, p. 85).

Serão nos sabbats que as piores feiticeiras, as mais perversas, se encontrarão para compactuar com os demônios e por em prática inúmeros males que irão assolar as pessoas. Vale ressaltar que a presença do termo sabbat não se encontra explícito no Manual de Kramer e Sprenger. Mas isso não significa que a recorrência de cerimônias nos quais as bruxas se encontram para compactuar com Satã e mesmo a capacidade que elas têm de se transportar de um lugar a outro não esteja inserido no *Malleus*.

A cerimônia solene é realizada em conclave, com data marcada. Nela o Diabo aparece às bruxas em forma de homem, reclamando-lhes a fidelidade que será firmada em voto solene. Em troca, promete-lhes a prosperidade humana e longevidade. Depois, as feiticeiras recomendam-lhe uma iniciante – uma noviça – para seu acolhimento e aprovação, a quem o Diabo então pergunta:

- Juras repudiar a Fé e renunciar à santa religião Cristã e à adoração da Mulher Anômala? – porque assim chamam à Santíssima Virgem Maria. – Juras nunca mais venerar os Sacramentos?

[...] Feito isso, o Diabo prossegue:

- Ainda não basta. – E o que mais há para ser feito? – indaga a discípula. – É preciso que te entregues a mim de corpo e alma, para todo o sempre, e que te esforces ao extremo para trazer-me outros discípulos, homens e mulheres [...] (KRAMER & SPRENGER, 1991, p. 215-216).

A descrição dos monges faz parte de uma construção mitológica acerca do sabbat que perdurou ao longo de todos os séculos de perseguição da Igreja Católica contra a bruxaria. Jules Michelet, por exemplo, identificou dois momentos no decorrer dos séculos XI ao XIV que tiveram representações distintas acerca do sabbat. De acordo com o autor, a designação de sabbat, ainda nos séculos XI ao XIII, era identificada mais com reuniões pagãs onde as pessoas, apesar de professarem a fé cristã abertamente, reuniam-se em cerimônias noturnas para cultuar seus deuses e divindades (MICHELET, 1974, p. 111-112).

Mas as mudanças não tardariam a chegar. Dessa forma, de uma cerimônia noturna voltada para culto de divindades pagãs, o sabbat ganharia caracteres demoníacos, apresentando uma forma assustadora e grandiosa da Missa Negra (MICHELET, 1974, p. 113). Satã se torna o grande homenageado da cerimônia. Todo o tipo de ato presente no sabbat serve de culto ao príncipe do mundo. Segundo Robert Mandrou, um dos principais momentos do sabbat consiste na suposta prestação de contas das bruxas acerca dos males que elas causaram e a recompensa que Satã daria às suas servas. Para os inquisidores, tal prestação de serviços é a prova mais cabal da relação estreita entre o diabo e feiticeiras, e também comprova a relação causa/ consequência que as bruxas têm com os males e catástrofes da humanidade (MANDROU, 1979, p. 122-123).

Já o autor Jules Michelet identifica na cerimônia do sabbat cinco principais aspectos que são considerados fundamentais para que ocorra a reunião noturna, e que se

analisados com a descrição anterior de Kramer e Sprenger, iremos perceber consideráveis semelhanças entre as formas de representação de um sabbat. Primeiramente, Michelet aponta a grande incidência de mulheres praticantes das reuniões diabólicas. Como já discutido, a presença feminina em pactos demoníacos é comprovada devido à sua predisposição aos desvios sexuais. E nos sabbats de Jules Michelet, duas outras características se tornam essenciais para a consumação de todo o rito cerimonial. Trata-se da presença e reverência à Satã, e também ao pacto sexual entre Satã e uma feiticeira escolhida para tal ato. Mas para o pacto demoníaco ocorrer, é também necessário outro aspecto já mencionado por Kramer e Sprenger, que é o de renegar toda a fé cristã e, conseqüentemente, Deus. Por fim, um ritual que irá anteceder o pacto sexual entre o demônio e feiticeira é feito pelas outras participantes do ritual noturno, que para Michelet simboliza a dança macabra, acompanhada de danças e banquetes em honra à presença de Lúcifer (MICHELET, 1974, p. 118-119).

O *Malleus Maleficarum* não obteve importância apenas no tempo em que foi publicado, e não só pelo fato da bula de Inocêncio VIII estar presente no prólogo do manual de Kramer e Sprenger. Trata-se de um manual poderosíssimo contra uma ameaça que se tornava cada vez mais crescente e também presente numa sociedade rodeada de medos. Teólogos não faltaram ao longo dos séculos posteriores que se preocuparam com a mesma ação antifeminista e de combate ao diabo, promovido pelos autores do *Malleus*. O jesuíta Del Rio, como bem cita Jean Delumeau, assegurava em suas obras a ameaça constante que as mulheres poderiam promover, já que eram consideradas as grandes responsáveis pela difusão dos malefícios do Diabo (DELUMEAU, 1989, p. 489). Números são mencionados por Delumeau acerca do considerável sucesso que a obra de Kramer e Sprenger adquiriu ao longo dos anos que precederam a publicação do manual. Entre os anos de 1487 e 1520 o *Malleus Maleficarum* se tornou obra de referência entre os principais juízes e demonólogos, alcançando a marca de 14 edições nesse curto espaço de tempo, feito este inédito para qualquer obra anterior ou posterior de demonologia (DELUMEAU, 1989, p. 528). Nada mais justo seria escrever um artigo que pudesse tentar compreender os principais elementos que fizeram de tal manual a obra de referência apontada por Jean Delumeau. Partindo da percepção do medo, podemos analisar de uma forma mais profunda as nuances nas quais os autores do *Malleus* procuraram justificar a relação entre a permissão de Deus com as ações de Satã em prol da danação de toda a humanidade, tendo no pacto demoníaco com as feiticeiras o principal elemento de tais atos.

Referências Bibliográficas

DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

KRAMER, Heinrich & SPRENGER, James. *O martelo das feiticeiras. Malleus Maleficarum*. Tradução de Paulo Fróes. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1991.

MANDROU, Robert. *Magistrados e Feiticeiros na França do século XVII*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

MICHELET, Jules. *A feiticeira*. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

MUCHEMBLEND, Robert. *Uma história do Diabo*. Rio de Janeiro: Bom texto, 2001.

Imprensa política e separatismo no sul de Minas Gerais no séc. XIX

Pérola Maria Goldfeder e Castro

Graduada em História pela PUC Minas; pós-graduanda em Cultura e História de Minas Gerais pela mesma instituição. e-mail: perolagold@yahoo.com.br

Resumo: *A cidade da Campanha afirmou-se durante o século XIX como importante localidade propagadora de ideias separatistas no Sul de Minas Gerais. Nela surgiram vários jornais e projetos parlamentares que tinham como aspiração comum a provincialização daquela região. Num primeiro momento, este texto identifica as transformações históricas no estatuto social e político da imprensa moderna. Em seguida, avalia os fatores de surgimento das ideias separatistas no Sul de Minas Gerais durante o século XIX.*

Palavras-chave: *Imprensa. Separatismo político. Minas Gerais, séc. XIX.*

Abstract: *The city of Campanha in the 19th century was turned into an important location that disseminated separatist ideas in the south of Minas Gerais. In it there were lots of newspapers and parliamentary projects that aimed at turning the region into a political province. The present paper firstly identifies the historical transformations in the social and political statute of modern press. Then it evaluates the reasons for the uprising of separatist ideas in the south of Minas Gerais during the 19th century.*

Keywords: *Press. Political separatism. Minas Gerais, 19th century.*

Dentre as formas de comunicação e exercício do poder político, a imprensa é talvez aquela que exerça maior influência na sociedade moderna. Ela é a tradução das expectativas e idealizações humanas, pois, nas palavras do escritor francês Victor Hugo, “o diâmetro da imprensa é o diâmetro da própria civilização” (HUGO *apud* CAPELATO, 1988, p. 1).

Em se tratando da imprensa no Sul de Minas Gerais e, mais precisamente, na cidade da Campanha, esta adquiriu contornos específicos ao longo do século XIX, em decorrência dos projetos políticos dos quais era porta-voz. Tal como se verá neste artigo, a imprensa sul-mineira exerceu o papel de arauto do separatismo que se difundia na região.

Antes, contudo, de se analisar nosso objeto de estudo propriamente dito, são necessárias algumas considerações sobre as transformações ocorridas no estatuto social e político dos jornais durante a modernidade e, especialmente, no século XIX.

A prática discursiva jornalística esteve vinculada, desde seu surgimento e vulgarização, ao afã de *fabricar-se o real com as aparências*, ou seja, à narração verossímil e imparcial dos acontecimentos. Já em 1690, Tobias Peucer refletia sobre a função dos jornais na sociedade e declarava que eles deveriam, antes de tudo, informar (PEUCER *apud* SOUSA, 2008, p.4). Não obstante sua natureza informativa, os jornais estiveram sempre afinados com as transformações históricas de ordem política, econômica, social e tecnológica, tendo, por vezes, suas funções por elas alteradas.

Com relação à imprensa política, pode-se afirmar que ela nasceu na Inglaterra, durante a Revolução de 1649, e se desenvolveu pelos séculos subsequentes, com a eclosão das revoluções liberais burguesas nos continentes europeu e americano. Nesse contexto, os jornais passaram a ser utilizados para o debate de questões políticas do dia, bem como para a difusão de críticas e de propostas parlamentares (FRIEIRO, 1962, p. 69).

O desenvolvimento da ordem econômica capitalista e as inovações tecnológicas dele advindas também influenciaram, sobremaneira, o estatuto social e político da imprensa. A exemplo disso, citam-se algumas das invenções tipográficas que revolucionaram a técnica de impressão dos jornais: a máquina de papel de Louis Robert; a prensa mecânica de Frederico Kőning; a prensa rotativa de Marinoni; e a linotipo de Mergenthaler (BAHIA, 1990, p.106).

Com o advento do século XIX, a imprensa afirmou-se de vez como sustentáculo do poder político e guia da opinião pública. Isso somente foi possível, dentre outros motivos, pelo crescimento das taxas mundiais de alfabetização, pela ampliação das redes de telégrafos e de correios, e, é claro, pelo reconhecimento do direito da liberdade de imprensa.

Vários pensadores contemporâneos estiveram atentos a essas mudanças; dentre eles Antonio Gramsci, cujas reflexões sobre os tipos de jornalismo e o papel dos jornais na sociedade são bastante elucidativas. Na concepção desse autor, toda categoria social que surge nas interfaces do modo de produção vigente cria para si um segmento específico de intelectuais que confere legitimidade a ela. No caso da sociedade liberal burguesa do século XIX, os jornalistas eram seus principais porta-vozes, e a imprensa, seu veículo de comunicação por excelência.

No que tange a Minas Gerais, durante todo o período de administração coloni-

al, a imprensa foi proibida de se desenvolver, uma vez que as atividades intelectuais e a circulação de ideias na colônia causavam desconfiança à Coroa portuguesa. Não obstante isso, estima-se que várias tentativas clandestinas de impressão foram levadas a cabo pelos habitantes dessa capitania durante o século XVIII.

A história da imprensa mineira tem como personagem fundador o padre Joaquim José Viegas de Menezes, considerado por Xavier da Veiga o “Guttemberg brasileiro” (VEIGA, 1998, p. 629). Em 1807, ou seja, um ano antes do estabelecimento oficial da imprensa no Brasil, esse religioso imprimiu várias cópias do *Canto Encomiástico*, um panegírico dedicado ao então governador de Minas, Pedro Maria Xavier de Ataíde e Mello, pelo poeta Diogo Pereira de Vasconcellos.

Embora a técnica utilizada para essa impressão tenha sido a calcografia, também conhecida como talha doce, e não os tipos móveis, não restam dúvidas de que o trabalho do padre Viegas de Menezes é um marco na história da imprensa mineira, tanto por seu pioneirismo quanto por sua qualidade.

A introdução do negócio tipográfico nas Minas Gerais coube a Manoel José Barbosa, chapeleiro, sirgheiro e curioso das artes mecânicas que, com o auxílio do padre Viegas de Menezes, fundou a Tipografia Patrícia de Barbosa & Cia. em 1822. Um ano mais tarde, saiu a lume nessa mesma tipografia o *Compilador Mineiro*, primeiro jornal de que se tem notícia em Minas Gerais. A ele sucedeu o *Abelha do Itacolomy*, folha de cunho liberal publicada pela primeira vez em 14 de janeiro de 1824.

Cabe observar que, no ínterim entre a fundação da Tipografia Patrícia e o surgimento do seu primeiro jornal, houve a tentativa de instalação de uma tipografia oficial em Vila Rica por parte do então secretário do Governo de Minas Gerais, Luiz Maria da Silva Pinto. Este empreendimento, todavia, não logrou êxito, sinalizando que a força motriz da imprensa mineira foi, com efeito, a iniciativa privada.

Nas décadas de 1820 a 1840, de vez que as discussões políticas em torno de questões como a Independência, a aprovação da Constituição e a Maioridade do Imperador se acirravam, a imprensa encheu-se de fôlego e expandiu-se pelos principais centros urbanos de Minas Gerais. Entre 1823 e 1897, considerando-se o arrolamento de Xavier da Veiga, foram publicados 861 jornais em 117 localidades mineiras (VEIGA, 1897, p. 240).

Fora a cidade da Campanha a oitava localidade a receber um jornal, como informa Bernardo Saturnino da Veiga em seu *Almanach Sul Mineiro* (VEIGA, 1874, p.34). Seus primeiros jornais, de programa político nitidamente separatista, foram o *Opinião*

Campanhense (1832), o *A Nova Província* (1854) e o *Sul de Minas* (1859), todos de propriedade de Bernardo Jacinto Veiga e Lourenço Xavier da Veiga.

Em trabalho acerca dos grupos familiares que compunham a elite sul-mineira, Marcos Ferreira de Andrade afirma que os homens da família Veiga foram figuras públicas e políticas que souberam se servir muito bem da palavra impressa para enaltecer as qualidades do Sul de Minas Gerais de maneira a justificar a independência administrativa dessa região (ANDRADE, 2005, p. 82). De fato, as ideias separatistas aparecem com frequência nas páginas dos jornais e almanaques publicados pelos irmãos Veiga e seus descendentes na cidade da Campanha ao longo do século XIX.

Para se compreender a história das ideias separatistas que figuravam na imprensa sul-mineira, é necessário que se defina o conceito de separatismo que é, grosso modo, a “tendência de um grupo social ou nacional, englobado numa estrutura estatal mais ampla, a separar-se, reivindicando a sua completa independência política e econômica” (OTTINO, 2004, p. 1145).

Em se tratando do separatismo no Brasil, alguns teóricos analisaram as condições sociais, políticas e econômicas de seu surgimento. A exemplo disso, Sérgio Buarque de Holanda compreende os movimentos separatistas ocorridos no século XIX como resultantes da excessiva centralização promovida pela administração imperial e da dificuldade encontrada pelas regiões economicamente mais dinâmicas em prevalecerem, no âmbito político, sobre as áreas de poder tradicionais (HOLANDA, 1972, p.268).

Em *Da Monarquia à República*, Emília Viotti da Costa elabora uma revisão historiográfica acerca das forças conjunturais que confluíram no episódio da Proclamação da República no Brasil. Segundo a autora, o ocaso do Império se deu, entre outros fatores, pelo profundo desnível entre os poderes político e econômico regionais. Essa e outras contradições da ordem imperial teriam dado ensejo às ideias de federação e, entre os federalistas mais exaltados, ao separatismo político administrativo (COSTA, 1999, p. 311).

Ao discorrer sobre os meios de comunicação e o problema do separatismo na atualidade, Manoel Correia de Andrade atenta para outras possibilidades de surgimento de ideias separatistas. Em sua opinião, a distribuição desigual de recursos e verbas públicas é uma prática prejudicial à unidade nacional e favorável ao espírito de separatismo e às rivalidades inter-regionais (ANDRADE, 1993, p. 311).

Se relacionadas à realidade histórica do Sul de Minas Gerais, essas explicações se permitem algumas inferências quanto ao surgimento e desenvolvimento das ideias

separatistas naquela região: durante a primeira metade do século XIX, o sul mineiro foi, com a Zona da Mata, a principal região cafeeira e agroexportadora de Minas Gerais. Sua prosperidade econômica, todavia, não coincidia com sua pequena expressividade política nos níveis provincial e nacional. Ademais, os recursos e verbas públicas destinados ao Sul de Minas Gerais estavam aquém da contribuição dessa região para a receita provincial.

Outro fator que não pode ser negligenciado na compreensão do separatismo sul-mineiro é o da condição geográfica. Por ser região limítrofe entre Minas Gerais e São Paulo, o Sul foi área de intenso trânsito comercial e alvo de várias disputas inter-regionais desde o século XVIII. Com o advento do século XIX, o interesse paulista pela porção austral do território mineiro não se arrefeceu; pelo contrário, ganhou força com a situação política desencadeada pelo Movimento Liberal de 1842.

Há que se destacar que a ascensão do partido conservador à esfera nacional do poder, a partir de meados da década de 1840, estimulou as propostas de desmembramento do extenso território de Minas Gerais. Isso porque o Movimento Liberal de 1842 havia incutido em alguns políticos conservadores o temor de que Minas Gerais viesse a se constituir em uma grande província central que, com seu contingente populacional e sua capacidade de mobilizar recursos nacionais, pudesse desestabilizar a ordem de outras regiões (MELO, 1996, p. 30).

Os primeiros projetos de teor separatista apresentados à Câmara dos Deputados na década de 1840 propunham a anexação do Sul de Minas Gerais ao território de São Paulo. Entretanto, tal plano encontrou resistência por parte de alguns políticos mineiros que pretendiam a criação de uma nova província na região sul-mineira.

Em sessão legislativa da Câmara dos Deputados, a 29 de abril de 1843, o conselheiro Bernardo Jacinto da Veiga assim se exprimiu pela divisão de Minas Gerais:

Sou de opinião que a província de Minas deve dividir-se, e se aparecesse nesta casa um projeto compreendendo esse pedaço (comarca do Sapucaí), parte da comarca do Rio Verde, e mais alguma coisa para formar uma província, eu daria o meu voto com muita satisfação (VEIGA *apud* VALLADÃO, 1940, p. 166).

Conquanto essa ideia não tenha se concretizado, o separatismo sul-mineiro teve de esperar mais de um decênio para ser novamente discutido em âmbito parlamentar.

A década de 1850 foi extremamente fértil para a criação de novas províncias e para a demarcação das fronteiras inter-regionais. Isso porque ela sinalizou o apogeu

do Segundo Império e da Política de Conciliação por ele instituída (VALLADÃO, 1940, p. 165).

Por ocasião da criação da província do Paraná em 1853, reacenderam-se as discussões sobre a divisão territorial de Minas Gerais e sobre a provincialização da região sul-mineira. Um ano depois, em 1854, um dos deputados pelo Distrito Neutro, o conselheiro Francisco Octaviano, apresentou à Câmara Projeto de Lei que estipulava as seguintes decisões:

Art. 1º As Comarcas do Sapucaí, Rio Verde e Três Pontas, e o município de Lavras, pertencentes à província de Minas, formarão uma nova província. Tendo por capital provisória o lugar que o governo designe, até definitiva resolução da assembléia provincial respectiva.

Art. 2º Os limites atuais daqueles pontos em relação às outras províncias, depois de verificados administrativamente, serão os limites da nova província (MONITOR SUL-MINEIRO, 13/07/1873, p. 1).

Observa-se, pelo teor de seus artigos, que o projeto separatista de 1854 não primava pelo detalhamento das disposições legais, tendo sido, por isso, rejeitado.

Ao refletir sobre o caráter político dos projetos parlamentares até agora analisados, Valladão afirma que a maioria tinha como objetivo o enfraquecimento político de Minas Gerais, e não o fortalecimento da região sul-mineira. Ademais, nenhum projeto estipulava a criação imediata de uma nova província no Sul de Minas Gerais (VALLADÃO, 1940, p. 170).

Em 1862, o deputado Dr. Evaristo Ferreira da Veiga apresentou, sem êxito, Projeto de Lei que dividia Minas Gerais em duas partes e criava uma nova província com a denominação de *Minas do Sul*. Suas disposições eram as seguintes:

Art. 1º Fica elevado à categoria de província, com a denominação de província de Minas do Sul, o território da província de Minas Gerais, compreendido entre as do Rio de Janeiro, São Paulo e Goiás, tendo por limites o rio Turvo até sua confluência no rio Grande; este abaixo até as contravertentes do Rio São Francisco, a alcançar a cordilheira que divide as águas do mesmo rio São Francisco das do rio Paranaíba; e este abaixo desde sua nascente na mesma cordilheira até os limites da província de Goiás.

Art. 2º A nova província terá por capital a cidade da Campanha da Princesa, enquanto a assembléia respectiva não decretar o contrário.

Art. 3º A província de Minas do Sul dará três senadores e dez deputados à assembléa geral; sua assembléa provincial constará de 28 membros. Dos 10 atuais senadores da província de Minas Gerais serão designados por parte, em sessão do senado, depois de sancionada esta lei, os três que serão considerados da província de Minas do Sul.

Art. 4º Os atuais 3º e 4º distritos eleitorais da província de Minas Gerais darão cada uma 2, em vez de 3 deputados e o 7º continuará a dar 2; e a mesma província dará sete senadores e sua assembléa provincial terá 35 membros.

Art. 5º A Província de Minas do Sul fica dividida em dois distritos eleitorais: o 1º compreendendo os municípios da Aiuruoca, Baependi, Cristina, Itajubá, Jaguari, Pouso Alegre, Caldas, Alfenas, Campanha, Três Pontas e Lavras; e o 2º as de Passos, Jacuí, Uberaba, Desemboque, Araxá, Campo Grande, Prata, Bagagem e Patrocínio; continuando a ser apuradora do 1º distrito a câmara municipal da Campanha da Princeza e será do 2º a do Araxá.

Art. 6º O governo fica autorizado para criar na província de Minas do Sul administração dos correios, tesouraria de fazenda, que será encarregada também da arrecadação e administração das atuais rendas provinciais enquanto a assembléa respectiva não decretar o contrário, e as secretarias de polícia e da presidência, subsistindo a organização desta enquanto a mesma assembléa não alterá-la (MONITOR SUL-MINEIRO, 1873, p. 1).

Em matéria de detalhamento e forma, o projeto de Evaristo da Veiga significou uma evolução das ideias separatistas esboçadas no projeto de 1854. Nele estão apontados com precisão os limites da nova província, a capital provisória, o número de representantes na assembleia respectiva, na câmara dos deputados e no senado, além dos distritos eleitorais e seus respectivos municípios apuradores.

Como pode se perceber, a circunscrição pretendida para a nova província era bastante extensa: abarcava não somente as comarcas do Sul de Minas Gerais como as da Zona da Mata e até mesmo as do Triângulo Mineiro. Estima-se, com isso, o quão significativa seria a perda territorial de Minas Gerais, caso esse intento tivesse se concretizado.

Embora tenha alcançado número considerável de votos, o Projeto de Lei de Evaristo da Veiga não resistiu à dissolução da Assembleia Legislativa no ano de 1863, nem ao fim da Política de Conciliação (BUENO, 1900, p.16). Suas disposições legais, todavia, serviram de base para outro Projeto de Lei, apresentado pelo deputado Américo Lobo, a 11 de Julho de 1868, como se pode perceber:

Art. 1º Ficam elevados à categoria de província, com a denominação de província do Sapucaí, o município de Lavras e os que compõem as comarcas de Baependi, Jaguarí, Sapucaí e Rio Grande, da província de Minas Gerais, menos o termo de Pium-í.

Art. 2º A cidade da Campanha da Princesa será a capital da província do Sapucaí, enquanto a respectiva assembléia não deliberar o contrário.

Art. 3º A província do Sapucaí dará 2 senadores e 5 deputados à Assembléia Geral; sua Assembléia Provincial comporá de 28 membros. Dos 10 senadores da província de Minas Gerais serão designados por sorte, em sessão do Senado, depois de sancionada a presente lei, os que serão considerados da província do Sapucaí.

Art. 4º Dará 2 deputados à Assembléia Geral o atual 3º distrito da província de Minas Gerais, cuja Assembléia Provincial constará de 45 membros.

Art. 5º A província do Sapucaí fica dividida em dois distritos eleitorais, dos quais o 2º dará dois deputados à Assembléia Geral e doze à Provincial: o governo designará os respectivos colégios eleitorais e câmaras apuradoras.

Art. 6º O governo fica autorizado para criar na província do Sapucaí a administração dos correios, tesouraria da fazenda, que será também encarregada da administração e arrecadação das atuais rendas provinciais, enquanto a respectiva assembléia não decretar o contrário, e as secretarias da polícia e presidência, subsistindo à organização desta, enquanto a mesma assembléia não alterá-la. [...] (MONITOR SUL-MINEIRO, 20/07/1873, p. 1).

Menos pretensioso que o projeto anterior, esse de 1868 também era claro quanto às divisas territoriais e às repartições administrativas municipais do Sul de Minas Gerais. Atente-se que a denominação escolhida para a nova província – Sapucaí – sugere que “até o nome de Minas deveria ser esquecido” naquela região (MELO, 1996, p.30).

Um último projeto separatista foi apresentado à Câmara dos Deputados pelo Dr. Olímpio Valladão, a 8 de julho de 1884. Seu teor e forma não diferiam dos projetos anteriores, sendo que a circunspeção proposta para a nova província limitava-se apenas às comarcas do Sul de Minas Gerais (VALLADÃO, 1940, p.175).

Esses foram, pois, os principais projetos apresentados em âmbito parlamentar com o intuito de separação e provincialização do Sul de Minas Gerais. O que eles têm em comum, além do fim a que se destinavam, é o fato de serem de autoria de políticos campanhenses.

Vale observar que, na Campanha, a difusão das ideias separatistas pela imprensa ocorria concomitantemente ao debate parlamentar. Àquela época, a cidade era

a principal localidade propagadora das ideias separatistas no Sul de Minas Gerais, além de “um dos mais inexpugnáveis baluartes do partido conservador”, o que lhe garantia posição privilegiada no contexto da Política de Conciliação do Segundo Império (REZENDE, 1987, p.30).

A 1º de janeiro de 1872, Bernardo Saturnino da Veiga, um dos filhos de Lourenço Xavier da Veiga, fundou na Campanha o *Monitor Sul-Mineiro*, jornal que conquistaria notoriedade na imprensa nacional por sua longa ação pública. Seu programa político pautava-se pela promoção dos ideais de progresso e de civilização. Na opinião dos seus redatores, a provincialização do Sul de Minas Gerais apresentava-se como um indiscutível pressuposto para o progresso da região, de vez que a emanciparia da administração de Ouro Preto por meio da transferência do poder regional para a cidade da Campanha.

É importante ressaltar, contudo, que a orientação política do *Monitor Sul-Mineiro* era conservadora e, por isso mesmo, avessa às propostas radicais de separação. Destarte, Minas do Sul deveria ser criada de acordo com os princípios constitucionais e em respeito ao *status quo* imperial, como está implícito no seguinte excerto, em que o redator do jornal intercede ao Imperador D. Pedro II, pela causa separatista:

[...] Queremos estabelecer nossa economia em separado, sem temermos a sorte do filho pródigo, pois não temos outra fortuna além do amor do trabalho.

[...] Queremos progredir, caminhar, ir além, muito longe, sem que os anos alvejem os cabelos, como a nossos maiores – nas brenhas de seus solitários palmares!

[...] Queremos espancar a tristeza de nossas montanhas, que nossos rios não corram entre desconhecidas solidões, queremos finalmente a civilização que, na frase de Guizot, é o oceano que faz a riqueza de um Estado, e a cujo seio todos os elementos da vida do povo, todas as forças de sua existência, vem a sumir-se!

[...] É este talvez, Senhor, o derradeiro recurso que vamos tentar; se se perderem as nossas palavras na amplidão dos ares, como se perdem as do condenado no meio do auditório sombrio da morte; se não chegarem ao Trono Imperial as justas súplicas de todo o sul de Minas, que pede vossa proteção – o *fiat lux* – que pode espancar as trevas que nos cercam...tendo a autoridade como coisa inviolável, faremos sempre da obediência coisa santa e sujeitar-no-emos ao sacrifício como coisa divina (MONITOR SUL-MINEIRO, 1884, p. 3).

A proposta legalista de separação apresentada pelo *Monitor Sul Mineiro* foi perdendo popularidade à proporção do desgaste do partido conservador, bem como da

ordem política por ele sustentada. Nesse sentido, a difusão das ideias republicanas e federalistas deu ensejo ao surgimento de novas concepções de separação do Sul de Minas Gerais.

Com o advento da República no Brasil na última década do século XIX, as rivalidades entre as regiões mineiras se aguçaram de tal forma que o governo de Minas Gerais se viu obrigado a adotar uma política de conciliação entre elas. Entrementes, tal medida foi insuficiente para acalmar os ânimos exaltados dos sul-mineiros e para dissipar as ideias de separação.

Assim, a 31 de janeiro de 1892, a população campanhense foi convidada a comparecer ao Largo das Dores para a proclamação oficial de independência do estado de Minas do Sul. Sob a liderança de políticos locais, O Movimento Separatista Sul Mineiro contou com o apoio de poucos municípios circunvizinhos à cidade da Campanha, como São Gonçalo do Sapucaí, Três Corações do Rio Verde e Cambuí (VALLADÃO, 1942, p. 360).

Cumprir observar que a orientação política desse movimento era bastante diferente da dos projetos parlamentares apresentados durante o Segundo Império, não obstante sua aspiração comum. Enquanto os deputados Evaristo da Veiga, Américo Lobo e Olympio Valladão propunham medidas legais para a provincialização do Sul de Minas, os adeptos do Movimento Separatista Sul Mineiro eram, em sua maioria, republicanos que não hesitavam em dispor de medidas radicais e, até mesmo, anticonstitucionais, para conquistarem seu intento.

Durante dois meses, tempo que durou o movimento, o sonho da separação parecia haver se tornado realidade para seus idealizadores, como atestam as palavras de outro jornal de filiação separatista, o *Minas do Sul*:

Minas do Sul existe enfim!

Concretizou-se a perene aspiração de meio século – nossa e de nossos maiores.

Não há, no mais recôndito recanto do território d'aquém rio Grande, um coração que não pulse uníssono conosco, no contentamento pela realização do nosso sonho comum, no entusiasmo pela previsão do esplêndido futuro que nos aguarda (MINAS DO SUL, 1892, p. 1).

Tendo o Movimento Separatista Sul Mineiro sucumbido na primeira quinzena do mês de março, a anistia aos revoltosos separatistas foi concedida a 23 de abril de 1892. Vários políticos campanhenses concorreram para a rapidez deste processo, dentre

eles Dr. Alexandre Stockler e Dr. Francisco Lobo, este último, ministro das Relações Exteriores entre 1892 e 1896.

Ao se analisar a breve trajetória desse evento histórico regional, provoca-se a reflexão sobre suas consequências políticas, a médio e longo prazos, para a região Sul Mineira e, mais precisamente, para a cidade da Campanha.

Com relação ao Sul de Minas, o Movimento Separatista de 1892 conseguiu atrair a atenção do governo mineiro para as necessidades regionais, embora tenha malogrado em seu objetivo precípua de criação de um novo Estado. Tanto que, como aponta Moraes Filho, dos governadores de Estado que ascenderam à Presidência da República, cinco eram sul-mineiros, dentre eles Wenceslau Braz e Delfim Moreira (MORAIS FILHO *apud* CASADEI & CASADEI, 2002, p. 108).

Entretanto, para a cidade da Campanha, o Movimento Separatista Sul Mineiro representou-se como ônus, tanto para sua imprensa quanto para sua influência política: após 1892, a cidade perdeu definitivamente importância para outros pólos urbanos florescentes na região, como Pouso Alegre, Varginha e Poços de Caldas. Ademais, muitos jornais campanhenses, como o *Monitor Sul Mineiro*, perderam prestígio e logo encerraram suas publicações. Por fim, a imagem da Campanha como a *Atenas Sul Mineira* passou a figurar apenas nos discursos políticos vazios e nas páginas impressas do passado.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Manuel Correia de. Os meios de comunicação e o problema do separatismo, in: *Informação e Sociedade*. João Pessoa, v. 3, n. 1, p. 24-29. jul. 1993.

ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. “Campanha”, in: *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Promoção da Família, 1971, p. 98-99.

BUENO, Júlio. *Almanach do município de Campanha*. Campanha: Tipografia do Monitor Sul Mineiro, 1900.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.

CARNEIRO, Edilane Maria de Almeida & NEVES, Marta Eloísa Melgaço. “Introdução”, in: VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides mineiras (1664-1897)*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998, p. 15-40.

CASADEI, Antônio & CASADEI, Thalita de Oliveira. *Aspectos históricos da cidade da Campanha*. Campanha: Sebo Cultural, 2002.

CASASSANTA, Manoel. *Campanha*. Belo Horizonte: Imprensa da UFMG, 1973.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 4 ed. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

DARNTON, Robert & ROCHE, Daniel (orgs.). *Revolução impressa: a imprensa na França (1775 -1800)*. São Paulo: EDUSP, 1996.

FRIEIRO, Eduardo. Notas sobre a imprensa em Minas, in: *Revista da Universidade de Minas Gerais*. Belo Horizonte, n. 12, p. 62-83, jan. 1962.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1985.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. "O manifesto de 1870", in: ____ (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. t. II, v. VII. São Paulo: Difel, 1972.

LAGE, Ana Cristina P. Professores políticos e alunos grevistas: a Escola Normal e o Movimento Separatista, Campanha (MG), 1892, in: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS, 7, 2006, Campinas. *Anais do VII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas*. Campinas: Unicamp, 2006. p. 15-36.

LEFORT, Monsenhor José do Patrocínio. *Cidade da campanha: monografia histórica*. Belo Horizonte: Imprensa oficial, 1972.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.

MARIANI, Bethânia Sampaio Corrêa. Narrativas e rituais enunciativos na imprensa: a "Intentona" de 35, in: RUBIM, Antônio Albino, BENTZ, Ione Maria, PINTO, Milton José (orgs.). *Produção e Recepção dos sentidos midiáticos*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 29-42.

MELLO, Ciro Flávio Bandeira de. A noiva do trabalho. Uma capital para a república, in: DUTRA, Eliana de Freitas (org.). *BH: horizontes históricos*. Belo Horizonte: C/ Arte, 1996, p. 11-45.

OTTINO, Carlo Leopoldo. Separatismo, in: BOBBIO, Norberto & MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco (orgs.). *Dicionário de Política*. 5 ed. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004, vol. 2, p. 1145-1147.

REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. *Minhas Recordações*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, 1987.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 5 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, Otávio Tarquínio de. *História dos fundadores do Império do Brasil*: Evaristo da Veiga. Belo Horizonte: Itatiaia Ltda, 1988, vol. 6.

TYMBURIBÁ, Marina Camargos & ANDRADE, Mariza Guerra de. *A imprensa em Minas Gerais (Primórdios)*. Belo Horizonte: H&C Informática, 1991.

VALLADÃO, Alfredo. *Campanha da Princeza*. Rio de Janeiro: Leuzinger S.A., 1937, vol. 1.

_____. *Campanha da Princeza*. Rio de Janeiro: Leuzinger S.A., 1940, vol. 2.

_____. *Campanha da Princeza*. São Paulo: Empresa Graphica da “Revista dos Tribunaes” Ltda., 1942, vol. 3.

VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul Mineiro*. Para o ano de 1874. Campanha: Thypographia do Monitor Sul Mineiro, 1874.

_____. *Almanach Sul Mineiro*. Para o ano de 1884. Campanha: Thypographia do Monitor Sul Mineiro, 1884.

VEIGA, José Pedro Xavier da. *A imprensa em Minas Gerais (1807-1897)*. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto, vol. 3, 1897, p. 169-249.

_____. *Efemérides Mineiras – 1664 – 1897*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998, vols. 1 e 2.

_____. *Efemérides Mineiras – 1664 – 1897*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998, vols. 3 e 4.

Fontes Impressas

Jornal *Monitor Sul Mineiro* – originais do período entre 1872-1896; acervo do Centro de Estudos Campanhenses Monsenhor Lefort, Campanha/MG.

Jornal *Minas do Sul* – exemplar do ano de 1892; acervo do Centro de Estudos Campanhenses Monsenhor Lefort, Campanha/MG.

***Monty Python and the Holy Grail:* uma leitura do medievo do ponto de vista cômico**

Rodrigo Janoni Carvalho

Graduando em História pela Universidade Federal de Uberlândia/MG
e-mail: rudrigu7@gmail.com

Resumo: *Este artigo busca realizar uma análise histórica a partir de uma fonte cinematográfica cômica, o filme Monty Python e o cálice sagrado, produção cujo estilo introduz temáticas de um cotidiano passado, o medievo inglês, tratado de forma irônica. O filme utilizado reúne um grupo conhecido como os Cavaleiros da Távola Redonda e sua missão é a busca do cálice sagrado.*

Palavras-chave: *Inglaterra medieval. Rei Arthur. Monty Python.*

Abstract: *This article aims at accomplishing a historical analysis starting from a comic movie, Monty Python and the Holy Grail, a movie production whose style introduces themes of the daily life of past times, the English medieval times, with its ironic scenes. The film is about a group known as Knights of the Round Table and their quest for the Holy Grail.*

Keywords: *Medieval England. King Arthur. Monty Python.*

Introdução

A importância deste trabalho se baseia na tentativa de compreensão de aspectos do medievo numa produção cinematográfica como fonte histórica e recurso didático em sala de aula, buscando estabelecer hipóteses acerca da pesquisa historiográfica e suas contribuições, sem desconsiderar o universo de representações sociais que o cinema representa na contemporaneidade.

O filme é uma construção imaginativa que necessita ser pensada e trabalhada interminavelmente. A construção da História nos documentários ou na ficção científica é mais do que uma interpretação da História, pois o ato de engendrar significados para o presente lança o realizador da ficção filmática em possíveis ideologias que ele não domina em sua totalidade. Portanto, construir a História na narrativa filmática pode implicar, inclusive, destruir significados estáveis, desmontar sentidos estabelecidos,

desmistificar ilusões ou mitos já cristalizados. Porque ressaltar o aspecto de construção subjetiva da História na narrativa filmática, significa reconhecer a memória coletiva como terreno comum da ficção e da historiografia (SALIBA, 1997, p. 119-120).

Pensar o filme como documento histórico é um dado relativamente recente na concepção do conhecimento humano. De forma extremamente lenta, a concepção de filme se transforma como simples ilustração de aula, substituindo-a pela concepção de mídia como fonte documental. A ampliação da pesquisa para além dos textos é um tema que ganhou contornos com *Escola dos Annales*, a partir de Marc Bloch e Lucien Febvre, em 1929. Estes autores convidam os historiadores a deixarem seus gabinetes e procurarem fontes em qualquer lugar por quaisquer meios, proporcionando contornos mais amplos na produção textual, caracterizando uma total transformação da visão tradicional da história que predominava, compreendida do ponto de vista daqueles que se encarregam da sociedade em torno do Estado sob a ótica dos documentos oficiais. Assim escreve Ciro Flamarion:

De lá para cá, tanto a noção de documento quanto a de texto continuaram a ampliar-se. Agora, todos os vestígios do passado são considerados matéria para o historiador. Desta forma, novos textos, tais como a pintura, o cinema, a fotografia etc., foram incluídos no elenco de fontes dignas de fazer parte da história e passíveis de leitura por parte do historiador (CARDOSO, 1997, p. 25).

Nesse sentido, é possível realizar uma aproximação da história com outras ciências humanas na utilização de diferenciadas fontes. O conhecimento se torna mais rico em vista do uso e exemplificação de momentos históricos com recursos midiáticos. A produção fílmica passou a ser considerada para a importância da construção do conhecimento histórico e do saber escolar a partir da década de 1970 (ABUD, 2003, p. 184). No início do século XX, para as “pessoas instruídas”, a sociedade dirigente e o Estado, aquilo que não é escrito, a imagem, não tinha identidade.

Como apontado, as contribuições francesas com os *Annales* foram importantes para a mudança desta concepção. Porém, ainda na década de 1970, as “elites” frequentavam o cinema, e o historiador também, inconscientemente, como espectador. O que é um filme senão um acontecimento, uma anedota, uma ficção, informações censuradas... a direita tem medo e a esquerda desconfia: a ideologia dominante ainda

não havia feito desta mídia uma “fábrica de sonhos” (FERRO, 1992, p. 85). Marc Ferro continua sua argumentação:

O filme tem essa capacidade de desestruturar aquilo que diversas gerações de homens de Estado e pensadores conseguiram ordenar num belo equilíbrio. Ele destrói a imagem do duplo que cada instituição, cada indivíduo conseguiu construir diante da sociedade. A câmera revela seu funcionamento real, diz mais sobre cada um do que seria desejável de se mostrar. Ela desvenda o segredo, apresenta o avesso de uma sociedade, seus lapsos. Ela atinge suas estruturas (FERRO, 1992, p. 86).

É preciso estudar o filme e associá-lo com o mundo que o produz. Este tipo de produção caracteriza-se como imagem ou não da realidade, documento ou ficção, intriga ou invenção; enfim, é História. É claro que se deve ter consciência de certos cuidados nessas análises. O uso destas fontes não corresponde à totalidade da obra no mundo a que ela se refere. Todavia, um filme pode nos trazer imagens produtivas sobre um determinado assunto. As crenças, as intenções, o imaginário do homem são tão História quanto a História, como afirma Ferro.

Dessa forma, propomos uma leitura perante o uso de um filme cômico que introduz aspectos históricos e críticas sobre elementos medievais e modernos. A obra em questão aborda a lenda do Rei Arthur e sua missão de encontrar o cálice sagrado por ordem divina. O filme foi um grande sucesso enquanto esteve em cartaz, em 1975, e ainda mantém uma legião de fãs por todo mundo. *Em Busca do Cálice Sagrado* (originalmente *Monty Python and The Holy Grail*) é mais um filme de comédia deste grupo inglês que teve uma série de sucesso na rede de televisão inglesa BBC (*British Broadcasting Corporation*). É considerado por muitos como o melhor filme de humor britânico e uma das maiores comédias de todos os tempos.

O programa de televisão (*Monty Python's Flying Circus*) de 1969 se tornou um fenômeno e os Pythons não se limitaram apenas a ele. *Em Busca do Cálice Sagrado* é um grande exemplo. Além disso, eles se espalharam por outros filmes, shows, rádios, games e livros. O grupo é formado pelos atores Eric Idle, Graham Chapman, John Cleese, Michael Palin, Terry Gilliam e Terry Jones. O nome *Monty Python* foi escolhido por considerarem o nome engraçado. Monty seria relacionado a um lendário general britânico da Segunda Guerra Mundial e Python por ser apenas uma palavra evasiva.

Existem cinco filmes feitos pelo grupo Monty Python: *And Now For Something Completely Different* (1971), *Monty Python and the Holy Grail* (1975), *Life of Brian* (1979),

Monty Python Live at the Hollywood Bowl (1982) e *The Meaning of Life* (1983). Além disso, possuem cerca de 15 álbuns e algumas peças de teatro como *Monty Python's Spamalot* (inspirado no *Em Busca do Cálice Sagrado*).¹

O filme em questão retrata a Inglaterra medieval, onde Arthur reúne um grupo conhecido como os Cavaleiros da Távola Redonda. Sua missão é a busca do cálice sagrado. Na trama, esta epopeia foi diretamente transmitida por Deus. O ambiente em que se passa o enredo está intimamente repleto de aspectos medievais que se relacionam com outros aspectos totalmente desconexos daquele contexto. Na análise de um filme de comédia, como este de grande impacto, é possível observar elementos históricos de uma forma diferenciada.

Análise da obra *Monty Python and The Holy Grail*

A lenda de Arthur, seus cavaleiros e as histórias que envolvem o cálice sagrado merecem algumas pontuações. Seria Arthur apenas uma lenda ou parte de nossa história? Por mais que não existam muitos dados verídicos sobre sua figura, de historicidade discutida, muito se escreveu ou produziu a respeito dele. A lenda é uma das mais conhecidas no imaginário popular, não apenas inglês, como de várias partes do mundo, e tem uma enorme riqueza de detalhes que deu margem a várias versões, inspirando obras literárias, filmes e arte em geral.

Para muitos estudiosos, Arthur teria sido um chefe de uma tribo guerreira que povoava a Grã-Bretanha dos séculos V e VI, destacando-se por sua bravura e liderança contra os invasores saxões. De qualquer forma, Arthur acabou se tornando um dos maiores heróis de histórias, derrotando exércitos com sua espada mágica, a Excalibur. Em 1485, o escritor francês Sir Thomas Mallory, redige *Le Morte D'Arthur*. No século XIX, muitos romances surgem com a temática, e no século XX, é a vez de o cinema absorver a lenda em filmes e desenhos animados. Um grande escritor do século XX, o inglês Bernard Cornwell, ficou famoso por ter escrito a história de Arthur numa versão com magia, druidas e com o mago Merlin, num contexto de lutas entre povos celtas, saxões e anglos.

O cálice sagrado também é um grande mistério para além dos romances arthurianos. Nada se sabe de concreto do mesmo, mas as lendas sobre sua existência

¹ Informações retiradas de uma espécie de site oficial do grupo mantido por Eric Idle. Disponível em: <<http://www.pythonline.com>>. Acesso em: 27 out. 2009.

ou seus guardiões permanecem no imaginário sob variadas representações. De acordo com um dos mitos, José de Arimatéia – homem rico, senador em sua época e posteriormente santificado – teria recolhido o dito cálice sagrado usado por Jesus Cristo na última ceia, e no qual teria jorrado o sangue de Cristo, quando este recebeu um golpe de misericórdia durante sua crucificação.

Um poeta e trovador francês, Chrétien de Troyes, do século XII, tornou a lenda popular por meio de seus romances, particularmente, no livro *“Le Conte du Graal”*, publicado por volta de 1190. Por volta de 1200, outro francês publicara *“L’Estorie du Graal”*, sendo uma das versões mais populares. A busca pelo Cálice ou as cruzadas travadas contra hereges representavam uma busca pela perfeição por parte dos cavaleiros medievais. Nesse sentido, a literatura medieval encontra uma aura temática de grande aceitação. É neste espaço que se encontram as lendas do Cálice e de Arthur em seu reinado na ilha britânica. Nessas adaptações românticas, ao longo do tempo, aparecem várias influências no choque entre as culturas cristã e pagã, como a celta. O famoso mago Merlin seria um exemplo desta união.

Enfim, diante de histórias “duvidosas” de existências discutidas, como a do próprio rei Arthur, fato é que todas essas lendas permanecem no imaginário das pessoas ao longo do tempo. Seus reflexos estão presentes nas representações artísticas, sendo *Em Busca do Cálice Sagrado* uma delas, de grande marca na década de 1970 até os dias de hoje.

Estudar tempos passados por meio do imaginário é uma importante fonte de pesquisa para historiadores. Jacques Le Goff, escritor francês, é um dos principais teóricos nessa área. O imaginário é um modo de pensar e sentir, é um conceito amplo que embarca as mentalidades e sensibilidades. A história sem imaginário é “desencarnada” sendo esta uma imagem necessária para compreender o medievo para além da representação gráfica (LE GOFF, 1995). O que nos permite pensar determinada temporalidade através do imaginário e suas permanências é a idéia de longa duração, em que:

[...] esta longa Idade Média é a do cristianismo dominador, um cristianismo que é simultaneamente uma religião e uma ideologia e que mantém, portanto, uma relação muito complexa com o mundo feudal contestando-o e justificando-o ao mesmo tempo (LE GOFF, 1995, p. 38).

Desta forma, para este autor, a hipótese de longa Idade Média, em termos de marcos históricos, vai do século IV ao XVIII, quer dizer entre o fim do Império Romano e a Revolução Industrial (BACHET, 2006, p. 44). Como aponta Jérôme Bachet, discípulo de Le Goff:

[...] a (longa) Idade Média deve ser considerada um universo oposto ao nosso: mundo da tradição anterior à modernidade, mundo rural anterior à industrialização, mundo da toda poderosa Igreja anterior à laicização, mundo da fragmentação feudal anterior ao triunfo do Estado, mundo de dependências interpessoais anterior ao assalariamento. Em resumo, a Idade Média é para nós um antimundo, anterior ao reinado do mercado. Essas rupturas não devem ser creditadas ao Renascimento, mas, no essencial, à Revolução Industrial e à formação do sistema capitalista (BACHET, 2006, p. 45).

Nesse sentido, podemos explorar o imaginário medieval por meio de algumas produções que apresentam “resquícios” daquele mundo, mesmo que ainda a fonte seja um filme de comédia que propositadamente apresenta equívocos e anacronismos. A partir destas ponderações, observemos o enredo do filme adotado. *Monty Python Em Busca do Cálice Sagrado* começa exibindo seu elenco de uma forma bastante hilariante, em que o narrador indaga:

Porque não sair de férias para a Suécia esse ano?

Ver os lagos bonitos.

E o maravilhoso sistema telefônico.

E animais peludos interessantes.

Como o alce, por exemplo.

Uma vez, um alce mordeu minha irmã

[...] (MONTY PYTHON, 1975).

Os narradores são sucessivamente demitidos e se resolve refazer as legendas de um modo diferente. Coloca-se como fundo de plano uma temática mexicana totalmente desconexa com o tema e período propostos. Além disso, fazem-se referências no elenco apenas com alces, suas coreografias, adereços e narizes. E assim termina, “Vão se lixar! As mordidas de alce doem pra valer!”. É nesse sentido que se baseia essa comédia repleta de ironias medievais e assuntos desconexos daquela realidade. Mesmo com complexos anacronismos, ainda podemos apontar algumas referências coerentes na obra e utilizá-la como fonte documental e recurso didático.

Enfim, inicia-se a história de Sir Arthur. Estamos na Inglaterra, 932 d.C. O filme começa com a personagem cavalgando sem cavalo com cocos nas mãos. A data também não é coerente, de acordo com a possível existência do rei por volta dos séculos V e VI d.C. Ele e seu escudeiro Patsy chegam a um castelo na intenção de agregar cavaleiros ao seu grupo guerreiro de Camelot. Os castelos são um dos ícones da Idade Média no imaginário das pessoas, certamente uma das primeiras impressões a que nos remete o medievo. O rei discute com o guarda a respeito de cocos e, posteriormente, andorinhas.² Novamente, uma passagem sem coesão de assuntos e incoerente do ponto de vista da temática, contudo de caráter cômico dentro da narrativa fílmica.

Logo após, há uma vital referência ao medievo pelo tratamento dado aos mortos. Todavia, ironicamente, há um exagero nesse trecho, em que os mortos são carregados em uma carroça e uma espécie de fiscal paga moedas para quem os forneça. Os “semivivos”, pessoas em condições precárias, escondem-se em barris ou sacos para que não sejam levados. Vale lembrar as péssimas condições de vida nesse período histórico em grande parte das localidades da Europa. Por um lado, ficar doente era sinônimo de morrer; por outro lado, os métodos medicinais eram muito atrasados.

Um homem, carregando um velho que ainda está vivo em suas costas, chega ao fiscal, que dá uma pancada no velho e paga nove moedas. Agora desmaiado o velho é colocado na carroça. Em seguida, o fiscal reafirma que voltará na quinta seguinte em determinada hora e que estaria disposto a pagar por mais corpos. Esta sistematização do tempo é um reflexo posterior, predominante no século XII, pela ascensão do tempo do mercador que colabora em desfazer as divisões do dia que a Igreja propunha, baseadas inteiramente nas rezas de três em três horas:

Os estatutos das corporações, bem como os documentos propriamente comerciais – contabilidade, relações de viagens, práticas comerciais e as letras de câmbio que começam a difundir-se nas feiras de Champagne, tornadas nos séculos XII e XIII o clearing-house do comércio internacional – tudo indica que a justa medição do tempo interessa, cada vez mais, ao bom andamento dos negócios. [...] A partir de agora, o que conta é a hora nova, medida da vida: nunca perder uma hora de tempo (LE GOFF, 1980, p. 52-73).

² Há uma interessante análise feita sobre o assunto por Jonathan Corum, em inglês. *Estimating the Airspeed Velocity of an Unladen Swallow*. Disponível em: <<http://www.style.org/unladenswallow>>. Acesso em: 27 out. 2009.

Este bom andamento dos negócios é relacionado, de forma hilariante e crítica, com o recolhimento de cadáveres. A respeito das condições precárias e, principalmente, das doenças, Le Goff também escreve que “com a peste negra, a partir de meados do século XIV, o medo do contágio torna-se então um pânico. Acredita-se também que a lepra é contagiosa e os leprosos são isolados em leprosários [...]” (LE GOFF, 1998, p. 83). As condições sanitárias e as reações quanto às doenças demonstravam a pouca informação e o restringido desenvolvimento de instrumentos de combate nos tempos medievais.

Outra questão na passagem citada do filme é sobre a velhice. Como observado no trecho acima, tais questões complicadas de vida não propiciavam a chegada a uma idade avançada. Normalmente, as pessoas não viviam até a terceira idade devido à baixa expectativa de vida. Este é um ponto controverso ao longo da narrativa fílmica que apresenta diversas personagens em idade avançada. Prosseguindo o enredo, Arthur avança sobre esta vila pobre com pessoas miseráveis e avista uma área de trabalhadores. O rei é questionado pelos camponeses de forma extremamente irônica e Anacrônica:

Camponesa: Como se tornou rei? Explorando o povo? Mantendo um dogma imperialista?

Arthur: Vocês não sabem quem eu sou. Eu sou Arthur, rei dos bretões.

Camponesa: Eu não sabia que tínhamos um rei, pensava que éramos todos autônomos.

Camponês: Está enganada, vivemos num regime de ditadura, uma autocracia, onde a classe trabalhadora...

Camponesa: Não temos um soberano, somos uma comunidade anarco-sindicalista, alternamos semanalmente a chefia da comunidade.

Arthur: Sou seu rei! Cale-se!

Camponeses: Eu não votei em você! (MONTY PYTHON, 1975).

Arthur fala que se tornou rei e que deve guardar a Excalibur, a espada lendária. O camponês implica e ele o manda se calar. Eles questionam Arthur por estarem sendo reprimidos, por isso vivem em uma ditadura. Percebe-se aí a tal ironia com o período, fortemente complacente com referências de “ignorância” do povo, e ainda seu engajamento em movimentos próprios como um sindicalismo anarquista ou a questão de voto.

Esses são fatos definitivamente nada conexos com o período. Além disso, pode-se inferir que há uma inadequação de conceitos como relacionar movimentos anarquistas com uma questão de representatividade. Ambos são ideais que aparecem tardiamente, fora daquela conjuntura medieval. A estrutura social naquele momento era totalmente diferente, basicamente havia três grupos distintos, como escreve Georges Duby. Assim começavam emergir três grupos econômicos basicamente distintos: os escravos, totalmente alienáveis, os camponeses livres e os homens ricos (príncipes, *nobiles*), senhores do trabalho dos outros e dos seus frutos” (DUBY, 1978, p. 43).

A partir da tríade *oratores* (clero), *bellatores* (guerreiros) e *laboratores* (camponeses) a sociedade feudal se pautava de forma harmônica. Uma ideia que se pode levantar nesse sentido procede sobre a condição de vida que os camponeses se encontravam, na qual reivindicavam direitos somente em condições de injustiça. Mas viver naquela dependência do senhor era uma relação harmônica em que cada um tinha seu lugar na sociedade sem possibilidade de mudanças, o que, de certa forma, mantinha a sociedade “estável”, com auxílio do catolicismo. Seguindo seu caminho, o rei Arthur chega a uma floresta onde encontra dois cavaleiros lutando. Este era um ambiente bastante padrão da época e fundamental em que o

[...] clima favorecia, sobretudo, o crescimento florestal. Durante todo este período, a floresta parece ter dominado toda a paisagem natural. [...] Até finais do século XII, a proximidade de vastas reservas florestais refletia-se em todos os aspectos da civilização (DUBY, 1978, p. 17).

Como o castelo, a floresta é outro espaço que nos permeia a mente quando pensamos sobre o medievo. As florestas representavam uma importante fonte de sobrevivência. Após o combate entre os cavaleiros, Arthur convida o vencedor a se juntar ao seu grupo, contudo este não aceita, bem como não o deixa passar pela travessia. Eles lutam em um show de efeitos toscos, onde o cavaleiro negro perde seus braços e pernas. Arthur continua sua viagem e chega a um pequeno vilarejo, um local simples e com os mesmos padrões das áreas urbanas da época.

As cidades durante a Alta Idade Média, encarquilhadas a um canto dos antigos limites, agora excessivamente amplos, tinham ficado reduzidas quase exclusivamente à função política e administrativa, que estava também atrofiada (LE GOFF, 1983, p. 102).

Os “cadáveres” das cidades romanas não se encerravam nas suas muralhas, mas do que poucos habitantes, as cidades episcopais não abrigavam mais que um pequeno grupo clerical, sem outra vida econômica além do mercadinho local (LE GOFF, 1973, p. 14).

Nesta passagem do filme, aparecem monges realizando uma caminhada batendo suas Bíblias na cabeça e orando em latim. Depois, o povo revoltado exige a queima de uma moça que consideravam uma bruxa. Tratam-se de duas passagens bastante irônicas sobre o papel na Igreja durante o medievo. Naquele momento ainda não existia uma instituição com a responsabilidade de julgar e punir os “desvios” de conduta dos católicos. As origens da Inquisição remontam a 1183, no combate dos cátaros de Albi, sul da França, por parte dos delegados pontifícios, enviados pelo Papa. Oficialmente, a instituição da Inquisição ocorre apenas no Concílio de Verona, em 1184.

Um importante contraponto à Igreja foi o surgimento de heresias que se multiplicaram durante os séculos XII e XIII. Os cátaros citados acima que proporcionaram o surgimento da Inquisição foram uma das principais correntes. Os hereges representavam uma quebra da ordem divina e social fundada sobre a *fides*, a fé católica. A heresia era uma tentativa de apontamento dos erros e desvios da instituição eclesiástica e seus abusos de poder. Para combatê-las,

[...] o braço secular não deixou de atuar segundo os ditames da sociedade de guerreiros, que via na heresia uma falta grave, equivalente no plano religioso à quebra de um juramento de fidelidade do vassalo a seu senhor, de tal modo que “infidelidade” social e religiosa se confundem. E à medida que aumentavam o número de heresias e a sua influência, procurava-se aperfeiçoar os instrumentos mobilizados para combatê-las (FALBEL, 2007, p. 15).

Durante a passagem de Arthur naquele vilarejo onde as pessoas tentam queimar uma falsa bruxa, há dois detalhes marcantes. Primeiro, as vestimentas e a sujeira em que as pessoas se encontram. Segundo, um velho fazendo a barba com creme no momento de revolta com Sir Bedevere, cavaleiro que posteriormente se alia ao rei. Por um lado, percebemos as dificuldades de se viver neste período. Por outro, há um total desligamento das temáticas com a cena de um senhor fazendo a barba, pelo fato de invocar uma idéia moderna, forçada o com uso do creme de barbear.

Em Camelot aparece uma taverna com festejos. A taverna ou taberna é um ambiente bastante significante, como a floresta e o castelo. É um lugar de negócios

onde as pessoas vão tomar bebidas e se alimentar. Em tempos modernos, podemos compará-las com os *pubs*, muito comuns na Inglaterra.

Deus designa Arthur e seus cavaleiros para uma missão: buscar o Santo Graal. Este artefato é representado pelo cálice sagrado usado por Jesus Cristo na última ceia. Na verdade, a busca do cálice representa uma peregrinação à perfeição. O cálice é apenas um símbolo e o Graal é a representação da perfeição. Seja em Cruzadas a Terra Santa ou a Santiago, na Espanha, a peregrinação tem o mesmo sentido. Em outra cena, Sir Galahad enxerga o cálice sagrado em cima de um castelo. Nesta cena, Galahad entra no castelo que era habitado apenas por mulheres. Ele recebe tratamento de duas supostas médicas. Com relação à medicina, Le Goff escreve:

Não há médicos bastantes e com conhecimentos suficientes, não há equipamentos. Dois tipos de tratamentos fundamentais são desde logo realizados em quase todos os casos: de um lado praticar a sangria, e, de outro, examinar urinas. O exame das urinas, e o diagnóstico que dele resulta, mesmo vindo de pessoas que haviam adquirido alguma formação, é, segundo nossos critérios, um ato de charlatanismo. Mas isso é considerado, na Idade Média, um ato científico [...] pela falta de conhecimentos suficientes do ponto de vista médico, não se sabe curar. Ficar doente é um desastre [...]” (LE GOFF, 1998, p. 82).

A medicina naquele período era realmente defasada. No filme, um historiador intervém dizendo que Arthur deve seguir outro caminho e continua fornecendo explicações. Em seguida, surge um cavaleiro que lhe corta o pescoço. Na cena, a polícia britânica aparece fazendo uma perícia do local do crime. Este fato é definitivamente desconexo aos acontecimentos e se repete no final do filme, em que surge um enorme exército que irá ajudar Sir Arthur e Sir Bedevere a atacar um castelo apossado por franceses que deveriam conter o Santo Graal. Neste momento, a polícia entra em cena. A esposa do historiador morto diz que Arthur e Bedevere são os assassinos de seu marido. Eles são presos e do nada se finaliza o filme, com o corte da cena e repressão policial.

Um final incompreensível, porém aceitável dentro de uma comédia deste estilo sobre uma lenda medieval. Nas entrelinhas, os autores da produção podem estar realizando uma crítica à censura daquele período com o uso de recursos atuais. No caso, a polícia britânica relacionada a quaisquer forças repressivas medievais. Esta cena final é talvez a coisa mais absurda e sem sentido, mas que critica tanto a sociedade

feudal como a contemporânea. Pensar essas possíveis comparações de modos de opressão ou abuso de poder por parte de autoridades nos remete ao que Marc Ferro escreve:

Assinalar tais lapsos, bem como suas concordâncias ou discordâncias com a ideologia, ajuda a descobrir o que está latente por trás do aparente, o não-visível através do visível. Aí existe a matéria para uma outra história, que certamente não pretende constituir um belo conjunto ordenado e racional, como a História: mas contribuiria, antes disso, para refiná-la ou destruí-la (FERRO, 1992, p. 88).

Antes do final explicitado acima, durante a cena da lenda de Sir Lancelot, há um rei que deseja casar seu filho, bastante afeminado, com a filha de um grande detentor de terras. O pai do príncipe exalta a importância de se casar em vista da aquisição de grandes extensões de propriedade. Percebe-se neste período a tamanha influência da terra na vida das pessoas. Ela era um elemento fundamental de prestígio e poder, como base do sustento.

A maneira como a unidade familiar se ligava ao solo, a combinação de direitos de propriedade, a que dedicava as suas energias e da qual retirava o sustento, é muito mais clara para nós. [...] Estas terras familiares continuavam a dever a sua existência ao cercado, de onde vinha o trabalho que as matinha férteis, local para onde era levado o que se produzia, e sobre o qual a aristocracia fazia todos os esforços para fortalecer o seu domínio, fossem os seus moradores livres ou não. [...] A aristocracia exercia pressão em toda a economia, principalmente através do seu poder sobre a terra. [...] O cultivo das propriedades baseava-se na utilização dum vasto corpo de escravos e camponeses (DUBY, 1978, p. 47-51).

Em torno dessas relações a respeito da terra temos ainda a questão da vassalagem, que era uma característica fundamental do feudalismo e invocava todo um ritual de homenagem. A respeito desse juramento,

[...] servir ou, como também se dizia, auxiliar-protetor: era nestes termos tão simples que os textos mais antigos resumiam as obrigações recíprocas do fiel armado e do seu chefe. [...] A obediência do vassalo tinha como condição a exatidão do senhor em cumprir os seus compromissos. [...] O vínculo pessoal era acompanhado de um vínculo real (BLOCH, 1987, p. 233-249).

Essa relação de vassalagem foi um dos meios de obtenção de terras. Dentre outras formas havia a herança, a doação, a apropriação ou o arrendamento. No caso do casamento dos príncipes, narrado no filme, um dos “frutos” dessa união era a herança de grandes faixas de terra dos senhores envolvidos.

Além dos cavaleiros citados, a aventura também conta com Sir Robin. Todos os Cavaleiros da Távola Redonda partem em busca do cálice sagrado, que supostamente estaria escondido em algum lugar da Bretanha. Nesta aventura, vários elementos são identificados, às vezes condizentes com o período, às vezes incoerentes, porém sempre irônicos e cômicos.

É quase que um consenso geral que *Monty Python em Busca do Cálice Sagrado* é a melhor “comédia pastelão” de todos os tempos. Influenciou várias obras de comédia ao redor do mundo proporcionando risos e críticas àquela sociedade britânica medieval. O filme foi criado com um baixo orçamento de forma proposital. Como exemplo, temos a cena em que o grupo encontra um monstro com várias cabeças em uma caverna. Nesta cena foi utilizado uma animação barata e simples, evitando gastos maiores, de uma maneira original e esquisita. Além disso, o uso de maquetes malfeitas é outra possibilidade, engraçada, como se observa neste trecho:

Lancelot: Olhe, meu rei.

[soam trombetas]

Rei Arthur: Camelot.

Sir Galahad: Camelot.

Lancelot: Camelot.

Patsy: É somente uma maquete.

Rei Arthur: Shh. (MONTY PYTHON, 1975).

O filme está entre as melhores e mais marcantes comédias de todos os tempos. O tema em questão é fortemente presente em variadas obras artísticas, como escreve Georges Duby,

[...] a alta sociedade do século XIV está realmente intoxicada pelos romances de cavalaria. Um após outro, os chefes de Estado instituem em torno de sua pessoa ordens de cavalaria, da Jarreteira, de São Miguel, do Tosão de Ouro; pretendem imitar, com alguns companheiros escolhidos, as virtudes e proezas ritualizadas dos heróis da Távola Redonda (DUBY, 1988, p. 125).

De modo geral, uma produção cinematográfica pode ser observada como produto e imagem-objeto, cujas significações não são só fílmicas. O trabalho do historiador nem sempre se apoia na totalidade das obras; é necessário integrar o filme ao mundo social, ao contexto em que surge e confrontá-lo com elementos não-cinematográficos como autor, produção, público, regime político, censura, dentre outros. O filme analisado, da década de 1970, teve um impacto diferente na época.

É evidente, com as transformações das tecnologias, a compreensão dos mecanismos de inteligibilidade e construção de novos conhecimentos podem ser aperfeiçoadas com o uso de imagens em movimentos, principalmente neste caso, perante o ofício dos profissionais em História. Os filmes estão incluídos num universo social cuja instrumentalização se faz cada vez mais importante no ensino. A escolha de um filme cômico, como *Em Busca do Cálice Sagrado*, é somente uma das vias para compreensão do medievo, com base na comédia.

O uso do cinema em sala de aula realmente facilita a relação entre professor, aluno e temas. Contudo, esta metodologia requer certos cuidados e operações. Com o filme, é possível ilustrar um referido tema e aproximá-lo do cotidiano do aluno. Todavia, esta atividade pode se tornar perigosa por não acabar provocando um processo reflexivo, em detrimento do raciocínio sistematizado e crítico perante o universo imagético de entretenimento do aluno. Nesse sentido, é necessário compreender a linguagem cinematográfica para se realizar um processo reflexivo sobre um filme e sua relação com o conteúdo estudado.

O professor que adote este recurso didático precisa elaborar e organizar as reflexões acerca da produção fílmica, ponderando um tempo de exibição, propondo uma avaliação, utilizando roteiros didáticos, adequando o conteúdo às idades e séries e destacando as diferentes linguagens audiovisuais. Como acreditamos, é possível realizar estas reflexões com base em uma dessas linguagens, isto é, a comédia cinematográfica.

É preciso aplicar esses métodos a cada um dos substratos do filme (imagens, imagens sonorizadas, não-sonorizadas), às relações entre os componentes desses substratos: analisar no filme tanto a narrativa quanto o cenário, a escritura, as relações do filme com aquilo que não é filme: o autor, a produção, o público, a crítica, o regime de governo. Só assim se pode chegar à compreensão não apenas da obra, mas também da realidade que ela representa (FERRO, 1992, p. 87).

A pesquisa histórica, assim, enriquece-se no uso de novas fontes midiáticas disponíveis como leitura de uma realidade. Aos historiadores, o cinema é um dos enfoques na busca de apoio e complementação de informações. Considerando que a imagem domina os espaços sociais em nossa sociedade, é preciso entender a mídia fílmica como uma produção artística, comercial e ideológica.

Os estudos que envolvam cinema devem ir além da ilustração de um tema e provocar reflexões sistematizadas, produções de textos, análises em grupo, debates etc. O cinema é uma via de acesso para possíveis problematizações perante o ângulo da História. No uso de um filme cômico, como a proposta desta leitura apresenta, podemos observar as condições medievais de vida, na medida em que podemos pensá-las historicamente de forma diferenciada e irônica.

Referências Bibliográficas

ABUD, Kátia Maria. *A Construção de uma Didática da História: algumas idéias sobre a utilização de filmes no ensino*, in: *História*, São Paulo, SP, 22(1), 2003.

BASCHET, Jérôme. *A Civilização Feudal. Do ano mil à colonização*. São Paulo: Globo, 2006, p.44.

BLOCH, Marc. *A Sociedade Feudal*. Lisboa: Edições 70, 1987.

_____. *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CAPELATO, Maria Helena Rolim et al (Orgs.). *História e Cinema*. São Paulo: Alameda, 2007.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Domínios da História*. São Paulo: Ed. Campus, 1997. 568 p.

COSTA, Ricardo da (org.). *Testemunhos da História*. Documentos de História Antiga e medieval. Vitória: Edufes, 2002.

DUARTE, Rosália. *Cinema e educação*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2002.

DUBY, Georges. *A Europa na Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

_____. *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*. Lisboa: Estampa, 1982.

_____. *Guerreiros e camponeses. Os primórdios do crescimento econômico europeu. Séc. VII-XII*. Lisboa: Editorial Estampa, 1978.

FALBEL, Nachman. *Heresias Medievais*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2007 (Col. Khronos, 9).

FERRO, Marc. *Cinema e história*. Tradução Flávia Nascimento. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FRANCO JR., Hilário. *A Idade Média: nascimento do Ocidente*. 2 ed. revista e ampliada. São Paulo, Editora Brasiliense, 1988.

KAMEN, Henry. *The Spanish Inquisition: A Historical Revision*. New Have: Yale University Press. 1999.

LE GOFF, Jacques. *A Civilização do Ocidente Medieval*. Lisboa: Estampa, 1983.

_____. *O imaginário medieval*. Lisboa: Estampa, 1995.

_____. *Os Intelectuais na Idade Média*. Lisboa: Editorial Estúdios Cor, 1973. [Brasiliense, 1995; José Olympio, 2003]

_____. *Para Um Novo Conceito de Idade Média: tempo, trabalho e cultura no Ocidente*. Lisboa: Estampa. 1980.

_____. *Por Amor às Cidades*. Conversações de Jean Lebrun. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.

LOYN, Henry R. (org.). *Dicionário da Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

MACHADO, Arlindo. *Máquina e imaginário*. São Paulo: Edusp, 1996.

SALIBA, E.T. *As imagens canônicas e o Ensino de História*, in: SCHMIDT, M. A., CAINELLI, M.R., FALCÃO, A.R. e BRUZZO, C. (orgs.). III Encontro Perspectivas do Ensino de História. UFPR/Aos Quatro Ventos, Curitiba, PR, 1999.

Filmografia

MONTY PYTHON. Graham Chapman, John Cleese, Eric Idle, Terry Gilliam, Terry Jones, Michael Palin *Monty Python and the Holy Grail*. Python (Monty) Pictures Ltd. (1975), (91 min.), son., color.

Internet

CORUM, Jonathan. *Estimating the Airspeed Velocity of an Unladen Swallow*, 2003. Disponível em: <<http://www.style.org/unladenswallow>>. Acesso em: 27 out. 2009.

DE MATTOS, Paulo André Passos. *Entre as narrativas literária, fílmica e historiográfica: artes no tempo na produção dos saberes históricos*. Disponível em: <http://www.cliohistoria.110mb.com/ensino/arquivos/entre_narrativas_literaria_filmica_historiografia.pdf>. Acesso em: 24 out. 2009.

<<http://www.imdb.com/title/tt0071853>>

<<http://www.pythononline.com>>

<<http://200.134.24.20/~huei/IA/aulas/python.pdf>>

Um fato, duas Histórias: O processo de construção da ideologia do professor de História e sua influência na aprendizagem

Vagner Luis Carossa

6.º período de História (2009), sob a orientação do
Prof. Ms. Marcos Antônio Caixeta Rassi (UNIPAM)

Resumo: *O presente artigo tem a intenção de chamar a atenção dos docentes e discentes em História sobre sua real responsabilidade ao ministrar a relação entre conteúdos e fatos históricos, entendendo os processos formativos de ensino de História, notadamente no século XXI. Buscamos compreender como se processa a construção ideológica do professor de História que o tira da posição de neutralidade diante dos conteúdos trabalhados e de que maneira o discurso do profissional é assimilado e aceito pelos discentes.*

Palavras-Chave: *Ensino de História. Ideologia Professor de História*

Abstract: *By understanding the formative processes in the teaching of History, especially in the 21st century, the present paper intends to call the attention of teachers and History students about their real responsibility when teaching the relationship between contents and historical facts. We tried to understand how is the process of ideological construction of a History teacher who is taken from his neutral position before the contents he developed and how the professional's discourse is assimilated and accepted by students.*

Keywords: *History teaching. Ideology. History teacher.*

Em uma sala de aula, numa turma de segunda série do ensino médio, o professor de história ministra uma aula sobre o tema “A Revolta da Vacina” utilizando a seguinte abordagem:

Em 1902, o Presidente do Brasil, Rodrigues Alves, movido pelo desejo de levar o progresso e a modernidade para a cidade do Rio de Janeiro, além de melhorar as condições sócio-econômicas de sua população, incube o então prefeito, Pereira Passos, de promover a urbanização e o embelezamento da cidade. O projeto contava com a construção de amplas avenidas aos moldes europeus da época e a reforma do porto para atrair os turistas e os investimentos estrangeiros necessários ao desenvolvimento da capital da República. Também preocupado com a qualidade de vida e a saúde de

seus habitantes, promove o então sanitarista Oswaldo Cruz, médico com estudos avançados na Europa, a Diretor Geral de Saúde Pública, para a tarefa de erradicar as doenças que vinham acometendo a população, como a febre amarela e a varíola. Para atingir a sua meta, Oswaldo Cruz determina a vacinação de toda a população contra essas epidemias. O que acontece a seguir é catastrófico para o então governo. Sempre insatisfeitos com todas as medidas, até mesmo as que possam beneficiá-lo, o povo se revolta contra a campanha de vacinação, ora por temer a própria agulha de injeção, ora por não aceitar que os médicos vejam as “partes” de suas mulheres ou até mesmo pela ignorância de não saber os benefícios que o líquido poderia trazer a sua saúde. Explode, assim, em 11 de novembro de 1904, a Revolta da Vacina, com a destruição de bondes, trilhos e calçamentos arrancados. Após um saldo de 30 mortos, 110 feridos e mais de 1000 pessoas presas, a revolta foi sufocada, a cidade remodelada e as epidemias controladas como deveria ter sido.

Em outra sala de aula, em outro colégio, também em uma turma da segunda série do ensino médio, outro professor de história ministra a sua aula sobre o tema “A Revolta da Vacina” com a seguinte abordagem:

Em 1902, o Presidente do Brasil era Rodrigues Alves, um autêntico representante das oligarquias paulistas do café. Preocupado em atender aos interesses econômicos das classes dominantes da época, que vinham perdendo oportunidades de negócios, incumbe o então prefeito Pereira Passos, de promover a urbanização e a limpeza da cidade, bem como a modernização do porto. Os navios estrangeiros estavam se recusando a atracar na cidade do Rio de Janeiro, devido às epidemias constantes que infestavam a cidade, sem qualquer preocupação sócio-ambiental, mais de 600 barracos e cortiços foram demolidos para que fossem abertas avenidas amplas, obrigando a população pobre, que tinha no Porto a sua fonte de renda, a mudar-se para os morros, continuando a pobreza e a falta de infra-estrutura, prejudicando o seu deslocamento para o local de trabalho. Em 1903, Oswaldo Cruz, ao assumir o Cargo de Diretor de Saúde Pública, pede amplos poderes e total liberdade de ação para atingir o seu objetivo. Assim cria uma brigada sanitária com poderes de polícia, que entravam nas casas da população humilde à força, e sem maiores esclarecimentos, iam levantando a roupa das mulheres e vacinando indiscriminadamente todos os moradores. Indignados com toda essa situação por que estavam passando e insatisfeitos com o governo de Rodrigues Alves, no dia 11 de novembro de 1904 vão às ruas para um protesto que acabaria se tornando a Revolta da Vacina. Tal revolta resultou na quebra de bondes, trilhos arran-

cados e calçamentos destruídos da cidade do Rio de Janeiro. Após uma violenta intervenção policial o Governo consegue sufocar a revolta, deixando um saldo de mais de 30 mortos, centenas de feridos e mais de 1000 pessoas presas e deportadas para trabalhos pesados no Acre.

Como podemos notar, nas duas aulas hipotéticas narradas acima, o fato (a Revolta da Vacina) é o mesmo, mas os pressupostos apresentados pelos professores para esclarecer e justificar o acontecimento são diferentes quanto aos motivos. O primeiro professor aposta na intervenção do Estado de maneira arbitrária e repressiva, enquanto o outro vê nessa repressão um meio de anular os desejos e as necessidades das classes populares. Mas qual dos dois estaria certo? Qual dos dois estaria realmente passando a “verdade” dos fatos aos seus alunos? Podemos, nesse caso, falar em “verdades”? É correto posicionar-se tão claramente quanto a uma ou outra ideologia? O que faz com que os professores de História, que teoricamente tiveram formação acadêmica parecidas, embasados em PCN (a partir dos últimos 15 anos), utilizando materiais didáticos similares, ao ministrarem suas aulas, tomem enfoques tão diferentes? Como podemos tratar de temas polêmicos, como as relações de lutas de classes, a intervenção dos Estados autoritários, a escravidão, o nazismo, e nos mantermos neutros? Não seria então essa neutralidade uma forma de privar o senso crítico de nossos futuros alunos? E quando nosso posicionamento ideológico vai de encontro aos interesses ideológicos do Estado, da instituição em que trabalhamos e dos pais dos nossos alunos?

Preocupados com a influência que os profissionais do ensino de história têm sobre os alunos e a que nós mesmos poderemos ter no futuro, por meio de nosso discurso e posições ideológicas e, principalmente, com as estratégias pedagógicas de planejar nossas aulas é que nos lançamos a essas indagações. Segundo Pinsky, “Historiador/professor sem utopia (ideologia) é cronista e, sem conteúdo, nem cronista pode ser” (KARNAL, 2003, p. 19). Assim, embasamo-nos teoricamente em obras e artigos de diversos autores que abordaram o ensino de história, a formação do professor como profissional e indivíduo, a relação entre o Estado e o ensino em sala de aula, a utilização de livros didáticos e o trato de “temas polêmicos”. No entanto, além da pesquisa bibliográfica, utilizamos também uma pesquisa de campo, em entrevistas realizadas com alunos¹ do ensino médio da E. E. “Professor José Hugo Guimarães”, da cidade de Carmo do Paranaíba-MG, na busca de caminhos instigantes e responsáveis, de cumprir

¹ Optamos, a pedido dos alunos, que aqui se tornam os sujeitos da pesquisa, pelo anonimato. Assim, utilizaremos pseudônimos: (Alunos X, Y, Z). As pesquisas foram realizadas de 13/09/2009 até 20/09/2009.

o nosso papel de futuros professores e agentes sociais ao ministrarmos a disciplina de História.

1. A História na sala de aula

Sabemos que a disciplina de História, historicamente, nunca foi uma disciplina neutra, justamente pelo seu poder de seduzir, doutrinar, lançar olhares diferentes sobre diferentes objetos e fatos. Foi utilizada ora pelas classes dominantes para se justificar no poder e criar um sentimento comum de nação, ora pelas classes que ambicionavam mudanças e rupturas, que a utilizavam para a legitimação ideológica dos movimentos de oposição. Dessa maneira, o professor de História assumia o papel de agente transmissor dessas idéias dentro da sala de aula, por vezes utilizando-se do seu “poder” como detentor do saber para transmitir a sua verdade histórica, verdade essa quase sempre pronta, acabada e absoluta, não importando qual o “partido” que defendesse.

Essa postura ideológica do professor de História, detentor do saber e da verdade absoluta poderia ser justificada no país, no final do séc. XIX ou no Estado Novo. Sobretudo na década de 1970, em que os intelectuais, e entre eles os historiadores, empenhavam-se ferozmente em combater a ditadura militar e se debruçavam de forma radical sobre a história dos vencidos e vencedores, os bons e os maus, conforme escreveu Jaime Pinsky:

Nos meios mais inquietos dos anos 60 e 70 acreditava-se que convicções políticas bastavam para fornecer todas as respostas e nortear as práticas de ensino. Não havia porque perder tempo com investigações cansativas e análise de situações concretas, pois em qualquer período da História, em qualquer latitude do planeta, era possível identificar os bons e os maus, quem era “nosso” e quem era “deles” (KARNAL, 2003, p. 18).

Talvez o pior momento pelo qual passou a disciplina de História tenha sido justamente o período da ditadura militar, em que os cursos das áreas de ciências humanas e, entre eles, o de História, foram amordaçados. Nos currículos da educação básica, disciplinas como Sociologia e Filosofia foram substituídas por outras, como Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira. No caso da História e da Geografia, elas foram fundidas em Estudos Sociais com a intenção de propagar a ideologia do Estado pela sociedade com o objetivo de fortalecer o sentimento de nacionalismo e ufanismo pregado pelos militares, calando a voz daqueles que inspiravam o senso crí-

tico e a reflexão sobre os problemas que a sociedade brasileira vivia durante esse regime. Muitas foram as manifestações e lutas organizadas e incentivadas pelos professores de História, visando a proteger os interesses da classe, e não poucas foram as repressões que esses sofreram, principalmente na década de 1970, em que o regime não media esforços para fazê-los calar.

Findado esse período conturbado da nossa história, no Brasil redemocratizado, os historiadores puderam gozar de liberdade intelectual para pesquisar sobre os mais variados temas e perspectivas. A disciplina de História pode ser ministrada livremente, mesmo que direcionadas pelos PCN. Nesse contexto, como explicar que ainda nos deparamos com profissionais tão conservadores ou então tão liberais, que ao construírem ou desconstruírem os fatos e mitos se apegam ainda a idéias há muito superadas e por aqueles professores que muitas vezes nem pesquisam sobre os assuntos que irão abordar, prendendo-se meramente ao livro didático?

Para podermos compreender o motivo de encontrarmos profissionais lecionando a mesma disciplina de forma tão diferente devemos levar em conta vários fatores como a formação acadêmica, personalidade, posicionamento político, classe sócio-econômica, nível de satisfação profissional, condições de trabalho oferecido pelas escolas e a relação pessoal com os alunos.

2. A formação do profissional de História

2.1. Formação Pessoal: o Indivíduo

Quando falamos em ideologia, imediatamente nos vem à mente o nosso próprio modo de pensar e os nossos posicionamentos frente às mais variadas questões que nos são apresentadas, e não raramente nos identificamos com pessoas ou grupos com os quais temos afinidade intelectual, colocando-nos contra, ideologicamente, aqueles que não pensam ou agem como nós. O que nos passa despercebido é que a construção ideológica do indivíduo independe do seu “querer”, e que apesar de parecer uma questão de escolha, essa escolha está relacionada a sua formação pessoal. Sendo assim, um fator que deve ser levado em consideração quando tentamos compreender o posicionamento ideológico do professor de história diante de um fato polêmico é a sua personalidade e a sua visão de ensino em sala de aula.

Não podemos esquecer que o professor antes de tudo é uma pessoa como outra qualquer. A “pessoa” professor tem alegrias, tristezas, angústias, tem a sua própria

visão de mundo, pertence a essa ou àquela classe social, tem suas próprias preocupações ou interesses sobre os mais variados temas, ou seja, cada profissional é singular quanto ao modo de encarar a sua profissão. A postura ideológica do professor, o que vai ensinar ou como vai interpretar determinados fatos está então diretamente relacionado à sua personalidade e também aos seus anos de estudo como aluno. Para podermos compreender melhor vamos recorrer a Tardiff, que escreve:

Em suma, tudo leva a crer que os saberes adquiridos durante a trajetória pré-profissional, isso é, quando da socialização primária e sobretudo quando da socialização escolar, têm um peso importante na compreensão da natureza dos saberes, do saber-fazer e do saber-ser que serão mobilizados e utilizados em seguida quando da socialização profissional e no próprio exercício do magistério. Desta forma, pode-se dizer que uma parte importante da competência profissional dos professores tem raízes em sua história de vida, pois, em cada ator, a competência se confunde enormemente com a sedimentação temporal e progressiva, ao longo da história de vida, de crenças, de representações, mas também de hábitos praticados e de rotinas de ação (TARDIFF, 2002, p. 69).

A identidade do professor de História, ou seja, a sua personalidade formada por meio de todas as suas experiências é que constrói o seu saber experiencial determinando suas escolhas ideológicas não apenas para tratar de assuntos polêmicos, mas também determinando o seu modo de atuar dentro da sala de aula.

Em síntese, o saber experiencial, ligado ao saber fazer, engloba todo o processo de formação individual do professor, desde suas vivências da infância como filho e aluno, suas experiências adquiridas das mais diversas fontes e lugares variados e momentos diferentes. Isso pode explicar porque alunos licenciados em História na mesma universidade, tendo os mesmos professores e acesso aos mesmos materiais didáticos, assim que se formam e passam a exercer a profissão, acabam se posicionando de forma diferente quanto aos assuntos ditos polêmicos e atuam de forma tão diversa na docência.

2.2. Formação acadêmica: o aluno

Para entendermos a formação acadêmica dos profissionais atuantes, principalmente na rede pública de ensino, embasamo-nos no trabalho de Lima (1997). A autora nos chama a atenção para alguns dados alarmantes alcançados por meio de sua pes-

quisa, realizada na cidade de Uberlândia na rede pública de ensino em meados da década de 1990. Não foram poucos os professores entrevistados que tinham outras formações acadêmicas (engenharia, direito, filosofia, geografia, medicina), lecionando a disciplina de História, sem discernimento sobre ideologia, processos históricos, escolas historiográficas e, por fim, os mais “antigos”, ainda apegados às formas tradicionais nas quais haviam sido ensinados para lecionar.

Sem uma formação específica para atuar dentro da sala de aula, não podemos esperar que esses profissionais consigam interagir com os alunos e nem mesmo que esses consigam despertar seu interesse pela disciplina. Outro dado alcançado pela pesquisadora se refere à pouca importância que esses profissionais dão à disciplina que lecionam, e mesmo que alguns já tenham ouvido falar sobre “história tradicional” e “história crítica”, a maioria não soube se posicionar a respeito, alegando não ter embasamento teórico sobre elas. Por si só esse cenário apresentado pela pesquisadora já bastaria para podermos entender o motivo pelo qual os mitos e os fatos históricos vêm sendo construídos e reconstruídos ao bel-prazer dos professores.

Os cursos de graduação e licenciatura em História, oferecidos pelas diversas instituições de ensino, trazem em suas matrizes curriculares, disciplinas complementares que visam a fundamentar, auxiliar e preparar o profissional para atuar como professor docente. Estuda-se Didática, Fundamentos da Educação, Psicologia Educacional, Metodologia do Ensino de História Historiografia, Sociologia, dentre outras. Tais matrizes procuram preparar o graduando para as diversas realidades que poderá encontrar na sala de aula. Fala-se em responsabilidade, ética, conhecimento técnico e crescimento intelectual, objetivando despertar seu senso crítico e a sua curiosidade para a pesquisa. Os conteúdos são normalmente tratados por especialistas das mais diversas áreas. Seria de se esperar que ao entrar em contato com esse novo mundo, o aluno universitário tendesse, num primeiro momento, a se deixar envolver por todas as novas ideologias e metodologias com as quais passa a ter contato. Entretanto, lembremos que esse mesmo aluno traz consigo uma carga de saberes já pré-construídos. Portanto, a influência e o despertar que as disciplinas ministradas na universidade podem ter sobre sua ideologia vão depender da sua aceitação, o poder de persuasão, tanto do professor quanto da profundidade do argumento, o que julga sobremaneira a forma como vai se portar ou se porta como profissional.

Isso pode explicar porque alunos licenciados em História na mesma universidade, tendo os mesmos professores e acesso aos mesmos materiais didáticos, assim que

se formam e passam a exercer a profissão, acabam se posicionando de forma diferente quanto aos assuntos ditos polêmicos. Porém ao longo de nossa pesquisa nos deparamos com mais fatores que interferem diretamente no preparo das aulas e dos materiais que serão desenvolvidos junto aos alunos.

2.3. Formação profissional: o professor

Já discorreremos sobre a formação do indivíduo, suas experiências de vida que o levam ao processo de formação de sua ideologia, como também já apontamos a formação acadêmica que o aluno recebe, e sua forma de assimilação dos ensinamentos recebidos. Todavia, não devemos nos esquecer de que o profissional está em constante evolução e a sua formação não termina ao sair com a titulação da universidade.

O processo de construção ideológico do professor continua por meio da sua prática do ensino, junto aos discentes e no ambiente de trabalho, a receptividade pelos seus pares, a comunidade em que atua, sua satisfação – ou insatisfação – pessoal quanto à profissão. Seria então a junção dos ensinamentos aprendidos na universidade com suas vivências sociais o que o professor acaba levando para a sala de aula, construindo e reconstruindo seus métodos de ensino, partilhando de suas experiências pessoais com os alunos para despertar nesses o interesse pela História e o mundo em que vivem. Infelizmente esse despertar nem sempre acaba se concretizando nas instituições de ensino, como analisaremos posteriormente.

É interessante atentar para a forma como esses saberes, que Tardiff chama de “saberes experienciais” são fundamentais para compreender a personalidade e a construção ideológica dos profissionais de ensino, e que acabam se traduzindo numa melhor maneira, ou não, de se alcançar a parte mais interessada, que seriam os alunos.

Pode-se chamar de saberes experienciais o conjunto de saberes atualizados, adquiridos e necessários no âmbito da prática da profissão docente e que não provêm das instituições de formação nem dos currículos. Esses saberes não se encontram sistematizados em doutrinas ou teorias. [...] Os saberes experienciais estão enraizados no seguinte fato mais amplo: o ensino se desenvolve num contexto de múltiplas interações que representam condicionantes diversos para a atuação do professor (TARDIFF, 2002, p. 48).

O caminho percorrido pelo professor de História, através de sua evolução de aprendizado e vivências dentro e fora das salas de aula é preponderante para compre-

endermos como se dá o processo de relação entre o profissional e o seu trabalho. Segundo Contreras “o ensino é um jogo de práticas aninhadas, onde fatores históricos, culturais sociais, institucionais e trabalhistas tomam parte, junto com os individuais” (Contreras, 2002, p. 75).

3. O professor e a sala de aula

Se deixarmos de lado o despreparo de alguns profissionais e os motivos que levam a formação da personalidade do professor (que interferem muito na construção e reconstrução dos saberes), não podemos deixar de assinalar a motivação profissional.

Sabemos que hoje, no Brasil, quem mais contrata a mão-de-obra no exercício do magistério é o Estado. Esse mesmo Estado está muito mais preocupado em quantidade do que em qualidade, quase não se pode mais reprovar aluno, o professor dentro da escola se vê desvalorizado por baixos salários e o número de aulas de História nos currículos se torna cada menor, dando espaço a outras disciplinas.

Os PCN que os tecnocratas dizem servir para “orientar” o estudo da disciplina, “motivam” o professor a ser independente no exercício da sua função, trabalhar a regionalidade e as realidades da comunidade em que a escola e o profissional estão inseridos. Em contrapartida temos as avaliações de caráter estadual e federal que se utilizam de parâmetros generalizados para qualificar e quantificar a matéria aplicada, avaliando assim a instituição e também o profissional que trabalha, dia após dia, em salas de aula mal arejadas, mal iluminadas e muitas vezes sem condições mínimas para comportar 46 ou 50 jovens e adolescentes.

Deparamos com essa realidade nos nossos estágios feitos numa escola estadual, e verificamos a mesma situação em outras duas escolas que visitamos. Também em conversas informais que tivemos com professores que atuam na rede pública de ensino das cidades de Carmo do Paranaíba, Rio Paranaíba e Patos de Minas, todas em Minas Gerais. Fica evidente que em tais condições de trabalho, o profissional muitas vezes se sente desmotivado e acaba sufocando o seu desejo inicial de ensinar e se entrega ao sistema. Não vemos nisso uma solução, nem tampouco serve de pretexto, pois como Pinsky aponta:

Se o tempo é curto, se as condições de trabalho são precárias, se o salário é baixo, se o Estado não cumpre a sua parte, discuta-se tudo isso nas esferas competentes e lute-se

para melhorar a situação dos docentes, em vez de usar isso tudo como desculpa para a falta de empenho pessoal (KARNAL, 2003, p. 22).

Outro fator importante e muito comum que devemos levar em conta é que o discurso e os ensinamentos que os jovens professores recebem dentro das universidades, que destacam sobremaneira as novas técnicas didáticas e pedagógicas, com matérias específicas, visando à formação e o sucesso do futuro profissional, nem sempre podem ser aplicadas quando do exercício da sua profissão. Ao se depararem com escolas mal administradas e sem a mesma preocupação pedagógica quanto aos caminhos que se deve tomar para partilhar os saberes e trabalhar dentro da sala de aula, muitos sentem-se “traídos” pela realidade com a qual se deparam. Podemos citar como exemplo o que aconteceu conosco nos estágios supervisionados. A recepção dada pelos professores efetivos, que não mediram esforços para desmotivar aqueles que, como eles, estão querendo abraçar a profissão do magistério.

Os livros didáticos também constituem outro gargalo neste processo. Muitos livros didáticos podem ser considerados “fracos” ou mal escritos. Os fatos históricos ali descritos geralmente seguem uma linha não investigativa e se apoiam, em sua maioria, na “história tradicional”. Insistem na valorização dos “heróis”, na visão de mundo eurocêntrica para explicar significados de “civilização”, “moderno” “desenvolvimento”, deixando entender que tudo o que foge desses parâmetros pré-estabelecidos e preconceituosos não pode ser entendido como algo positivo. Tomemos como exemplo a análise que faz Paulo Micelli sobre uma dessas obras.

Em um livro didático da quinta série do primeiro grau, tomado ao acaso, o país começa a ser construído na frente das crianças: “Capítulo 1 – Selvagens e civilizados – Na época do descobrimento. Quando Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil em 1500, a costa da Bahia era habitada por índios. Havia entre os portugueses e os indígenas grande diferença de adiantamento: os portugueses viviam na civilizada Europa, fabricavam armas de fogo, viajavam em navios e registravam, por meio da escrita, os acontecimentos importantes” (PINSKY, 2002, p. 31).

Professores despreparados ou desmotivados acabam se utilizando excessivamente dos livros didáticos, deixando suas aulas maçantes e/ou desinteressantes. Nessas situações o aluno, mesmo que num primeiro momento se sinta atraído pela História, acaba se distanciando das aulas. Portanto, faz-se necessário que os professores, que

ainda agem de forma descuidada com sua atuação no magistério, repensem seu modo de agir.

O professor ideal, descrito por diversos autores, é justamente aquele que assume o seu papel de formador dos educandos, comprometido com o exercício do magistério, que constrói o seu saber de forma crítica e reflexiva, prepara suas aulas, pesquisa os assuntos que serão tratados. O melhor professor é aquele que instiga os alunos, que os coloca dúvidas, inquietações. Ao escolher a carreira de professor tem-se de ter em mente o compromisso e a responsabilidade dentro da sala de aula e a instituição à qual pertence, assim como o comprometimento com os alunos em relação ao seu desenvolvimento como cidadãos. Trata-se, portanto, de um compromisso moral que se assume principalmente por trabalhar-se diretamente com pessoas jovens, que mesmo tendo a sua carga de saberes ainda estão em constante formação. Sobre a obrigação moral do professor podemos tomar como exemplo o que escreve Contreras.

A primeira dimensão da profissionalidade docente deriva do fato de que o ensino supõe um compromisso de caráter moral para quem a realiza (Contreras, 1990: 16 e SS). Este compromisso ou *obrigação moral* confere à atividade do ensino um caráter que, como assinalou Sockett (1989: 100), se situa acima de qualquer obrigação contratual que possa ser estabelecida na definição de emprego (CONTRERAS, 2002, p. 76).

Como já apontamos acima, as universidades se empenham em preparar o profissional para o exercício da sua função, cabe então ao Estado fornecer condições de trabalho adequadas. Espera-se que os profissionais com mais tempo de magistério mudem seu modo de pensar, invistam na formação continuada, e que os profissionais recém-formados não se deixem desmotivar pelas condições de trabalho e a receptividade negativa dos seus pares.

4. A aprendizagem do aluno

Os alunos chegam a cada dia com mais informações e saberes que adquirem fora da escola, e o professor desmotivado e despreparado, ou com uma forma de ver o mundo e a classe fora das expectativas atuais de ensino, não poderá acompanhar a velocidade com que a sua turma se desenvolve. Apoiar-se meramente no livro didático, principalmente se esse livro trouxer “histórias” que não convencem, pode acabar se tornando algo perigoso e empobrecedor.

Por meio de entrevistas realizadas com cinco alunos-sujeitos do ensino médio da E. E. “Prof. José Hugo Guimarães”, na cidade de Carmo do Paranaíba, tivemos a oportunidade de conhecer o “outro lado da História”. Investigamos a visão que o aluno tem do professor, da disciplina, das formas como se estabelecem a relação de poder entre professor e aluno e sua influência na aprendizagem. Durante as entrevistas, fizemos as seguintes indagações:

- A relação de afinidade com a disciplina de História;
- A afinidade com a didática e a dinâmica do professor dentro da sala de aula;
- A utilização do livro didático;
- A relação de afetividade entre o professor e o aluno;
- A contextualização dos conteúdos e sua relação com a conjuntura atual;
- O culto aos heróis;
- A formação do senso crítico do aluno;
- O interesse do professor de História com o exercício da profissão em relação ao preparo das aulas;
- A postura conservadora ou liberal do profissional influenciando no aprendizado do aluno.

Pudemos constatar que, diferentemente do que muitos acreditam, os alunos da rede pública têm interesse em aprender e analisam os métodos utilizados pelos professores de História dentro do ambiente de trabalho. Mostraram-nos que a atitude do professor perante a turma, mesmo sendo conservadora, é útil para a aprendizagem, sendo que um dos entrevistados chegou a ressaltar que certa dose de austeridade se faz necessária para conter os ânimos da classe.

Todos os alunos entrevistados foram enfáticos em afirmar que o excessivo uso do livro didático torna as aulas de História desestimulantes, e percebem essa atitude do professor em apoiar suas aulas no referido material como um despreparo profissional. Podemos constatar essa premissa por meio da afirmação de uma aluna da 2ª série do ensino médio:

[...] Eu acho que o professor focaliza muito nos livros também, pelo menos os que eu tive até agora. Eles não chegam com as aulas preparadas, tendo pesquisado algo fora, eles só lêem o que está no livro, pedem pra fazer as atividades, corrige depois, assim, não têm uma explicação ampla, uma coisa clara, assim [...] se você quiser aprender mesmo,

você tem que prestar atenção nas aulas [...] e ter curiosidade de pesquisar também (Aluna X, entrevista realizada em 19/09/2009. Carmo do Paranaíba).

O fator positivo que as entrevistas nos revelaram é que o professor de História (dentro do universo que restringimos a nossa pesquisa) não mais eterniza os mitos e os heróis. Em contrapartida, todos os alunos entrevistados percebem a ausência de criticidade por parte do profissional e afirmaram que os mesmos não incentivam o aluno a pensar e construir a sua própria criticidade social. Na maioria das vezes, os discentes são estimulados a decorarem o que está no livro, numa perspectiva positivista da História, como a mera citação de nomes e datas.

É comum entre a categoria dos professores e a própria sociedade que haja um certo preconceito quanto aos alunos integrantes do ensino público, tendo a idéia de que os mesmos não têm interesse em aprender, que são alunos de “segunda classe”, chamou-nos a atenção justamente o contrário. São alunos como outros quaisquer, alguns mais interessados, outros menos. Uns com mais facilidade em aprender, outros menos, mas independentemente de sua condição social, eles demonstraram uma ideia formada sobre o que julgam ser um bom professor, o que os estimularia à aprendizagem. Observemos o discurso da aluna Y, da 2ª série do ensino médio:

Eu acho que o professor tem que chegar lá e estar centralizado no conteúdo que ele vai explicar, mas ele tem que dar aula expondo a sua opinião e aceitar a opinião dos alunos também e hoje em dia não, as professoras chega lá e (ruído) se exigir uma explicação e interromper elas diz: “ah... mas eu li em algum lugar que foi assim, assim, assim” e se aconteceu alguma coisa que não era bem assim, igual você ta falando, elas não aceitam, falam “mas no livro ta é assim você tem que aceitar”, é assim, você não pode aceitar o que você viu no jornal ou leu em outro livro (Aluna Y, entrevista realizada em 20/09/2009. Carmo do Paranaíba).

Em outra passagem da mesma entrevista a aluna assinala:

[...] Entrou na sala de aula, pediu pra todo mundo pegar o livro [...], começa a ler lá, pula uns três textos, lê alguma coisa, pronto, a aula acabou. Ela só leu o que tava no livro, não pediu pra ninguém expor opinião, não expôs a opinião dela mesmo de nada. Aí, 50 minutos de aula se resume em volta do que está escrito no livro. Na minha opinião eu acho que elas tinham que chegar lá e tinham que falar mais. Se ela pegar um título lá, igual, vamos falar da Inconfidência Mineira, aí ela vai e começa a falar, na opinião dela,

porque ela tem que chegar lá com a aula preparada, ela não pode chegar lá e pegar o livro e falar assim “deixa eu ver agora o que eu vou falar pra esses alunos”, então ela chega lá (pausa), o problema hoje em dia, da maioria dos professores e principalmente dos de história é não chegar na sala de aula com a aula preparada (Aluna Y, entrevista realizada em 20/09/2009. Carmo do Paranaíba).

A pedagogia moderna nos mostra que não é mais possível encarar o aluno como um recipiente vazio, que deve ser preenchido com nossos saberes pré-adquiridos, mas, sim, que devemos interagir com os saberes e experiências que cada um carrega para dentro da sala de aula. Desse modo conseguiremos nos inserir no contexto do mundo globalizado, trazendo para dentro da sala de aula uma História viva, rica em saberes, que se movimenta entre o passado e o presente, inserindo o educando e a sociedade na conjuntura atual, segundo aponta Sônia L. Nikitiuki:

O conteúdo de história não é o passado, mas o tempo ou, mais exatamente, os procedimentos de análise e os conceitos capazes de levar em conta o movimento das sociedades, de compreender seus mecanismos, reconstruir seus processos e comparar suas evoluções (NIKITIUKI, 1996, p. 16)

Tornar a disciplina de História um assunto interessante e não simplesmente uma matéria enfadonha que trata apenas de datas, vultos e acontecimentos que já se perderam no tempo pode ser alcançada se tivermos em mente a necessidade de estarmos sempre nos aperfeiçoando, por meio de novas leituras e não deixando de falar a mesma língua do aluno. Precisamos estar “antenados” com os assuntos que surgem dia após dia na mídia, seja ela escrita, falada, digital ou televisiva.

5. Considerações finais

Percebemos então que é grande a diversidade de fatores que levam à construção ideológica do professor de História, e não é nossa intenção pressupor que seja certa ou errada uma visão mais conservadora ou progressista defendida pelo profissional docente, mas, sim, alertar que é necessário que exista essa visão, pois uma ideologia, seja ela qual for, ainda é melhor do que ideologia nenhuma.

Se a postura ideológica do professor de História vai se opor às expectativas do Estado e da instituição em que trabalha ou vai se aliar a elas, cabe somente a ele essa

decisão. Entretanto, não devemos nos esquecer de que vivemos em um mundo onde as informações são transmitidas e adquiridas muito rapidamente, principalmente pelas mídias eletrônicas. Assim, devemos ter todo o cuidado dentro da sala de aula para podermos interagir com os alunos, para transformarmos essas informações em conhecimento.

Esperamos que esse artigo possa lançar novos olhares sobre assuntos já há muito tempo abordados por diversos autores, mas que parecem sempre cair no esquecimento quando nos dedicamos ao exercício da nossa profissão de educadores e formadores de opinião. Não temos a pretensão de “reinventar a roda”, mas de chamar a atenção para a responsabilidade que nos cabe quando lidamos com jovens, cheios de informação e motivação, ou não, pois lidamos com uma clientela diversificada e encontramos também aqueles que se sentem totalmente alienados dentro da sociedade. A nós, professores, cabe despertar aqueles que estão adormecidos e estimular os que se mostram interessados para podermos, com muito trabalho e perseverança, tentar compreender um pouco melhor o mundo em que vivemos e, quem sabe, mudá-lo, se possível para melhor. A educação é com certeza o principal caminho para desenvolvermos a consciência crítica e social, tão fundamental para nortear as escolhas que os alunos farão durante a vida.

Referências

- CONTRERAS, José. *A autonomia de professores*. São Paulo: Cortez, 2002.
- KARNAL, Leandro. *História na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2003.
- LIMA, Sandra C. F. de. *A História que se conhece, a História que se ensina*. Dissertação apresentada à Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós Graduação em Educação para obtenção do título de Mestre em Educação, 1997.
- MORAES, José Geraldo Vinci de; REGO, José Marcio. *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- PINSKY, Jaime. *O ensino de História e a criação do fato*. São Paulo: Contexto, 2002.
- RASSI, Marcos A. C. *Uma canção inacabada: formação de professores de história – a experiência da FEPAM (1970-2001)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-graduação – Mestrado em Educação, 2006.

SILVA, J. L. Werneck da. *A deformação da História: (ou para não esquecer)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

TARDIFF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes, 2002.

ENTREVISTAS realizadas entre os dias 13 e 20 de setembro de 2009 com alunos do ensino médio da E. E. "Prof. José Hugo Guimarães", na cidade de Carmo do Paranaíba-MG.